Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Carolina Neves Miranda

História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras (RJ), 1958-2009

Rio de Janeiro

2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Carolina Neves Miranda

História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras (RJ), 1958-2009

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Renata Santos

Supervisora: Dr.ª Isabel Rocha

Rio de Janeiro

2012

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba – IPHAN/RJ.

M672h Miranda, Ana Carolina Neves
História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras (RJ), 1958-2009/ Ana Carolina Neves Miranda – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

167 f.: il

Orientadora: Renata Santos

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. História. 2. Sítios urbanos tombados. 3. IPHAN. 4. Vassouras. I. Santos, Renata. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Carolina Neves Miranda

História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras (RJ), 1958-2009

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2012.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Renata Santos (orientadora)

_____

Dra. Isabel Cristina Castro da Rocha (supervisora) – Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba – IPHAN/RJ.

_____

Professora Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva – PEP/MP – IPHAN

_____

Professora Dra. Marisa Hoirisch – Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ

AGRADECIMENTOS

Disseram-me que agradecer é sempre uma tarefa árdua e quase sempre recai no esquecimento. Sim, nos esquecemos de agradecer e de nos fazer agradecidos. Tentamos demonstrar nosso sentimento de gratidão a todos aqueles que, de algum modo, foram capazes de nos ajudar mesmo com uma palavra, sílaba ou vírgula – simplesmente nos deram alguns segundos para que esse trabalho pudesse ser realizado. Tantas mãos, ideias, sugestões e críticas fizeram parte desse trabalho, que esse simples agradecimento não contempla um terço da gratidão envolvendo todos aqueles que me ajudaram.

Dentre eles, começo pela minha mãe. Não apenas por ter acompanhado todo o processo, mas também por ter participado desde a seleção dos primeiros ensaios desse texto até as discussões, revisões e leitura textual. Partilhou também de todos os momentos de angústia e alegria nesses dois anos de muito trabalho, suportando distância e visitas esporádicas, assumindo um papel nunca antes contemplado: o de mãe de uma filha ausente. Agradeço à Isabel Rocha que, além de supervisora e co-orientadora, tornou-se grande amiga, sem dúvida uma supervisora sem igual, proporcionando-me aprendizagem diária e me levando a participar desde procedimentos aparentemente simples do escritório técnico – vistorias, eventos e reuniões – até a compreensão do que é o respeito mútuo ao se trabalhar em grupo. Além de sua dedicação, as tardes, noites e fim de semana de discussões foram fundamentais para a construção desta dissertação. À minha orientadora, Renata Santos, só tenho a agradecer pela paciência e atenção ao me conduzir nesse percurso, pelas leituras críticas, sugestões e o diálogo construído no decorrer desse tempo, ajudando-me a compreender esse objeto que, de início, me era tão distante.

Aos amigos de sempre e aos novos peço desculpas pela ausência, pelos compromissos desfeitos e o escasso tempo para conversas. Mas agradeço a companhia, por ter compartilhado cada minuto desse trabalho – mesmo à distância – de Clarice, Carla, Franciele, Raquel e Andréia, companheiras das noites e das madrugadas, das alegrias e angústias. Catarine, Fabiana e Marisa, obrigada pelas sugestões e discussões. Cada palavra se tornaria mais difícil e as páginas demorariam mais a serem preenchidas sem as dicas e leituras de vocês. Aos amigos do Escritório Técnico de Vassouras – Paulo Parrilha, Almir, Carlos, Newton, Janice, Cristiane, Rômulo, Jorge, Sônia e Gilberto – agradeço pelas memórias e lembranças de cada um, que de modos diversos contribuíram para esse trabalho. Reconheço também o carinho com o qual me acolheram, carinho que os transformou na minha família do escritório. Agradeço também as

meninas de casa, Carol Sanches e Fabyana Leão, companheiras de todos os momentos, e também aos novos amigos que fiz em Vassouras. À Andrea Moreira, obrigada pela hospitalidade e por ter se mostrado sempre disponível. E, aos pepistas, obrigada pela companhia, por me tornarem parte de uma turma tão diversificada, alegre e divertida. Agradeço a coordenação do PEP-COPEDOC, aos professores, à banca e a todos mais que, de algum outro modo não mencionado, contribuíram para esta dissertação.

RESUMO

HISTÓRIA E INTERVENÇÃO EM SÍTIOS URBANOS TOMBADOS: A EXPERIÊNCIA DE VASSOURAS (RJ), 1958 – 2009.

Ana Carolina Neves Miranda
Orientadora: Profª. Drª. Renata Santos

Esta dissertação se propõe a investigar as relações e aproximações da História com as intervenções de restauro e preservação de sítios urbanos tombados. Busca compreender as zonas de comunhão entre essas duas áreas, a primeira atuando como fonte e auxílio nos critérios e tomadas de decisão referentes à segunda, partindo da análise dos discursos e práticas empreendidas pelo grupo institucionalizado pelo IPHAN, concentrando-se, sobretudo, na visão de arquitetos e historiadores. O objeto desse trabalho se relaciona especificamente às articulações discursivas desta equipe para verificar as rupturas e continuidades do uso da História em seus projetos, planejamentos e planos diretores, tendo como estudo de caso o Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras tombado em 1958. A pesquisa em questão realiza a reconstituição histórica das práticas preservacionistas, atentando para os discursos e práticas de um período que abrange de 1958 a 2009.

Palavras chaves: História, Sítios urbanos tombados, IPHAN, Vassouras.

Rio de Janeiro
Novembro 2012

ABSTRACT

HISTÓRIA E INTERVENÇÃO EM SÍTIOS URBANOS TOMBADOS: A EXPERIÊNCIA DE VASSOURAS (RJ), 1958 – 2009.

Ana Carolina Neves Miranda
Orientadora: Profª. Drª. Renata Santos

This dissertation investigates the connections between History and restoration, as well as conservation in certain listed urban sites. It aims at unveiling the connection between both areas as ancillary source and tool in criteria for decision taking, stemming from the theoretical and practical analysis carried out by *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) assigned staff, focusing mainly in architects and historians standpoints. This survey seeks specifically the interplay of team thoughts accomplished in order to tell the prevailing ideas stream from the outdated ones, concerning projects and master urban planning, in the case study of Landscape and Urban area of Vassouras, listed in 1958. This survey aims at achieving the historical reconstruction of conservation proceedings, shedding light to theoretical and practical concepts that emerged from 1958 to 2009.

Key words: History, Listed urban sites, IPHAN, Vassouras.

Rio de Janeiro
Novembro 2012

QUADRO DE SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional de História
ANS	Arquivo Noronha Santos, IPHAN
ATETMP	Arquivo Técnico do ETMP
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECI	Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
CECRE	Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONDEPHAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Município de São Paulo
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DET	Divisão de Estudos e Tombamentos
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DR	Diretoria Regional
EBA	Escola Nacional de Belas Artes
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ET	Escritório Técnico
ETMP	Escritório Técnico Médio Paraíba – IPHAN RJ
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAOP	Fundação de Arte de Ouro Preto
FNPM	Fundação Nacional *Pró-Memória*
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICCROM	*International Centre for the Study and Preservation and Restoration of Culture Property*
IEPHA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INBISU	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados
INEPAC	Instituto Estadual de Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRPA	*Royal Institute for Cultural Heritage*
ITUC/BR	Curso de Especialização em Conservação Integrada Urbana e Territorial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MINTER	Ministério do Interior
MP-CECRE	Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos
MP-PEP	Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural
PATMPFT	Programa de Assistência Técnica aos Municípios para Planejamento Físico-Territorial
PFTMV	Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PCH	Programa das Cidades Históricas
SECPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Rio de Janeiro
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUPLAN	Superintendência de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo
USS	Universidade Severino Sombra

QUADRO DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas de atuação profissional – Seção Técnica e Representantes Regionais. 27
Figura 2 – Concentração por área de interesse. 30
Figura 3 – Profissionais com interesse em arte e arquitetura colonial. 30
Figura 4 – Obras nas Missões, RS. 65
Figura 5 – Núcleo de Artes e Ofício, FAOP, MG. 66
Figura 6 – Vassouras, Victor Frond, 1859. 75
Figura 7 – Vassouras, Carta Cartográfica de 1858/61. 78
Figura 8 – Demarcação do perímetro tombado. 79
Figura 9 – Procissão na Praça Sebastião de Lacerda, início do século XX. 81
Figura 10 – Vista aérea - Vassouras, det. 83
Figura 11 – Projeto da Rodoviária. 84
Figura 12 – Casa de Antônio Dias Rosa, Praça Barão de Campo Belo, s/d. 86
Figura 13 – Fórum, início do século XX. 89
Figura 14 – Estudo de Agenciamento da Praça Eufrásia Teixeira Leite. 90
Figura 15 – Chafariz abandonado. 92
Figura 16 – Área de atuação, ETMP. 101
Figura 17 – PA's ETMP, 1984 a 2007. 104
Figura 18 – Chafariz Monumental e Casa de Cultura. 108
Figura 19 – Casa de Cultura. 110
Figura 20 – Casa de Cultura, c. 1940. 111
Figura 21 – Casa de Cultura, c. 1940. 112
Figura 22 – Casa de Cultura, c. 1858-1861. 114
Figura 23 – Casa de Cultura, c. 1932. 114
Figura 24 – Chafariz Monumental. 116
Figura 25 – Pera do Chafariz monumental, antes e depois da obra da restauração. 120
Figura 26 – Planta com cálculo do desaprumamento. 122
Figura 27 – Mapa de Vassouras, 1838. 134
Figura 28 – Praça Barão de Campo Belo, c. 1897. 136
Figura 29 – Prefeitura Municipal, antiga Casa de Câmara e Cadeia, 1933. 137
Figura 30 – Divulgação sobre turismo. 138
Figura 31 – A Coimbra brasileira. 139
Figura 32 – Restaurante Vicentinho, c. 1933 e 2008. 140
Figura 33 – Zona Central. 142
Figura 34 – Rua Caetano Furquim, c. 1940. 143
Figura 35 – Morro da Vaca. 153
Figura 36 – Estação de bondes, c. 1890. 154
Figura 37 – Fundos da Rua Barão de Massambará, anexos e construções irregulares. 156

QUADRO DE TABELAS

Tabela 1 – Funcionários da Seção Técnica e representantes regionais *26*
Tabela 2 – Escritórios Técnicos até abril de 1984 ..... *100*
Tabela 3 – Plano de Obras do ETMP – 1984-2008 ..... *106*
Tabela 4 – Projetos e Obras ETMP – 1984-2008 ..... *107*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS V
RESUMO VII
ABSTRACT VIII
QUADRO DE SIGLAS IX
QUADRO DE FIGURAS XI
QUADRO DE TABELAS XII
SUMÁRIO XIII
INTRODUÇÃO 13
CAPÍTULO 1: ARTISTAS OU CIENTISTAS? 19
1.1. O SABER EMPÍRICO 20
1.2. DIÁLOGO INTERNACIONAL 38
1.3. O CIENTÍFICO: 58
CAPÍTULO 2: NARRATIVAS DO PATRIMÔNIO DE UMA NAÇÃO 72
2.1. NARRATIVAS DO CAFÉ 74
2.2. ET II 97
2.2.1. ANÁLISE DE PROJETOS E OBRAS 109
2.2.1.1. CASA DE CULTURA PRESIDENTE TANCREDO NEVES 109
2.2.1.2. CHAFARIZ MONUMENTAL 115
CAPÍTULO 3: UM CENTRO HISTÓRICO DE VALOR NACIONAL, VASSOURAS/RJ 125
3.1 PLANEJAMENTO FÍSICO E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE VASSOURAS: O DISCURSO GEOGRÁFICO 126
3.2. SUSTENTABILIDADE E GESTÃO PARTICIPATIVA: 145
CONSIDERAÇÕES FINAIS 159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 161

INTRODUÇÃO

Fruto de uma reflexão da prática desenvolvida como aluna no Escritório Técnico Médio Paraíba (ETMP) no decorrer do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio (MP-PEP), a temática e objeto desta dissertação foi construída e "reconstruída" a partir de discussões e sugestões de supervisão, orientação, coordenação do MP-PEP e corpo técnico do ETMP. Portanto, não pode ser considerada reflexão isolada, resultante de mera "vontade" e sim de pensamento conjunto sobre a relação entre discurso e ação prática. Buscou, desde o início das atividades do MP-PEP, compreender a dinâmica e as relações sociais envolvendo o conjunto urbanístico vassourense e demais imóveis tombados na área de atuação do ETMP. Procurou circunscrever um objeto de pesquisa que propiciasse uma reflexão acerca das práticas de preservação nesta área de atuação e, ao mesmo tempo, aliasse questões patrimoniais pouco discutidas nos campos técnico e acadêmico. Assim, optou por eleger o Conjunto Urbanístico e Paisagístico de Vassouras como elemento central de discussão, por ser o sítio de maior dimensão sob responsabilidade do ETMP e apresentar graves problemas de conservação, com imóveis em avançado estado de ruína. Ao mesmo tempo, este trabalho buscou dar continuidade a pesquisas desenvolvidas por seus técnicos sobre a história desse sítio.

No decorrer da pesquisa, vários questionamentos fizeram com que o objeto fosse novamente repensado, tendo como fator principal os parcos registros documentais sobre as ações realizadas na preservação do conjunto urbanístico de Vassouras, o que em um primeiro momento suscitou a possibilidade de eleição de outros sítios tombados como elementos comparativos. Contudo, no desenvolvimento da pesquisa, essa ausência de documentação tornou-se uma questão que nos indicava caminhos para a compreensão das práticas de preservação do conjunto tombado. Nesse sentido, a temática desenvolvida nessa pesquisa refere-se ao uso da História na preservação de sítios urbanos tombados, tendo como estudo de caso o conjunto vassourense.

Os sítios urbanos e cidades constituíram fonte e laboratório para as práticas que vinham sendo gestadas pelo grupo institucionalizado no IPHAN desde a década de 1930, principalmente os do eixo Minas, Bahia e Rio de Janeiro, alvos de constantes ações para a sua preservação, seja em seus imóveis isolados ou através de planos de conservação com

intervenções em todo o conjunto. A preservação desses bens, pautada nas concepções e discursos do IPHAN, e mesmo no processo desenvolvimentista e de industrialização do pós-guerra, assumiu, nas décadas de 1960 e 1970, "status" de prioridade, sendo foco de debates e estudos em seminários, congressos e instrumentos como cartas e recomendações internacionais.

Diversificadas em dimensão, tipologia e critérios de seleção, as áreas urbanas sobre as quais incidiu o valor de patrimônio (cidades, sítios e conjuntos urbanos tombados) sofreram mudanças conceituais no decorrer de sua trajetória de preservação. Inicialmente concebidas como obras de arte compostas de "coleção" de monumentos ou mesmo de monumento isolado, sua preservação visava restituir aspectos estilísticos do conjunto, garantindo sua homogeneidade e unidade. Assumindo outras concepções "como um grande artefato arquitetônico" (ROSSI, 2001, p. 189), a cidade tornou-se prolongamento e materialização da arquitetura. A partir de demandas sociais e culturais foram aliados outros aspectos à sua preservação como fatores de crescimento urbano, desenvolvimento, qualidade de vida e turismo.

Hoje os sítios urbanos tombados podem ser constituídos não somente pela cidade em suas demarcações espaciais e geográficas, mas também por pequenos conjuntos, centros históricos, bairros, aglomerados, paisagens e tecidos urbanos que desempenhem função identitária e/ou memorial para determinado grupo ou parcela da sociedade. A cidade passou a ser compreendida como um fator dinâmico, um organismo vivo, no qual uma série de valores simbólicos e culturais foram vivenciados e acumulados nos diversos tempos, tornando-se testemunho da diversidade do passado de um fazer e viver cultural.

Abrangendo valores arquitetônicos, paisagísticos, urbanísticos, etnográficos e imateriais, os sítios urbanos tombados são constituídos por relações sociais e culturais diversificadas, nas quais identidades e memórias buscam demarcar, simbólica e fisicamente, elementos e signos que compõem a sua cultura. Desse modo, como objeto construído e reconstruído em determinado espaço de tempo, no qual diversos presentes históricos o constituem, os sítios urbanos tombados possuem papel preponderante na construção da identidade nacional. E tornaram-se elementos narrativos com histórias contadas e ritualizadas em seu espaço físico e imaterial, seja pelo seu uso ou pelo valor atribuído, como nas ações de tombamento, preservação e revitalização desses conjuntos.

Nesse sentido, as ações de sua preservação visam registrar determinado período de sua história, no qual valores estéticos, históricos e etnográficos são sobrepostos como elementos definidores de critérios de seleção e intervenção. E assim como "a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade e existem muitos tempos na forma da cidade" (CHOAY, 2001, p.57), essas ações assumem os discursos e critérios de seu tempo, onde cada um desses valores foi posicionado de maneiras diferentes ou mesmo negligenciado. Historicamente construídos e determinados pelas relações sociais, grupos e "sociedades do discurso" (FOUCAULT, 2006) que produzem, difundem e gestam os conceitos e práticas de preservação.

Assim, cabe a seguinte questão: se essas ações de preservação dos sítios urbanos tombados foram historicamente construídas e visaram, de maneiras diversas, aliar os valores estéticos e históricos – sendo que o bem cultural traz, em si, vários presentes históricos, narrativas e tempos – qual seria a função da pesquisa histórica na compreensão desse bem e nas práticas de sua preservação? A questão que esta dissertação pretende seguir é, portanto, a compreensão da importância da pesquisa histórica na intervenção de sítios urbanos tombados. Ela é fonte na busca de solução técnica ou é meramente ilustrativa nos planos e projetos? Ou seja: em que medida a pesquisa histórica contribuiu ou pode vir a contribuir no estabelecimento de critérios e tomadas de decisões em intervenções restauradoras?

A partir dessa questão, a dissertação tem como objetivo principal investigar o lugar da pesquisa histórica na prática institucional do IPHAN, através da análise das intervenções em sítios urbanos, tendo como recorte o Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras, tombado em 1958 (Processo nº 566-T-57). Procura identificar os enunciados, as relações discursivas e os micro-poderes inseridos nesse corpo social, que fizeram prevalecer a ação de um grupo específico em detrimento dos demais. Investigar em que medida essa inclinação interferiu nas possibilidades de compreensão da pesquisa histórica como fonte na busca de solução técnica e no estabelecimento de critérios para as intervenções preservacionistas de sítio históricos tombados.

Como método, optou-se pela análise dos discursos produzidos e disseminados no campo da preservação dos sítios urbanos tombados, tendo sempre como eixo a atuação profissional do historiador e dos arquitetos como agentes discursivos e executores desse campo. Aproximando-se de uma *arqueologia do saber*, método proposto por Foucault (2000) para análise das ciências dos homens e da teoria do discurso, procurou-se nesse texto analisar

os discursos produzidos nesse campo específico e institucionalizado nas práticas do IPHAN, do sítio urbano enquanto "monumento" e objeto próprio, sujeito a uma descrição sistemática e análise de suas diferentes modalidades de preservação (FOUCAULT, 2000).

Assim, este trabalho concebeu a preservação de sítios urbanos tombados como campo autônomo, dotado de conjunto de regras e práticas que o delimita, o condiciona e o mantêm a partir da circulação dos discursos produzidos e reproduzidos. A pesquisa buscou analisar em "qual espaço de ordem se constitui o saber, na base de qual a priori histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer ideias" (FOUCAULT, 2000, p. XVIII). Procurou, assim, compreender as condições sociais e históricas que possibilitaram o surgimento de acontecimentos discursivos e que mantiveram como agentes executores um determinado grupo profissional em relação aos demais.

Retomando a questão principal, esta dissertação buscou compreender os modos de ser das ordens que constituem o espaço do saber e das ideias, procurando qual o "espaço" ou "lugar" destinado à história e à pesquisa histórica nas práticas de preservação dos sítios urbanos, e sua compreensão como fonte na busca de soluções técnicas, estabelecimento de critérios para tais intervenções preservacionistas. Para tal, este estudo analisou a formação de arquitetos e historiadores no decorrer dos anos de atuação do IPHAN no período de 1958 a 2009, buscando compreender a formação desses discursos no campo acadêmico pela constituição de disciplinas, livros, cartas e recomendações internacionais, até sua reprodução e manutenção como práticas que se tornaram "verdades". Analisou, igualmente, o conjunto documental referente às ações nas práticas de preservação do conjunto tombado de Vassouras.

Assim, este trabalho recorreu a discussões bibliográficas e outras fontes, para selecionar os enunciados da trajetória do campo da preservação de sítios urbanos tombados no Brasil. A partir da identificação de tais discursos e de sua sistematização – na percepção de enunciados, objetos, conceitos e sujeitos – pode-se verificar as possíveis descontinuidades e rupturas nas práticas discursivas desse campo de saber, paralelo à prática no sítio vassourense.

Explícito o método, cabe discorrer sobre a estrutura dessa dissertação, composta de duas partes: a primeira referente à constituição do campo da preservação dos sítios urbanos no Brasil e a segunda concernente a análise dos discursos e práticas desse campo no Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras. Foram elaborados três capítulos, sendo que os dois últimos abrangem especificamente as ações no sítio vassourense.

Esta investigação optou, no primeiro capítulo, por recuperar a constituição do campo da preservação de sítios urbanos tombados, analisando os perfis dos profissionais que desempenharam essa tarefa. Essa opção se deu através de uma revisão bibliográfica, dado o volume de reflexões já realizadas sobre essa temática pelo próprio IPHAN, como os trabalhos de Márcia Chuva, Márcia Sant'Anna e Cecília Londres Fonseca. Considerou-se demasiado extensa a análise documental, recorrendo a fontes primárias, constituindo por si só amplo objeto de pesquisa, o que extrapolaria os objetivos principais dessa dissertação e o recorte das ações no sítio vassourense.

A análise desse primeiro capítulo seguiu uma periodicidade proposta por Renato Soeiro ao descrever a preservação de sítios urbanos no Brasil:

> Houve uma primeira [fase], de 1937 a 1967, em que o importante para os nossos trabalhos era o monumento histórico isolado. Na segunda, a partir de 1967, com o desenvolvimento mais rápido do país, sentimos a necessidade de mudar a política até então seguida. Foi então que, pela primeira vez, pedimos o apoio da UNESCO, que nos enviou o Inspetor Principal de Monumentos Franceses. Tornou-se então necessário que enveredássemos por outros caminhos, onde a preocupação residia nos planos diretores. (SOEIRO, 1980, p. 49)

Soeiro apresenta duas fases e o terceiro recorte constituiu-se pela percepção das mudanças nas ações patrimoniais desenvolvidas na virada das décadas de 1970 e 1980. A primeira parte do capítulo trata da sistematização desse campo abordando o caráter empírico das práticas de preservação desde a fase inicial de criação do IPHAN até o fim da gestão de Rodrigo Mello e Franco em 1967, verificando os "espaços" ocupados pelo arquiteto e historiador nesse processo. O segundo item se refere à abertura das práticas do IPHAN para o diálogo internacional, principalmente com as consultorias da UNESCO e discussões sobre as cartas e recomendações internacionais, para analisar os reflexos desse diálogo nas ações e discursos preservacionistas brasileiros desse período. Já a terceira parte trata do período de 1979 a 2009, com a abertura para a inserção de outros profissionais e a proliferação de cursos de formação em nível técnico e acadêmico, com qualificação de mão-de-obra para intervir nos sítios urbanos tombados.

O segundo capítulo é específico sobre as ações de preservação no conjunto vassourense. Trata das narrativas e discursos construídos desde a ação de tombamento, em 1958, e das demais ações em seus imóveis isolados, buscando verificar o quanto a história foi utilizada ou negligenciada nessas práticas. A primeira parte do capítulo trata da atuação do IPHAN nesse sítio, do processo de tombamento, dos valores a ele atribuídos e das ações de

fiscalização. O enfoque se inicia nas primeiras intervenções em imóveis isolados, sobre como os discursos e narrativas de sua seleção foram reproduzidos e refletidos nessas ações e no uso da pesquisa histórica. A segunda parte refere-se à instalação do Escritório Técnico de Vassouras em 1984, à proposta de aproximação com a comunidade e à análise das práticas de intervenção após esse período. Trata também da análise do uso da pesquisa histórica em projetos de restauro de imóveis, com destaque para os da Casa de Cultura Tancredo Neves e Chafariz Monumental.

O terceiro e último capítulo trata das ações de preservação do conjunto como fator indissociável de suas malhas, ruas e monumentos, no qual foram analisados a utilização da pesquisa histórica nos planejamentos urbanos e planos diretores elaborados a partir de meados da década de 1970 para o município.

Espera-se que este trabalho possa propiciar novas discussões sobre o lugar do historiador e a utilização da pesquisa histórica nas ações de preservação dos sítios urbanos tombados pelo IPHAN, contribuindo igualmente para os debates relativos à constituição do campo de preservação dos sítios urbanos tombados e dos cursos de formação nessa área. Por fim, almejamos que essa dissertação subsidie novos estudos sobre o Conjunto Urbanístico e Paisagístico de Vassouras e a trajetória de sua preservação.

CAPÍTULO 1: ARTISTAS OU CIENTISTAS?

PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS URBANOS TOMBADOS

O campo da preservação e conservação de bens culturais se constitui por ato legal, seguido de práticas que são reveladas por atos discursivos[1] e disciplinas acadêmicas na formação de profissionais de restauração. A questão que permeia este capítulo refere-se à formação de um campo de saber específico, a preservação dos sítios urbanos tombados. Tal premissa foi adotada como forma de apreender a constituição desse saber, as relações "medianas" de produção, circulação e funcionamento dos discursos (FOUCAULT, 1979) que legitimaram as práticas desse campo e, assim, os efeitos de poder presentes nesse corpo social.

Tais atos discursivos, segundo Michel Foucault (1979), são constituídos de enunciados, conceitos e formulações teóricas e empíricas, a partir das relações de poder que se estabelecem em um corpo social. Essas relações vivenciadas em cadeia são capazes de estabelecer regras tácitas a fim de nortear o poder que submete e a que são submetidos os indivíduos que compõem essa rede. O poder materializado nos discursos e práticas torna-se efeito produtor de verdades que são enunciadas e novamente sujeitas ao poder. Recorrendo a uma concepção foucaultiana, considera-se que a materialidade do poder exercida sobre o corpo dos indivíduos é que dá sua origem. Não obstante a concepção bourdieuana de poder, para quem esse é um ato de imposição simbólico exercido pelas ações, pelo "*habitus* social", nesse capítulo recorremos ao poder como um agente produtor de efeitos em nível do desejo e do saber, e não como um consenso ou vontade. Como força produtiva, ele permeia e atravessa todo o corpo social, não somente de forma repressora e negativa, mas também como a força que "produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso" (FOUCAULT, 1979, p. 8). Essas relações de poder podem ser múltiplas e abarcam de diversas formas o corpo social, mas só se estabelecem com "uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso" (FOUCAULT, 1979, p. 101).

[1] O próprio ato legal se constitui como prática de um discurso.

Deste modo, esta pesquisa teceu historicamente a constituição desse campo de saber, recorrendo aos discursos e práticas que legitimaram e constituíram a preservação de sítios urbanos tombados no Brasil, a partir da trajetória de atuação de duas categorias profissionais – historiadores e arquitetos.

1.1. O SABER EMPÍRICO

SISTEMATIZAÇÃO DO CAMPO DA CONSERVAÇÃO/RESTAURAÇÃO DE SÍTIOS URBANOS TOMBADOS (1937–1967)

A preservação de sítios urbanos no Brasil – no processo de seleção, tombamento, gestão, conservação e restauro de bens culturais – iniciou-se nas práticas fundadas pelo IPHAN. Objeto inicial na ação de seleção, os sítios urbanos[2] são os primeiros bens a passar pelo crivo do tombamento e a sofrer ações de restauração. Tombados pelo conjunto a partir de 1938, mas preservados em seus imóveis isolados, constituíram-se fonte e laboratório para esse campo que estava sendo gestado. Hoje, o conceito de sítios urbanos abarca uma complexa malha de tipologias que vão desde ruas, pequenos conjuntos e paisagens até extensas dimensões como as cidades modernas, invertendo a ordem da predominância da arquitetura sobre o espaço coletivo e rural, inserindo assim o conceito de ambiência. Portanto, esse espaço de saber em constante processo, repleto de continuidades e descontinuidades, apresenta na sua trajetória discursos regulares e outros de rupturas que foram, assim, moldando as suas práticas.

O campo da preservação de sítios urbanos foi institucionalizado, construído e sistematizado nos discursos e nas práticas dos agentes do IPHAN e teve, na produção e difusão desse saber, as bases para o seu desenvolvimento. Todo o processo de reprodução, acumulação e circulação dos enunciados e discursos[3] ancorado em um suporte institucional agia de forma coercitiva, exercendo uma pressão sobre os demais discursos, determinando as novas formas discursivas e as práticas que se tornaram "verdades". Esses atos discursivos institucionalizados possuem uma série de regras dialógicas e argumentativas que são

[2] Ouro Preto está entre os primeiros bens tombados pelo então SPHAN, em 20/01/1938.
[3] Processo denominado por Foucault (1979) de "economia dos discursos de verdade".

aprovadas a partir de testes realizados por prepostos desses órgãos e/ou aplicação empírica. Esse sujeito detentor ou pretenso detentor desse saber, por seu exercício, pelo seu posto institucional ou competência técnica, torna-se apto a usar dos atos enunciativos que competem a esse campo. Deste modo, o sujeito inserido nessa rede e ancorado pela materialidade histórica e institucional molda e é moldado, reproduzindo os discursos determinados pelas relações de poder nesse corpo social.

Entre 1937, ano de fundação do IPHAN, e 1967, fim da gestão de Rodrigo Mello e Franco, as ações nos conjuntos urbanos eram constituídas por intervenções isoladas em seus imóveis, conforme explicitou Renato Soeiro[4] ao dizer que "de 1937 a 1967, [...] o importante para os nossos trabalhos era o monumento histórico isolado" (SOEIRO, 1980, p. 49). Tais ações isoladas foram premissas para as práticas de preservação de bens culturais brasileiros e a partir delas se desenvolveu e ampliou o campo patrimonial. Assim, buscando analisar os efeitos de poder inseridos no espaço da preservação de sítios urbanos tombados, torna-se necessário recorrer aos discursos enunciados em sua trajetória de construção. Esses discursos abrangeram: nacionalidade, monumento-documento, colonial e moderno, plurais replicáveis, valores estéticos e históricos.

A questão da formação desses agentes pioneiros na restauração brasileira, segundo Márcia Chuva, se deu a partir da rotinização das práticas desenvolvidas no âmbito do IPHAN. De acordo com a autora, até a década de 1930,

> [...] inexistiam, no Brasil, experiências significativas em termos de restauração de patrimônio arquitetônico, não havendo um conhecimento acumulado, nem um discurso constituído, nem tampouco um lugar apropriado para o seu exercício. (CHUVA, 2009, p. 322).

O campo patrimonial tornou-se paulatinamente um saber institucional, primeiro com a criação de instrumentos legais como o Decreto 22.928 de 12/7/1933[5] e posteriormente, o Decreto-Lei 25/1937 – instituindo o tombamento, que prevê sanções e meios legais para a proteção desses bens. E, em seguida, pela intervenção efetiva do Estado na criação de órgãos como: o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930, dentro do qual se inseriu a cultura; Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934); e a SPHAN (1937), sistematizando e produzindo os moldes das práticas preservacionistas brasileiras.

[4] Renato Soeiro (1911-1984): arquiteto sucessor de Rodrigo Mello e Franco de Andrade no IPHAN.
[5] Instrumento que elevou ao status de monumento nacional a cidade de Ouro Preto/MG, onde ficaram proibidas alterações na arquitetura civil e religiosa na cidade.

Sem entrar nas minúcias do processo de criação do IPHAN, cabe aqui analisar a constituição do campo da conservação/restauração a partir de sua institucionalização, portanto, a partir da inserção de um grupo de intelectuais no aparelho estatal brasileiro.

A constituição do IPHAN, assim como a estruturação do campo da cultura brasileira se deu a partir da cooptação de intelectuais aos cargos públicos, assumindo tarefas de cunho político e ideológico (MICELI, 2001). A formação dessa rede foi basilar em sua construção, que aliado à política nacionalista das décadas de 1930 e 1940, gestaram e construíram um patrimônio brasileiro alicerçado em uma concepção de "unidade nacional" (CHUVA, 2009). A inserção desses intelectuais como parte integrante do projeto nacionalista correspondeu às prerrogativas do Estado e ao mesmo tempo uma demanda política e social desses agentes. Segundo Sérgio Miceli (2001), uma rede de estratégias, cooptações e mesmo de clientelismo fizeram com que esses intelectuais se mantivessem no poder de forma peculiar (dependência material e institucional).

Essa trama de relações sustentada em estratégias e colaboracionismo proporcionou a um contingente de intelectuais – entre eles os agentes do patrimônio – a prestação de serviços diversos à política cultural da era Vargas, fossem encomendas oficiais, participação em congressos e reuniões ou mesmo assessoria direta ao governo (MICELI, 2001). Esse campo em construção absorveu esse grupo, inserindo-os em um sistema de manutenção das atividades intelectuais, onde passaram a contar em parte com o orçamento público, evitando problemas de mercado ou mesmo de prestígio. O domínio da cultura pode ser assim caracterizado como um "negócio oficial" (MICELI, 2001), ao manter por intervenção estatal todas as fases de financiamento, produção, difusão e conservação das atividades intelectuais.

Construir uma identidade nacional era premissa e discurso oficial do Estado Novo. Por consequência, era também dos sujeitos que compuseram as instituições públicas. A política nacionalista, em conjunção ao projeto de construção de um patrimônio nacional através dessa rede de trocas e alianças, levou à imposição de valores estéticos, morais, civilizatórios e históricos que foram perpetuados como prática na construção e proteção do patrimônio nacional brasileiro. A nação interpretada como sujeito e objeto de construção, a qual deveria ser desvendada por esses agentes, foi tipificada como um ser particular, composto de cultura e traços específicos. E caberia a esses indivíduos o papel de desvendar características suprimidas e esquecidas pelo processo civilizatório composto de "estrangeirismos" (CHUVA,

2009). Portanto, era na materialidade histórica da nação brasileira que seriam desvendadas e reconstituídas as suas singularidades. Ou seja, a história da nação foi autenticada pela materialidade dos seus objetos, elevados a condição de patrimônios tutelados que visavam "unificar nação e cultura, constituindo-se em peça fundamental no processo de construção da nação" (CHUVA, 2009, p. 327).

Em termos de ações práticas, a cooptação desses agentes e o domínio da cultura como negócio oficial foram alguns dos atos de construção e manutenção do discurso do nacionalismo. Outro aspecto foi a autoatribuição desses agentes como "porta-vozes da nação" (MICELI, 2001). De acordo com Sérgio Miceli, a atuação deles em conjunção com o nacionalismo moldou uma postura já antes iniciada pelos modernistas, à qual se denominavam e se atribuíam como "porta-vozes" do conjunto da sociedade. Esse poder de "fala da nação", a partir de relações de poder exercidas por esses indivíduos, legitimou, juntamente com o Estado, um monopólio cultural. Essa postura dava-lhes condições ideais para feitura de obras e seleção de um patrimônio cultural que "expressassem" a coletividade da nação. Desse modo, a produção intelectual fundada em álibis nacionalistas, tornou-se um dos instrumentos para a construção e gestão do patrimônio cultural brasileiro, o qual difundiam, versavam, conservavam e tinham "como crivos a avaliação de suas obras os indicadores capazes de atestar a voltagem de seus laços com as primícias da nacionalidade" (MICELI, 2001, p. 216).

A partir desse discurso, os intelectuais obtiveram meios para a construção e gestão desse campo do saber e dos "bens culturais passíveis de serem identificados como nacionais, tornando-se, assim, critério de verdade" (CHUVA, 2009, p. 222), o que demonstra as teias de relações estabelecidas por esses intelectuais e as verdades produzidas, enunciadas em discursos que moldam e "silenciam" outras visões, constituindo uma busca de verdade hegemônica da nação. Deste modo, é possível inferir que o nacionalismo funcionou como política de Estado nas décadas 1930 e 1940 e moldou as práticas institucionais executadas nos períodos posteriores, principalmente durante o período "populista" do governo Vargas (1945-1964), no qual há um processo de expansão contínua das carreiras intelectuais e a inserção de novas especialidades, com o surgimento de economistas, sociólogos, entre outros. Essa prática se refletiu nas ações dos demais órgãos da cultura brasileira, entre eles o IPHAN, conferindo-lhes, assim, um caráter peculiar e identitário. Tais aspectos, aliados às políticas patrimoniais que estavam sendo gestadas, consagraram "uma feição particular e uma

identidade própria ao Sphan, naturalizando procedimentos e um dado conceito de patrimônio histórico e artístico nacional" (CHUVA, 2009, p. 31).

Assim, alicerçados em álibis nacionalistas, os agentes do IPHAN naturalizaram práticas, procedimentos e consolidaram o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional através de estratégias de homogeneização e integração de discursos e efeitos de verdade. A seleção de bens culturais, que representasse a história brasileira em sua "originalidade", "singularidade" e recuada temporalmente, fez que se optasse por eleger um patrimônio com maior número de caracteres complementares, homogêneos, sem interferência de novos elementos e características que fugissem ao padrão considerado "puro" do estilo artístico do período selecionado. A busca por uma origem "pura" da nação e sua comprovação pela materialidade de "objeto-testemunhos" (CHUVA, 2009), institucionalizou a obra arquitetônica como patrimônio a ser preservado.

A arquitetura como "objeto-testemunho", e assim passível de preservação, recai em um segundo discurso desse período: a consagração dos "monumentos-documentos" (LE GOFF, 1994). Considerados vestígios materiais, os monumentos elencados como bens nacionais, foram tratados no sentido de autenticidade, verdade histórica e unicidade e, através de mecanismos de descrição formais produzidos institucionalmente, buscavam verificar os testemunhos da arquitetura colonial. As categorias: autenticidade, racionalidade, simplicidade e pureza, passaram a fazer parte das características identificadas para uma arquitetura de qualidade – a arquitetura colonial e a arquitetura moderna brasileira – tendo como pontos de interseção a "conservação do passado" e "modernização do presente" (SANT'ANNA, 1995).

Esse processo de descrição formal e tratamento dos "monumentos-documentos" aproximavam-se ao trato documental da escola positivista do século XIX. Segundo Márcia Chuva, o esforço crítico desprendido pelos agentes do IPHAN na seleção e organização do que seria patrimônio histórico e artístico nacional esteve próximo do positivismo "ao procurar, essencialmente, a autenticidade, numa caça aos fatos, e, por consequência, atribuindo uma importância fundamental à datação" (CHUVA, 2009, p. 75). A esses documentos, considerados cacos arqueológicos, foi outorgado um valor de testemunho do passado da arquitetura colonial, selecionado e construído a partir das vontades desses agentes, buscando reconstituir a história da nação brasileira que se encontrava perdida e fragmentada. Nessa conjunção, os objetos arquitetônicos foram elencados como representantes materiais da

cultura brasileira e a inserção desses documentos como monumentos em uma parcela da história da arte universal remetia o Brasil a esse quadro evolutivo de âmbito internacional.

A concepção de autenticidade – ligada à ideia de tradição e não só por meios de comprovação documental – podia ser assim identificada pela percepção objetiva e visual. A "qualidade construtiva" encontrada por esses técnicos, especialmente na arquitetura produzida até o começo do século XIX (a arquitetura colonial barroca), representou para eles o que havia de mais autêntico e "puro" da arquitetura brasileira. Rejeitavam os estilos arquitetônicos posteriores, principalmente o eclético, construído ao longo do século XIX, por entender que este último "ao submeter-se aos padrões do gosto internacional, subjugou a experiência tradicional luso-brasileira" (CHUVA, 2009, p. 362). Portanto, as intervenções deveriam se aproximar dos conceitos engendrados pelo modernismo, mantendo as características tradicionais dos bens, construindo assim uma "auto-imagem" da nação. Por "características tradicionais" conclui-se, então, o estilo barroco.

Nesse contexto, os agentes do IPHAN construíram uma rede de distribuição e circulação desses discursos, na qual criou-se a ideia de que somente a figura do arquiteto seria capaz de enunciá-los, e do mesmo modo, preservar os objetos. Segundo Márcia Chuva

> É curioso notar todo um léxico que vai se constituindo como um novo código, o qual, compartilhado por aqueles que se tornavam detentores de um discurso específico, autorizava-os a enunciá-lo. A partir do domínio desse código, enquadravam o patrimônio histórico e artístico nacional em tipos, dos quais a produção mineira do século XVIII servia de referência e parâmetro (CHUVA, 2009, p. 350).

A partir das relações de poder estabelecidas por esse campo de saber, houve a formação de "uma área de atuação profissional específica na qual o arquiteto assumiu o papel de 'especialista'" (CHUVA, 2009, p. 45). Esses profissionais acreditavam que o trabalho do arquiteto situava-se entre a técnica, a arte e a história – e somente um profissional com esse tipo de formação multifacetada seria capaz de preservar o patrimônio histórico e artístico nacional.

Conquistando o espaço de conhecedores da preservação do patrimônio, a partir do entrelaçamento das redes, consolidação dos discursos e da rotinização de suas práticas, esses técnicos consagraram-se como os especialistas por excelência, formando um grupo profissional hegemônico (CHUVA, 2009). Seja pela adesão, nesse período, aos discursos da

monumentalização e da autenticidade e à valoração da arquitetura como exposto acima, ou mesmo pela falta de detalhamento no Decreto n° 25/1937 do perfil profissional atuante nesse campo, o arquiteto tornou-se o agente executor das práticas de preservação do patrimônio, tendo como foco principal de atuação as obras de conservação e restauro.

Márcia Chuva, na obra já citada, traz a relação dos funcionários da seção técnica e representantes regionais do IPHAN nas décadas de 1930 e 1940 (Tabela 1).

Tabela 1 - Funcionários da Seção Técnica e representantes regionais.

NOME	ATIVIDADE PROFISSIONAL	PERÍODO	FUNÇÃO
Augusto Meyer	Escritor	1937 a 1939	Diretor/RS
Lucas Mayerhofer	Arquiteto	1939 a 1940	Diretor/RS
Godofredo Filho	Escritor	1938 a 1970	Diretor/BA
Gilberto Freyre	Sociólogo	1938 a 1939	Diretor/PE
Ayrton Carvalho	Engenheiro	a partir de 1938	Diretor/PE
Epaminondas de Macedo	Engenheiro	1936 a 1938	Diretor/MG
Salomão de Vasconcelos	Historiador	1938 a 1945	Diretor/MG
Silvio de Vasconcelos	Arquiteto	a partir de 1945	Diretor/MG
Mário de Andrade	Escritor	1937 a 1938 e 1941 a 1945	Diretor e Servidor /SP
Luiz Saia	Engenheiro	a partir de 1939	Diretor/SP
José de Souza Reis	Arquiteto	a partir de 1937	Seção Técnica
Renato Soeiro	Arquiteto	a partir de 1937	Seção Técnica
Alcides da Rocha Miranda	Arquiteto	a partir de 1940	Seção Técnica
Paulo Thedim Barreto	Arquiteto	a partir de 1940	Seção Técnica
Edgar Jacinto	Arquiteto	a partir de 1938	Seção Técnica
Lúcio Costa	Arquiteto	a partir de 1938	Seção Técnica

Fonte*:* CHUVA, 2009, p. 198.

Nesse levantamento é possível notar tanto a predominância de profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo quanto de engenheiros em relação aos profissionais das áreas sociais e humanas – historiadores, sociólogos e escritores (Figura 1). Nesse quadro, somente os representantes regionais, como Augusto Meyer[6], Godofredo Filho[7] e Mario de Andrade[8]

[6] Augusto Meyer (1902-1970): jornalista, memorialista, diretor do Instituto Nacional do Livro em 1937, no qual permaneceu como diretor por mais de 30 anos.
[7] Godofredo Filho (1904-1992): escritor, diretor do Regional do IPHAN (Bahia e Sergipe).
[8] Mário Raul de Moraes Andrade (1893-1945): escritor, atuou na regional de São Paulo no SPHAN.

eram escritores. Gilberto Freyre[9] (sociólogo) e Salomão de Vasconcelos[10] (historiador) complementavam o quadro técnico de engenheiros e arquitetos (CHUVA, 2009, p. 198).

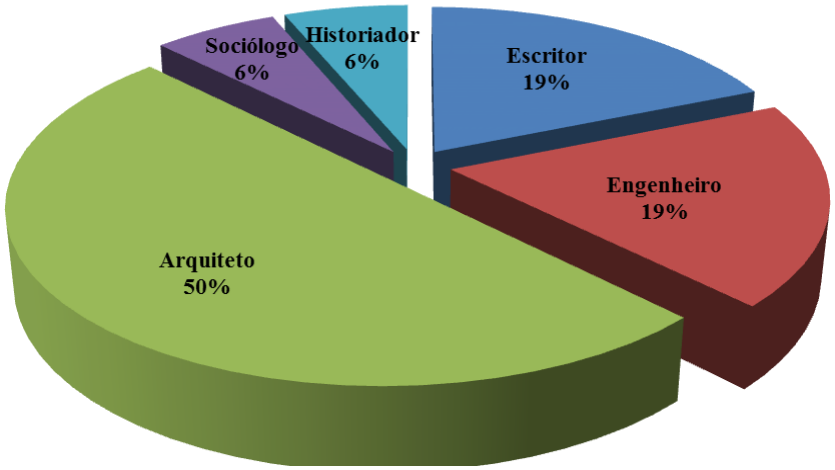


Figura 1 – Áreas de atuação profissional – Seção Técnica e Representantes Regionais.
Fonte: CHUVA, 2009, p. 198.

Este quadro era diverso ao Conselho Consultivo, onde, no mesmo período, há grande número de historiadores e antropólogos em relação à presença de somente um arquiteto, Carlos de Azevedo Leão[11].

Percebe-se, então, o arquiteto atuando na prática das diretorias regionais e os demais profissionais, da área de humanas, predominando no debate dentro do Conselho Consultivo. Porém, é notório que grande parte desses intelectuais possuía múltiplas formações e transitavam por várias áreas de conhecimento. O enquadramento em tipologias profissionais, seguindo levantamento proposto por Marcia Chuva (2009), foi aqui utilizado como instrumento metodológico para compreensão das áreas de maior abrangência desses agentes, não havendo análise sobre suas múltiplas formações e atuações. Contudo, alguns exemplos saltam à vista, entre eles o caso de Alcides da Rocha Miranda, que além de exercer o cargo de arquiteto teve grande reconhecimento como artista plástico e critico de arte, além de lecionar na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. E mesmo Rodrigo Mello e Franco de Andrade – fundador e primeiro diretor da instituição – que tinha formação em direito, atuou

[9] Gilberto de Mello Freyre (1900 – 1987): historiador, antropólogo e sociólogo brasileiro, membro do conselho consultivo.
[10] Salomão de Vasconcelos (1877 - 1965): jurista, médico, historiador e escritor, participou da instrução do processo de tombamento de Mariana (MG), além de desenvolver trabalhos sobre a história de Minas Gerais.
[11] Carlos de Azevedo Leão (1906-1983): arquiteto, pintor, desenhista.

como jornalista e seu discurso o aproximava mais de um historiador da arte, com publicações sobre as diversas tipologias de patrimônio e artes em geral.

Além dos arquitetos que atuavam na área técnica e nas diretorias regionais conforme exposto acima, as ações de preservação abrigavam ainda um terceiro grupo formado por museólogos, arqueólogos e antropólogos, que se estabeleceram na seleção e estudo de objetos próprios – museus e estudos da cultura popular. Esse terceiro grupo profissional manteve-se em "campos distintos de atuação por várias décadas e sem vínculos significativos com as políticas públicas do patrimônio cultural" (CHUVA, 2008, p. 35).

Em relação ao historiador, a quem, segundo Lúcio Costa[12], não era dada objetividade necessária às atividades de proteção do patrimônio por realizar "pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam a repartição" (COSTA *apud* MOTTA, 1998, p. 137), a ele foram reservados os espaços de produção discursiva, ou seja, nas pesquisas de amparo ao tombamento, e consequente preservação desses bens, além de publicação na *Revista do Patrimônio*.

Não obstante, a Seção de História, criada em 1946 para integrar a Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), assim como a Sessão de Artes, foram instituídas pelo Regimento aprovado através do Decreto n° 20.303, e deveriam

> [...] proceder ao inventário continuado dos textos manuscritos ou impressos, de valor histórico e artístico [...] assim como da documentação iconográfica que constituem fontes diretas ou subsidiárias para o estudo da história da arte no Brasil, recomendando o tombamento de manuscritos. Além disso, deveria realizar a catalogação dos arquivos públicos, eclesiásticos e particulares de interesse para a história nacional e da arte (THOMPSON, 2010a, p. 85).

Portanto, se fixavam no trabalho de levantamentos de dados, coerente com o discurso de "monumento-documento" e trato documental da escola positivista[13]. Também era de sua incumbência a inscrição no Livro de Tombo e manutenção da Biblioteca e Arquivo do IPHAN. Já as pesquisas de auxílio e assistência a projetos de restauração caberiam à Seção de Projetos, predominantemente ocupada por arquitetos.

[12] Lúcio Costa (1902-1998): arquiteto e urbanista, integrou os quadros do IPHAN desde sua fundação e foi diretor da DET até 1972.

[13] Escola positivista refere-se aqui a uma vertente da história, desenvolvida no século XIX baseada no pensamento de Auguste Comte. Entre os conceitos básicos essa estabelece que a história se torna verídica pelos documentos que a compõem, através de uma crônica dos fatos, o documento passaria a ser a fonte indispensável. Segundo Le Goff (1983), é com esta escola que o documento triunfa.

Cabe destacar que a profissão do historiador, no período de criação do órgão de preservação brasileiro, estava em processo de sistematização como saber acadêmico, com a criação do primeiro curso de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1934. Durante o século XIX, os historiadores se imbuíram de construir narrativas acerca da nação brasileira, através de viagens por seu território e pesquisas realizadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e outros institutos de formatos similares. Em contexto diferente ao da criação do IPHAN, esses profissionais selecionaram parcela da história brasileira "com a nítida preocupação de legitimar a delimitação do território nacional e configurar uma cultura da nação" (BITTENCOURT, 2004, p.18). Essa função de construtor da nação atribuída ao historiador ao longo do século XIX aproxima-se do processo de constituição do campo da cultura brasileira, onde a seleção de um patrimônio nacional proporcionou a eleição de documentos, monumentos, personagens e um dado recorte da história da nação brasileira. Porém, a grande distinção desse período é o lugar em que esses historiadores se colocaram e foram colocados na preservação do patrimônio.

Atuando no IPHAN, os historiadores ocupavam os espaços destinados à função narrativa: pesquisas realizadas por demanda dos agentes executores, pedidos diretos do Rodrigo de Melo Franco e questões levantadas a partir de descobertas realizadas na prática de intervenção e viagens (GONÇALVES, 2007). Tal trabalho podia, assim, ser caracterizado primeiro como um meio de suprir a carência de informações sobre esse patrimônio nacional em construção e, em seguida, como forma de legitimar as ações de preservação desses bens, conferindo-lhes caráter de autenticidade, reportando assim ao discurso de "monumento-documento". Como demonstrado na Figura 2, sobre a produção da *Revista do Patrimônio* no período de 1930 a 1940, 64% dos temas abordados referiam-se a artes e arquitetura colonial.

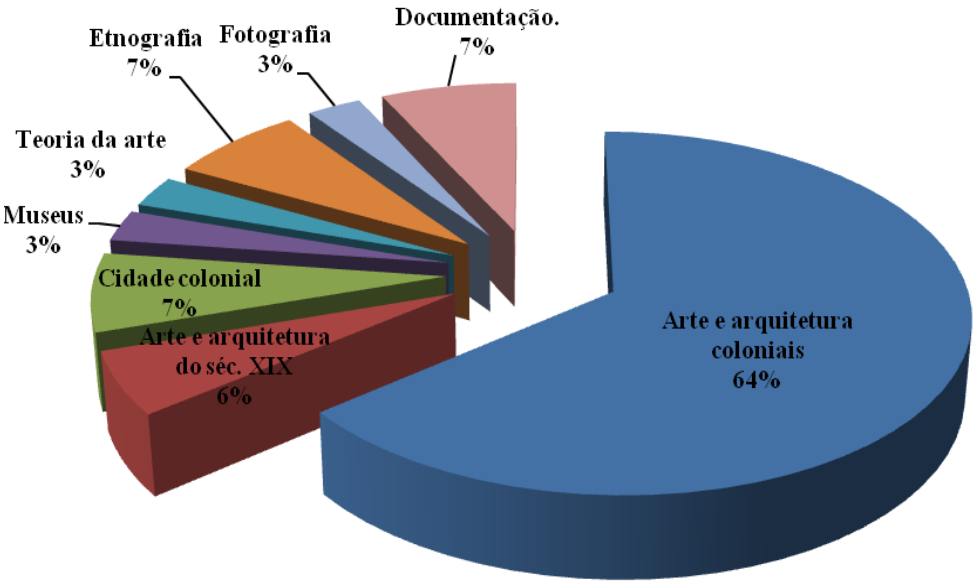


Figura 2 - Concentração por área de interesse.
Fonte: CHUVA, 2009, p. 270

Analisando os profissionais que declararam seus interesses principais como arte e arquitetura colonial, também predominava a presença do historiador, como se vê na Figura 3. Portanto, tais agentes discursivos, inseridos nesse corpo social, vinham legitimando o patrimônio histórico e artístico em construção. No interior dessa rede, retomavam os discursos institucionalizados, fazendo-os circular e constituindo-se como regra.

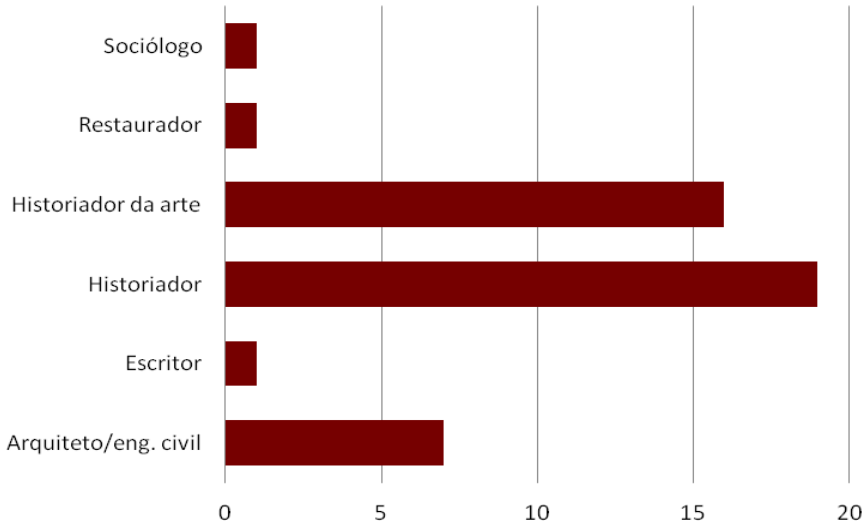


Figura 3 - Profissionais com interesse em arte e arquitetura colonial.
Fonte: CHUVA, 2009, p. 270

Como vimos, essas pesquisas buscavam informações e documentos que descrevessem e comprovassem exaustivamente a "autenticidade" dos bens.

> Havia uma verdadeira obsessão pela idéia de originalidade, pela qualificação do monumento, pela sua catalogação, o que ensejava um conjunto enorme de atividades desenvolvidas em torno do tombamento e que visavam formar uma massa documental em torno dos bens móveis e imóveis inscritos no livro de tombo (SANTOS, 1996, p. 90).

O método de pesquisa era o inventário de bens por meio de levantamento, catalogação, descrição e citação exaustiva das fontes primárias e iconográficas, servindo de base para as ações de conservação e restauração que poderiam incluir, ainda, relatos orais que contribuíssem para esclarecer a "autenticidade" da obra e permitissem sua reprodução por analogia.

> A obsessão pelo documento tem como consequência a adoção de rigorosos e metódicos procedimentos de restauração, e que, para o alcance da reprodução fidedigna, necessitavam cada vez mais de estudos, fotografias, desenhos e pesquisas nas fontes originais (SANTOS, 1996, p. 90).

Mas, se ao historiador não cabia a devida objetividade para a realização dessas pesquisas no auxílio às obras de restauro, quem se incumbiria deste trabalho? E por quem ele teria sido executado? Segundo Lúcio Costa, em documento já citado, para o levantamento desses "informes simples" "poderia [-se] recorrer com proveito a estudantes universitários em férias e a intelectuais de várias categorias necessitados de amparo" (COSTA *apud* MOTTA, 1998, p. 137). Porém, nos parcos registros sobre essas pesquisas históricas realizadas como suporte às práticas de restaurações, nota-se a existência de informações sumárias aportadas às fontes iconográficas, realizadas em grande parte pelos próprios técnicos (GONÇALVES, 2007). Assim, a falta de dados detalhados nos relatórios de obras e os poucos registros de suas etapas repercutiu em uma ausência da memória histórica desse processo, na qual

> [...] são visíveis as lacunas, na documentação hoje existente nos arquivos do IPHAN, relativas às pesquisas históricas e aos documentos autênticos que pudessem elucidar as questões referentes às etapas de construção e às alterações formais sofridas pelo imóvel (GONÇALVES, 2007, p.73).

Segundo Michel Foucault (1979), as elaborações discursivas são acompanhadas de uma seleção documental que as sustenta, tornando-as monumento. Assim, caberia à história elaborar e sistematizar essa gama documental. Portanto, a produção de livros, artigos e pesquisas sobre esse patrimônio em construção tornou-se um modo de difusão do conhecimento teórico no meio técnico e acadêmico. Nesse sentido, as pesquisas realizadas pelo IPHAN aproximavam-no do campo técnico ao lhe fornecer informações sobre os bens que estavam intervindo. Também aliava-se ao campo acadêmico pela aproximação com os

conceitos e teorias, comprovando a versatilidade dos profissionais que compunham a área discursiva institucional, habitando tanto no espaço do IPHAN quanto na academia. Difundindo e construindo suas pesquisas através de revistas especializadas, com a colaboração de intelectuais estrangeiros como Germain Bazin, Hanna Levy, Robert Smith, Curt Lange, partiam em busca da cientificidade nos estudos sobre o patrimônio brasileiro.

Contudo, a permanência do profissional da área de humanas no Conselho Consultivo e nas publicações da *Revista do Patrimônio* pode ser percebida no próprio processo de institucionalização das práticas de preservação: a autodefinição do arquiteto como especialista/executor e o trato documental dado aos monumentos. Nos discursos e efeitos de poder exercido no campo patrimonial, assim caracterizado na área técnica e nos pareceres do Conselho Consultivo, estão intrínsecas as vontades de saber produzidas e difundidas nesse espaço. Não obstante, a predominância de áreas de conhecimentos diferentes, através dos discursos da monumentalização e autenticidade, tornam os enunciados da área técnica e do conselho consultivo complementares. Os discursos e enunciados desses agentes, apoiados e distribuídos em um suporte institucional, são inseridos nesse sistema de "economia dos discursos de verdade", que é

> [...] ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas [...] Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 1996, p. 17).

Reafirmada no processo de distribuição e circulação desse saber, supõe-se que haja exposição pública do discurso técnico nas ações de seleção e conservação/restauro de sítios e cidades tombadas. O discurso técnico em suas fases de produção, difusão e atribuição retoma os enunciados produzidos por esses agentes, mantendo, a partir das práticas de preservação, o saber técnico como regra.

Assim, duas grandes áreas – arquitetura e história – forneceram profissionais diretamente ligados à preservação e conservação de bens tombados. Em relação à profissionalização do arquiteto, sua regulamentação veio, em grande parte, para garantir sua permanência e ação direta. Após a reformulação do curso de arquitetura nas décadas de 1930 e 1940 (com a inserção do arquiteto Lúcio Costa na direção da Escola Nacional de Belas Artes – atual EBA – e a regulamentação das profissões de arquiteto, engenheiro e agrimensor, em 1933, através do decreto federal nº 23.569/1933) houve uma demarcação do campo dessa

ciência no Brasil. Além disso, a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura no Rio de Janeiro, em 1945, inseriu no mercado profissionais que, a partir desse momento, incluíam o título de "urbanistas". Isso garantiu a introdução sistemática desses novos profissionais nas ações de preservação dos sítios urbanos e, de modo crescente, iniciou as discussões sobre as suas particularidades.

Buscando a trama de profissionais que se envolveram nas práticas iniciais de conservação/restauração de sítios urbanos e cidades tombadas, torna-se necessário localizar as ações pontuais realizadas pelo órgão nacional de patrimônio no recorte desse subtítulo. Assim como os arquitetos se inseriram nas intervenções de conservação/restauração a partir da rotinização das práticas e da inclusão da mão-de-obra primária, na execução das obras ocorreu do mesmo modo. Silva Telles[14], em entrevista ao Boletim SPHAN *pró*Memória[15] nº 22 de 1983, atribui a inserção dessa mão-de-obra à convocação do IPHAN, para compor seus quadros, de

> [...] mestres de obras e profissionais de ofícios, que conheciam, ainda, as diferentes técnicas tradicionais utilizadas na arquitetura do passado. Técnicas essas que, na ocasião, ainda estavam vivas, em uso, especialmente em áreas do interior brasileiro. (Boletim SPHAN *pró*Memória, n° 22, 1983, p. 23).

Recaindo no discurso da arquitetura colonial e moderna, esses servidores acreditavam que as ações de restauro realizadas nesse período deveriam manter o aspecto "primitivo" da obra na relação "pureza formal e verdade construtiva", na qual se buscava reconstituir o aspecto original. Portanto, concebia-se a preservação dos bens também por analogia como "plurais replicáveis", "no qual a 'reconstituição dos aspectos originais' era feita a partir de supostos modelos, exemplares de uma série" (CHUVA, 2009, p. 356). Práticas como a minimização e neutralização de traços que rompessem o aspecto primitivo e colonial do conjunto urbano, bem como o preenchimento das lacunas seguindo as características do sítio, com a utilização de materiais típicos da região e do sistema tradicional construtivo, foram critérios estabelecidos nesse período para as intervenções realizadas (SANT'ANNA, 1995). Nesse contexto, a formação de mão-de-obra conhecedora e especialista que pudesse reproduzir tais práticas responderia a essa demanda criada pelos técnicos do IPHAN.

[14] Augusto Carlos da Silva Telles (1923-2012): arquiteto, servidor do quadro do IPHAN desde 1957, primeiro como consultor e depois como técnico da Diretoria de Tombamento e Conservação. Foi presidente da Fundação Nacional *pró*Memória e secretário do IPHAN. Fundador e presidente, do ICOMOS até 1982, realizou diversos trabalhos de conservação e restauração de bens imóveis.

[15] O termo SPHAN próMemória foi utilizado de acordo com a grafia apresentada em Boletim de mesmo nome.

Esse saber construído através da prática, em grande parte por autodidatas, no qual o treinamento interno e a troca de experiência eram pontos fundamentais para sua manutenção, pode ser relacionado a um caráter tecnicista e empirista das práticas educacionais desse período. Em volume reduzido, esses agentes se enveredavam por diversas partes do Brasil executando obras sob a orientação e fiscalização do IPHAN, como no caso das Turmas Volantes que percorriam a área do 1° distrito (Alagoas até Rio Grande do Norte). Mas, em outros lugares, a própria mão-de-obra local era contratada pelo IPHAN para a execução de intervenções em restauro, por meio de profissionais que dominassem processos construtivos tradicionais – mestre de carpina, talha, cantaria, marcenaria, estuque, entre outros – além de oficinas e ateliês que oferecessem tais serviços (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1980).

As ações de conservação e restauro desenvolvidas por esses agentes, técnicos e mestres, de tão recorrentes, constituíram "'fala legítima', que se reproduziu e foi reproduzida de modo a manter a crença" (CHUVA, 2009, p. 219). Vista como atividade rotineira, sem grande detalhamento de procedimentos e das técnicas adotadas, o valor artístico como prática discursiva se sobrepunha aos demais – valor histórico, etnográfico, entre outros. Nos sítios urbanos tombados predominavam ações que visavam manter unidade estilística, sendo a concepção estética predominante enquanto solução e procedimentos na intervenção restauradora desse bem. Compreendido como um "monumento histórico isolado" (MOTTA, 2010) remetia

> [...] a preservação global do objeto urbano e sua apreensão como obra de arte, objeto de época ou um todo fechado, cuja expansão ou modificação jamais poderia ocorrer em próprio âmbito mas somente fora dele e bastante afastada (SANT'ANNA, 1995, p. 137).

Em termos de intervenção nos sítios urbanos tombados o valor histórico só foi utilizado como critério definidor das ações nos períodos posteriores, prevalecendo nesse momento a seleção do objeto individual. Como valor secundário, o valor histórico, em grande parte associado à datação e marco de fatos memoráveis, atribuía caráter de autenticidade[16] (verdade) aos bens assim selecionados no tombamento, como foi visto. Foi também utilizado para justificar a proteção de bens que fugissem à erudição da arte e dos fatos históricos pelo conceito vigente, mas que fossem considerados culturalmente relevantes para a construção do patrimônio nacional (FONSECA, 2005). Fechava-se em torno do discurso da construção de

[16] O conceito de autenticidade já indicado na Carta de Veneza (1964) foi amplamente discutido sistematizado na carta de Nara em 1994.

uma nação, pautado nos enunciados e valores artísticos dos arquitetos modernistas. Nesse sentido, Marcia Chuva considerou que "restaurar era criar a materialidade do patrimônio" (CHUVA, 2009, p. 327), mesmo que essas intervenções não condissessem com um período específico ou determinado, suprimindo os momentos históricos que esses bens percorreram na sua trajetória.

As ações de conservação/restauro e mesmo a seleção dos sítios e cidades representavam uma ínfima parte das ações desenvolvidas pelo IPHAN. Márcia Sant'Anna aponta que

> [...] dos 50 processos de tombamento de áreas urbanas abertos nesta fase, 39 foram efetivados até 1967, o que corresponde a cerca de 5% do total de tombamentos realizados no período. Treze cidades ou núcleos centrais foram protegidos, algumas áreas no Rio, e em localidades como Goiás Velho, São Luís do Maranhão, Salvador e Petrópolis foram tombados conjuntos urbanos que constituíram, mais tarde, o núcleo de tombamentos maiores. (SANT'ANNA, 1995, p. 131).

O tombamento de espaços urbanos integrados, como o caso de Ouro Preto (MG), em 1938, e outros núcleos históricos, não implicariam em ações que visavam à preservação do conjunto como fator dinâmico e indissociável – tais questões só viriam a ser desenvolvidas em períodos posteriores –, mas sim intervenções de caráter pontual. Assim, as práticas restauradoras ocorridas inicialmente consideraram as cidades a partir de características meramente estáticas e que não se desenvolveriam em grandes proporções. Porém, de forma paralela a essa concepção, foram previstas algumas ações para conter a descaracterização dos sítios históricos, entre elas: criação de áreas de expansão; minimização e neutralização de traços que rompessem o aspecto harmônico (primitivo e colonial) do conjunto urbano; preenchimento das lacunas seguindo características do conjunto – materiais típicos da região e sistema tradicional construtivo – não executando uma cópia fiel do estilo, aproximando-se do antigo sem interferir na vizinhança[17] (SANT'ANNA, 1995).

A partir da década de 1950 houve uma profusão de tombamentos urbanos. Mantendo-se o discurso do "monumento-documento" e ainda coerentes com a proposta de "cidade-monumento" (SANT'ANNA, 1995), as ações de conservação/restauração desses sítios

[17] Esse tipo de procedimento, segundo Lia Motta (2008) alarga-se a partir da década de 1950 com o processo de crescimento das cidades tombadas, principalmente as mineiras. Destinado a casos excepcionais esse procedimento a partir da rotinização acrítica dessa prática pelos moradores locais, tornou-se regra e legitimou-se como um "estilo patrimônio".

mantiveram-se na mesma linha das ações iniciais. Expandindo para outros estados além do eixo Minas Gerais - Rio de Janeiro, ocorreram tombamentos nos estados de Sergipe (São Cristóvão), Goiás (Pilar de Goiás), Pernambuco (Olinda), além dos tombamentos de Vassouras e Parati em 1958, no estado do Rio de Janeiro. A expansão do eixo de tombamento poderia soar como significativa mudança no processo de seleção desses bens. Porém, em termos discursivos, há uma continuidade: as categorias de "autenticidade", unidade estilística e o trato dessas cidades como "monumento-documento" estão presentes nos critérios de seleção adotados. Nesse sentido, buscavam-se elementos que pudessem caracterizar estilisticamente tais monumentos, nos quais a unidade do conjunto pudesse remeter à arquitetura considerada de "boa qualidade". Exemplificando essa afirmativa, o tombamento de Vassouras trouxe como um dos critérios de seleção uma "'unidade' na variedade de soluções" (Processo 566-T-57, 1957, p. 2) de seu plano urbanístico. Diferentemente dos tombamentos realizados em todo período, o de Vassouras foi o primeiro a englobar todo um conjunto urbanístico do século XIX. Porém, trazia como justificativas os mesmos atos discursivos adotados para os demais conjuntos coloniais tombados. Portanto, algo que soaria como uma ruptura, enquanto prática de preservação, verificou-se como permanência no âmbito discursivo.

Por outro lado, o processo de industrialização promovido pelo Estado brasileiro nessa mesma década e as mudanças nas políticas desenvolvimentistas, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, resultaram em um processo acelerado de urbanização das cidades, ocasionando conflitos na área patrimonial. Segundo Cecília Londres Fonseca, a preservação das cidades e seus entornos frente ao desenvolvimentismo passaram a exigir das práticas do IPHAN novo dimensionamento e postura. A pressão sofrida pelos centros históricos das grandes cidades pela construção em larga escala, linhas de eletricidade, especulação imobiliária, entre outros problemas acabou desarticulando "os processos espontâneos de preservação do patrimônio" (FONSECA, 2005, p. 141) comumente realizados pelo IPHAN. A manutenção de uma unidade formal estilística e "pura" dos monumentos, preocupação central do IPHAN nas primeiras décadas da instituição, tornou-se irrelevante em vista dessas pressões.

A formação dos técnicos para atuar frente a essas novas problemáticas do patrimônio passou por um processo de abertura e diálogo com órgãos internacionais, principalmente a partir de meados da década de 1960 quando o IPHAN buscou a assessoria da Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Conforme Lúcio Costa, nos anos iniciais do IPHAN, esse instituto não tinha contato com os demais órgãos de patrimônio internacionais.

> Este convívio só começou a ocorrer depois que o Patrimônio passou a ser considerado no estrangeiro um organismo de interesse, sério, e isso foi uma coisa posterior. Não houve nenhuma procura nossa no sentido de nos apoiarmos no já existente. Foi uma falha, aliás, e ocorreu, sim, o contrário (COSTA, 1992, p.4).

Porém, Márcia Chuva considera que os agentes do IPHAN conheciam, sim, as diferentes teorias de restauro e as experiências realizadas na Europa. Menciona como exemplos do diálogo com o "pensamento europeu" de restauração a citação de Rodrigo Mello e Franco de Andrade de documentos internacionais – Carta de Atenas de 1933 e as recomendações do IV CIAM do mesmo ano – em pareceres e nos discursos de inauguração do IPHAN; a participação de Lúcio Costa nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM); além de compartilharem as ideias dos arquitetos modernistas, entre eles Le Corbusier (CHUVA, 2009). Essa negativa de contato com órgãos estrangeiros pode ser considerada como uma busca de "brasilidade" e excepcionalidade em nosso patrimônio, e, portanto, distanciada da realidade internacional. Mas, na prática, verifica-se que tal aproximação, mesmo em volume reduzido, fez parte do período inicial das ações do IPHAN.

Em suma, as práticas de preservação do patrimônio nacional realizadas nessa primeira fase tornaram-se regra, critério e método para as ações subsequentes. Alicerçada em um projeto de construção de uma nação brasileira homogênea, trouxe os conceitos de "autenticidade", monumento-documento, arquitetura colonial e moderna, valores estéticos e históricos como discursos, práticas de seleção e preservação desses bens. Constituíram-se em "fala legítima", onde um campo profissional específico – a arquitetura – foi moldado a partir da rotinização das práticas de preservação desenvolvidas por esse órgão. O saber técnico e empirista, no qual esses agentes reconheciam-se como especialistas na preservação do patrimônio, por possuírem formação multifacetada, aliando aspectos técnicos, históricos e artísticos, tornou-se escola de construção desse campo do conhecimento. Ao treinar e cooptar uma mão-de-obra especializada em técnicas tradicionais tornava-se regra, difundido critérios, métodos e procedimentos.

Os demais profissionais aparelhados no quadro do IPHAN - historiadores, escritores, sociólogos, geógrafos – incumbiam-se da narrativa, realizando pesquisas cujas informações

documentais conferissem "autenticidade" ao patrimônio selecionado e restaurado. Como suportes inseridos em todo o sistema de produção, acumulação e circulação, reproduziram a partir da seleção de fontes o discurso dos arquitetos, engendrados nesse corpo social através da *Revista do Patrimônio*, de artigos e livros sobre os bens brasileiros.

Esses discursos resultaram em ações efetivas de proteção aos poucos sítios urbanos tombados, que, em uma construção empírica, constituíram as primícias das práticas de preservação desse patrimônio brasileiro.

Buscando compreender a formação desses agentes no campo da preservação dos sítios urbanos tombados esta pesquisa dedicou-se a verificar em que medida o aumento desse diálogo internacional influenciou nos discursos e práticas dos agentes do IPHAN, tema do tópico subsequente.

1.2. DIÁLOGO INTERNACIONAL

PASSOS PARA A CIENTIFICIDADE (1968-1979)

> *Primeiro as teorias. Depois é fundamental a parte prática. Sem a teoria você é um palpiteiro*.[18]

A política desenvolvimentista do governo brasileiro, principalmente no governo de JK, junto à industrialização mundial desencadeada após a II Guerra Mundial, resultou em um processo acelerado de urbanização. A busca por medidas que aliassem a preservação de seus patrimônios aos novos enfrentamentos tornou-se elemento principal das discussões patrimoniais entre as décadas de 1950 a 1970. Essa época foi marcada por uma série de congressos, encontros e seminários, em grande parte promovidos pela UNESCO, visando a discutir uma nova realidade urbana. O diálogo com os órgãos internacionais, timidamente travados nos anos iniciais do IPHAN, estreitou-se a partir de meados da década de 1960, como fonte e auxílio aos novos enfrentamentos urbanos. A partir desse período, a UNESCO passou a atuar como grande colaboradora e aliada do órgão de proteção do patrimônio brasileiro, enviando consultores a diversas cidades.

[18] Silva Telles apud Thompson, 2010, p. 19. Fala do arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles em entrevista a COPEDOC quando foi questionado sobre a formação de profissionais para intervir em sítios urbanos tombados.

Nesse contexto, a formação dos técnicos para a demanda de preservação ganhou novo foco e a sua profissionalização foi iniciada com a criação dos primeiros cursos de formação. Seguindo os parâmetros da UNESCO, buscavam formar arquitetos para a preservação de sítios urbanos, que, a partir da década de 1970, tornaram-se prioritários nas ações de preservação desenvolvidas pelo IPHAN. Acompanhando a política educacional desse período, foram criados cursos de pós-graduação que, com o auxilio das universidades federais, desenvolveram-se como extensões aos cursos de graduação em arquitetura já estabelecidos nessas unidades de ensino.

As categorias profissionais em preservação do patrimônio incluíam arquitetos (categoria dominante) e engenheiros, executando ações técnicas; arqueólogos e museólogos, atuando em pesquisas de campo e unidades museológicas; e as categorias da área de humanas – historiadores, antropólogos, sociólogos – atuando em publicações e conselho consultivo. Esses últimos permaneceram, assim como na fase anterior, construindo discursivamente o patrimônio brasileiro, porém não mais no sentido de descoberta de uma singularidade dessa nação, mas sim no seu desenvolvimento.

Nesse momento político, as ações de preservação e o caráter da formação podiam ser caracterizados pelo embate entre preservação *versus* industrialização[19], onde o estreitamento do diálogo com a UNESCO e a descentralização do IPHAN ampliaram a preservação dos sítios urbanos, tornando-se, então, prioritários. Os elementos discursivos identificados como vigentes nesse período foram os da manutenção do conceito de "monumento-documento" e sua extrapolação para além dos quadros técnicos do IPHAN, com a grande produção e circulação por meio de Cartas Patrimoniais, revistas, congressos e constituição das disciplinas vinculadas ao tema nos cursos de formação.

O diálogo internacional passou a ser a principal base para as ações em sítios tombados a partir de meados da década de 1960. Antecipava, inclusive com caráter de vanguarda, alguns aspectos presentes nos documentos internacionais. Mas, em grande parte, assimilavam as recomendações discutidas nos relatórios dos consultores que visitaram o país na segunda metade da década de 1960. O sítio urbano tombado concebido como "monumento-documento", mesmo com a ampliação do número de tombamentos, ainda se enquadrava no perfil selecionado nas práticas iniciais do IPHAN. Porém, com o crescimento acelerado das

[19] Outros adjetivos são utilizados, principalmente, pela sociedade: progresso e desenvolvimentismo.

cidades atingindo a área tombada – que, na maior parte, não tinha delimitação legal –, as práticas de conservação desses bens viram-se desatualizadas frente à pressão de adensamento. Uma das medidas adotadas foi o zoneamento das áreas tombadas. De modo precursor, Sylvio de Vasconcelos, delegado (diretor) da representação regional de Minas, em 1962, propôs medida similar como forma de atender às demandas das cidades mineiras tombadas, entre as quais São João Del Rei, que sofria pressões para anular o seu tombamento. O zoneamento de preservação referia-se à "instituição de áreas diferenciadas dentro do perímetro tombado, onde se aplicam diferentes critérios de intervenção, mais ou menos rígidos, conforme o valor a elas atribuído" (SANT'ANNA, 1995, p. 146). Esse instrumento de preservação foi indicado nas cartas e recomendações internacionais posteriores à essa sugestão de Sylvio de Vasconcelos. A partir do processo de assimilação da prática indicada pelo técnico mineiro e dos enunciados nas recomendações internacionais, o zoneamento de preservação tornou-se referência nas práticas de preservação dos sítios tombados brasileiros.

A questão do zoneamento de preservação foi ainda debatida na *Recomendação de Paris*, de 1968, e mais especificada nas *Normas de Quito* (Equador), em 1967, onde se subdividiu em: zonas de proteção rigorosa; zona de proteção ou respeito; e zona de proteção da paisagem urbana. Esse tipo de instrumento de preservação foi em grande parte estimulado pelos consultores da UNESCO, que o indicaram como solução nos planos urbanísticos a partir da década de 1970 em sítios urbanos tombados como Ouro Preto/Mariana (MG) e São Cristóvão/Laranjeiras (SE) (MOTTA, 2010).

Em continuidade ao contexto de industrialização, na década de 1960 foram elaboradas diversas cartas internacionais para debater a preservação do patrimônio. No que tange à preservação de sítios urbanos presentes nas discussões dos técnicos brasileiros, a *Recomendação de Paris,* de 1962, e a *Carta de Veneza*, de 1964, foram mais especificamente discutidas e assimiladas como instrumentos de preservação dos sítios urbanos tombados (SANT'ANNA, 1995).

A *Recomendação de Paris*, produto da 12ª sessão da Conferência Geral da UNESCO realizada em dezembro de 1962, trouxe como foco temático a "salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios" (Recomendação de Paris *apud* CURY, 2004, p. 81). Inserindo preocupações concernentes aos novos enfrentamentos na preservação de sítios e paisagens, listava uma série de atividades nocivas a esses bens culturais, entre elas o crescimento urbano

desordenado, a construção de estradas e a poluição sonora, do ar e da água. Como medida de salvaguarda, propôs a integração entre os organismos do Estado, a criação de centros de pesquisas científicas, a "proteção legal, 'por zonas', das paisagens extensas" (Recomendação de Paris *apud* CURY, 2004, p. 85), as restrições nos planos de urbanização e ações educativas que visassem "despertar e desenvolver o respeito do público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir sua salvaguarda" (Recomendação de Paris *apud* CURY, 2004, p. 89).

Adotando um conceito de paisagem e sítio urbano ligado à concepção estética, com "monumentos" dotados de atributos artísticos e formais homogêneos, essa recomendação não representa uma ruptura com os conceitos e discursos então vigentes. Mas é relevante notar o papel dado à educação como formadora de opinião e instrumento de preservação. Termos como "valorização para o grande público", "problema primordial para a coletividade", "difusão com um espírito didático" e "publicidade" marcaram as propostas educacionais enquanto meios de construção e circulação desse saber. Esse tipo de proposta foi mais largamente debatido com a inserção do discurso da comunidade como agente passível de preservação e divulgação dos bens culturais que se consolidou em fins da década de 1970.

O segundo instrumento internacional da década de 1960 debatido entre os técnicos brasileiros e que se reflete nas práticas de preservação foi a *Carta de Veneza*. Elaborada em 1964, como produto do II CIAM, na Itália, trouxe aspectos fundamentais na prática de preservação dos sítios urbanos. Como resultado de um congresso que visava discutir as demandas do campo patrimonial e aprofundar questões levantadas na *Carta de Atenas*, de 1931, a *Carta de Veneza* foi vista como uma revisão dos aspectos já abordados e como proposta de criação de um Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que seria finalmente fundado em 1965.

Com rupturas discursivas, essa Carta trouxe um novo aspecto à conceituação de monumento ao ampliar o conceito associando a paisagem ao contexto histórico, rompendo com a preposição de monumento como somente arquitetura única, isolada e com valor em si próprio. O patrimônio passou a ser compreendido também como:

> [...] o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham

> adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (Carta de Veneza *apud* CURY, 2004, p. 92).

Essa nova significação do monumento se refletiu nas práticas brasileiras. O tombamento de fragmentos urbanos foi ressignificado, ocorrendo ampliações de núcleos já tombados e a extensão do tombamento de cidades a todo território municipal e eixos que fugiam ao perímetro original de sua formação (SANT'ANNA, 1995). O critério de seleção fundamentado na arquitetura colonial, que vinha de forma gradativa agregando monumentos que fugiam a esse padrão, intensificou-se nesse período, ocorrendo tombamentos de conjuntos representativos da arquitetura do século XIX. Porém, essa mudança prática não se refletiu na noção de valor artístico, visto que não foram inseridos bens que fugiam ao padrão estético de caráter homogêneo até então preconizados pelos arquitetos do IPHAN. Deste modo, Márcia Sant'Anna atribui que o discurso enunciado na *Carta de Veneza*, em termos práticos,

> [...] não significou uma transformação da noção de valor artístico, com sua atribuição a outras produções antes consideradas não artísticas. Significou, principalmente, uma visão mais integrada da preservação que envolvia não só o patrimônio construído, mas também todo o meio ambiente (SANT'ANNA, 1995, p. 176).

Um segundo aspecto tratado por essa carta refere-se à conservação/restauração, que passou a ser compreendida como ação excepcional de caráter científico, inserindo a discussão do testemunho histórico como finalidade das ações de preservação. O Art. 11 denuncia esse caráter de testemunho histórico que as práticas de restauração deveriam obter, ressaltando que "as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é finalidade a alcançar no curso de uma restauração"[20] (Carta de Veneza *apud* CURY, 2004, p. 93). E, por último, outro aspecto inovador preconizado foi a necessidade de investigação arqueológica, histórica e artística que precederia a intervenção, sendo esta documentada e registrada e, quando houvesse possibilidades, publicada e divulgada em meios científicos e acadêmicos. Mesmo sem o detalhamento dos profissionais envolvidos nesta etapa, a indicação desse tipo de ação pressupõe um caráter mais científico e, consequentemente, teórico a essas práticas.

A *Carta de Veneza*, como marco para os sítios urbanos frente ao desenvolvimento das cidades mundiais, sistematiza uma discussão já engendrada em outras recomendações

[20] Esse tipo de proposição incorporou as discussões teóricas engendradas por Cesare Brandi (2004). Esse defendia que a instância histórica e o cuidado nas ações de remoção de elementos na ação de intervenção deveriam ser feitas criteriosamente. A passagem do tempo deveria estar presente no objeto.

internacionais, livros e artigos divulgados nas revistas especializadas de arquitetura, como citado por Silva Telles (THOMPSON, 2010). Essas informações veiculadas através de revistas, principalmente as francesas (Boletim SPHAN *pró*Memória, n° 22, 1983, p. 24), aproximavam os técnicos brasileiros das questões conceituais que estavam sendo debatidas internacionalmente. Os periódicos, como meio efetivo de circulação e consolidação de discursos, enunciavam o processo de revisão a qual estava passando o patrimônio mundial, com ênfase nos sítios que sofriam pressões pela modernização e industrialização das cidades. Traziam ainda informações sobre as correntes teóricas de restauro francesa e inglesa. Silva Telles relata reuniões em que se discutiam com frequência as propostas internacionais, as "cidades se modernizando e a necessidade de uma revisão de critérios e da identificação [do que seria patrimônio histórico]" (SILVA TELLES *apud* THOMPSON, 2010, p. 88). Relata, ainda, debates tendo como base livros do século XIX como John Ruskin e Viollet-Le-Duc e artigos das revistas francesas do século XX.

No Brasil, podemos perceber que os técnicos da área anteciparam as propostas apresentadas posteriormente em cartas e recomendações internacionais, de forma que "quando houve a Carta de Veneza, aqui no Brasil já tínhamos uma idéia [sic] do que ia acontecer" (SILVA TELLES *apud* THOMPSON, 2010, p. 88). Essa carta foi amplamente debatida nas reuniões técnicas do IPHAN, como a ocorrida em São Paulo, onde Luís Saia[21] discordou dos conceitos indicados na mesma. Os pontos mais conflitantes nessa discussão foram as propostas contempladas pela *Carta de Atenas*, reformuladas na *Carta de Veneza*, "não só no sentido de contenção, como também no sentido de liberdade" (SILVA TELLES *apud* THOMPSON, 2010, p. 89) das ações de conservação e restauro.

O diálogo internacional não se restringiu ao debate e aplicação das cartas internacionais. A adesão a órgãos como ICCROM[22], ICOMOS e UNESCO marcou a preservação dos sítios urbanos e a formação desses agentes do patrimônio brasileiro. Priorizando inicialmente as ações de conservação dos sítios urbanos tombados, teve seu primeiro curso de formação na cidade de Roma voltado para essa prática. O IPHAN, a partir

[21] Luís Saia (1911-1975): arquiteto, diretor da DR/SP, representou o órgão na coordenação do primeiro curso de pós-graduação para arquitetos restauradores de monumentos da USP em 1974.

[22] O Brasil aderiu através do IPHAN ao ICCROM, pelo Decreto Legislativo n° 16 de 21/07/1964 que aprovou os seus estatutos. Fundado em 1956 em Nova Delhi, a partir da reunião de profissionais diversos do campo da preservação do patrimônio - cientistas, conservadores, restauradores, arqueólogos, historiadores de arte, curadores, arquitetos, urbanistas e engenheiros - esse instituto de caráter interdisciplinar buscava reunir e estudar documentos científicos sobre conservação e restauro, além de intercambiar especialistas para formação profissional na área de restauro (THOMPSON, 2010).

da integração com o ICCROM, iniciou programas de intercâmbios onde seus funcionários – principalmente o arquiteto Cyro Ilídio Corrêa de Oliveira Lyra e o restaurador Edson Motta – passaram a participar de programas de formação na Itália, Estados Unidos e Bélgica[23], abrangendo não somente o campo de restauro arquitetônico como o de bens móveis (Boletim SPHAN *pró*Memória, n° 22, 1983, p. 24).

A UNESCO, fundada em 1942, trazia entre seus fundamentos

> [...] manter, ampliar e difundir o conhecimento por meio da conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de artes, monumentos históricos e científicos e [por meio] da recomendação das convenções internacionais aplicáveis às nações interessadas (UNESCO *apud* LEAL, 2011, p. 3).

A relação brasileira com esse órgão estreitou-se a partir da instalação de sua Representação no Brasil em 1964 e da visita de Paul Coremans[24] ao país nesse mesmo ano (LEAL, 2008). Nessa missão, ele buscou verificar o estado de conservação dos bens brasileiros, realizando visitas às edificações de Ouro Preto, para as quais propôs ações de conservação (LEAL, 2011). Como produto, elaborou um relatório "*Brésil - La preservation Du patrimoine culturel*" (1964), identificando pontos frágeis na preservação desses bens e medidas para salvaguardar o patrimônio nacional, como

> [...] um amplo inventário fotográfico, sem o qual, argumentou, os tombamentos e a conservação dos bens não eram possíveis; a colaboração entre as ciências exatas e humanas – leia-se: física e química, de um lado; história da arte do outro – na orientação das pesquisas de conservação; a busca de assistência técnica junto ao IRPA belga, à UNESCO, ao ICOM, ao Centro da UNESCO em Roma; o fomento ao turismo; e a própria reestruturação da DPHAN, com aumento do orçamento, do pessoal, e com "autonomia de pensamento e gestão" em relação ao governo central. (LEAL, 2011, p. 9).

Essas recomendações podem ser percebidas como um aumento do intercâmbio com os institutos internacionais e a inserção do turismo no discurso preservacionista brasileiro. A temática do turismo passou a ser amplamente discutida nas ações de preservação promovidas pelo IPHAN, tornando-se reflexo das políticas internacionais, recorrente nas intervenções em sítios urbanos, principalmente na década de 1970.

[23] O Brasil possuía um convênio com o IRPA no qual nos anos de 1961 e 1962 contou com o restaurador mineiro Jair Afonso Inácio atuando como bolsista.

[24] Paul Coremans (1908-1965): químico belga, técnico e diretor do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico de Bruxelas.

Atividades para fins de turismo, como meio de promoção e manutenção do patrimônio cultural, já levantadas antes na *Recomendação de Paris*, foram realizadas pela UNESCO a pedido do próprio IPHAN. Entre elas, as missões de Michel Parent[25] e Viana de Lima[26], consultores que inseriram a questão do turismo nos planos diretores das cidades tombadas brasileiras.

O discurso do turismo cultural passou a mediar as ações de preservação a partir desse período, tornando-se presente nas intervenções e mesmo na capacitação da mão-de-obra. Na 72ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, que ocorreu no ano de 1966 em Budapeste, o tema principal foi "a preservação dos monumentos e outros bens culturais em sua relação com o turismo" (LEAL, 2008, p. 15), considerando-se seus aspectos históricos, educacionais e artísticos. Esse discurso remetia a um caráter sustentável do patrimônio aliado ao turismo, principalmente nos países em desenvolvimento, como o caso brasileiro. Pelo viés do "consumo cultural", o turismo resultaria em elemento de manutenção econômica e conservação do patrimônio mundial, questão amplamente discutida nas *Normas de Quito*, de 1967. Nesse sentido, aos bens culturais

> [...] trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares. (Normas de Quito *apud* CURY, 2004, p. 111).

A "monumentalização" do patrimônio, discurso frequente nos anos iniciais de atuação do IPHAN, foi retomada como proposta de revitalização desses bens. A nação que, inicialmente, necessitava ser construída, passou a necessitar ser desenvolvida. Aos valores estéticos e históricos foi atribuído um novo elemento, o fator econômico, que a partir da década de 1960 tornou-se preocupação na preservação de sítios urbanos. Acreditou-se que o turismo cultural seria esse fator de desenvolvimento, mediante a preservação e difusão do patrimônio cultural, aos quais diversos setores da sociedade deveriam sentir-se como fruidores e responsáveis.

[25] Michel Parent (1916-2009): inspetor geral de sítios na França, atuou como consultor da UNESCO no Brasil, Tunísia, Bélgica e Senegal. No Brasil, como especialista da UNESCO no Programa de Turismo Cultural da década de 1960, visitou mais de 35 cidades, sendo suas recomendações referências na preservação das mesmas.

[26] Alfredo Evangelista Viana de Lima (1913-1991): arquiteto, atuou a partir da década de 1960 como consultor da UNESCO e da Fundação Calouste Gilbenkian. Elaborou relatórios para a cidade de Ouro Preto, São Luís e Alcântara (MA), São Cristóvão e Laranjeiras (SE), Penedo e Marechal Deodoro (AL).

É relevante a inserção da sociedade como responsável e participante da gestão do patrimônio cultural no discurso de preservação, particularmente no contexto das ditaduras militares que se espalharam pela América Latina. Visto que todo o processo de censura pelo qual passaram os órgãos brasileiros, principalmente na área cultural, gerou uma comunidade vigiada e restringida de seus direitos, dificultada em gerir seu patrimônio em vias de uma coletividade. Por outro lado, podemos considerar que nesse período há um projeto do governo militar para valorização e eleição de heróis nacionais através de encomendas de obras didáticas, músicas e propagandas (radiofônicas e televisivas). E, portanto, anunciar a comunidade como participante desse patrimônio, recairia no projeto de construção e desenvolvimento nacional criado por esse governo. Mas o que se pode notar é que a tentativa de aproximação com a comunidade local, moradora em sítios urbanos tombados, só se iniciou em fins da década de 1970, com a gestão de Aloísio de Magalhães à frente do IPHAN.

Na sequência dessa discussão, em 1968, foi realizada em Avignon, na França, pelo Conselho da Europa, a confrontação com o seguinte tema: "Defesa e a Valorização dos Sítios e Conjuntos de Interesse Histórico e Artístico". Na qual foi recomendado como principal instrumento de preservação para este tipo de bens "o plano de preservação e conservação, integrado ao planejamento urbano e territorial" (SANT'ANNA, 1995, p. 53). A partir dessas discussões, o Brasil passou a adotar os planos urbanísticos como principal instrumento de preservação dos sítios históricos tombados.

Esses planos passaram a ser elaborados a partir da década de 1960, mas só foram amplamente difundidos graças ao Programa das Cidades Históricas (PCH), desenvolvido pelo governo federal na década de 1970. Contando com equipes onde predominavam arquitetos e urbanistas, a exceção eram os planos propostos por consultores da UNESCO que contavam com a interdisciplinaridade em seus quadros. De forma unilateral, foram produzidos por determinado grupo e ainda não contaram com a participação da sociedade em geral, coerente com o contexto ditatorial em que foram produzidos. Poucos foram os planos aplicados, em grande parte por questão financeira. No entanto, alguns deles se tornaram leis municipais aprovadas pelas Câmaras Municipais, como o caso do *Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras*, elaborado em 1978.

Assim, é possível notar o processo de assimilação das discussões internacionais nas ações do IPHAN, sem abandonar o caráter mais livre de restauro empregado nas ações

brasileiras. A expansão da própria instituição e um maior intercâmbio desses profissionais com outros órgãos de preservação de bens culturais influenciaram diretamente as práticas de preservação dos sítios e a formação desses agentes. Nessa conjuntura de valorização dos planos e do diálogo internacional, iniciaram-se os cursos especializados no exterior e, posteriormente, em solo brasileiro, voltados para a formação de restauro arquitetônico. De acordo com Gazzola, até a década de 1960

> There were no special schools for this purpose, with the result that graduates in architecture had to qualify themselves by studying the few works available on the subject, and young architects entrusted with the important responsibility of restoration work were obliged to acquire their specialized training entirely on their own[27](Gazzola, 1972, p. 23).

Inicialmente, o conhecimento era ministrado em disciplinas integrantes da graduação, cursos rápidos e na especialização adquirida pela experiência diária em ateliês, como no caso francês[28] (GAZZOLA, 1972). A primeira experiência acadêmica em restauro arquitetônico ocorreu na *Faculty of Architecture of the University of Rome*, em 1960, com um curso de pós-graduação. Esse curso foi expandido internacionalmente em 1966 através do convênio com o ICCROM (FARAH, 2008). Na América Latina, o primeiro curso voltado para essa formação ocorreu na Venezuela, em 1967. Seguindo a proposta do percursor italiano, foi desenvolvido pelo arquiteto Graziano Gasparini junto a *Universidad Central de Venezuela* (PRODAVINCI, 2010).

No Brasil, os primeiros cursos voltados para a formação de mão-de-obra especializada em restauro ocorreram a partir de meados da década de 1970, com promoção e investimentos do IPHAN junto às universidades federais. Paralelamente, no início dessa mesma década, ocorreram dois encontros de governadores de estado que já demonstravam a preocupação com a falta de mão-de-obra especializada em preservação de bens culturais: Brasília (1970) e Salvador (1971). Foram realizados amplos debates relativos à defesa do patrimônio nacional, levando-se em conta a descentralização das ações de conservação. Mas, o que chama a atenção nesses encontros é a proposta de elaboração de cursos almejando suprir a carência de

[27] Não havia escolas especiais que cumprissem tal objetivo, consequentemente, a formação em arquitetura limitava-se a capacitar baseada nas poucas publicações disponíveis sobre o tema, e os jovens arquitetos encarregados da importante responsabilidade da obra de restauração eram obrigados a adquirir treinamento especializado inteiramente por conta própria. (tradução livre da autora).

[28] Na França, o arquiteto recém-formado entrava em um ateliê ou agência de um arquiteto-chefe de monumentos históricos como aprendiz e concomitantemente ia se especializando até que fosse aprovado em concursos para assumir a função principal de arquiteto de restauro de monumentos históricos. Diferente da prática no Reino Unido, onde já existiam cursos de pequena duração para arquitetos recém-formados, divididos em categorias de monumentos.

mão-de-obra especializada em conservação de bens culturais, em todos os níveis educacionais (artesanal, técnico, superior), sob a orientação do IPHAN e do Arquivo Nacional (Compromisso de Brasília, 1970, p.138). Essa formação deveria ser realizada nas várias instâncias governamentais, atendendo ao caráter regional, mas sempre se remetendo aos órgãos federais. Foram convocados o Conselho Nacional de Pesquisa e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como um dos agentes financiadores (Compromisso de Salvador, 1971, p.145).

A demanda por mão-de-obra especializada, propiciada pela criação do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, realizado em 1973[29] e focado ainda no contato internacional com a UNESCO e outros centros de formação e nas recomendações dos Compromissos de Brasília e Salvador, deu início a uma série de cursos com vistas à qualificação profissional em restauro.

Em 1974 foi realizado o primeiro curso sobre Preservação e Revitalização de Núcleos Históricos no Brasil, conforme indicado no verbete CECRE por Anna Lúcia Thompson. Já Silva Telles informa ter sido em 1975 o início desse curso (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1983, p. 24). Outro apontamento ainda foi feito por Cyro Lyra em entrevista ao mesmo boletim, indicando que a inauguração do curso ocorreu em 1976. Porém, o CECRE adota o ano de 1974 como o marco para o princípio das suas atividades.

Esse curso foi iniciado a partir de um convênio entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo (FAU-USP) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Município de São Paulo (Condephat), com recursos do IPHAN. Seu idealizador e primeiro coordenador foi o arquiteto Luís Saia, que disponibilizou 30 vagas para arquitetos (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1983). Além de professores da USP, as aulas foram ministradas por técnicos do IPHAN, que orientaram e acompanharam as viagens e visitas técnicas ocorridas entre os meses de agosto e dezembro do mesmo ano (THOMPSON, 2010, p. 169). Essas visitas foram acompanhadas também por três técnicos cedidos pela UNESCO, sendo dois europeus e um sul-americano. Um desses, o arquiteto Viana de Lima, havia sido consultor da UNESCO no Brasil na década de 1960. De acordo com Silva Telles, o conhecimento era construído na troca de experiência entre alunos e técnicos que

[29] Embrião do PCH, criado e ampliado em 1977.

> [...] com maior vivência, muitos, porém, autodidatas, transmitiram sua experiência na preservação e na restauração dos bens culturais para os novos, selecionados por órgãos estaduais, ou pelo próprio nacional. A transmissão se processou, principalmente, através de exposições comentadas, com auxílio de documentação fotográfica e gráfica, e com ampla discussão e crítica de êxitos e de fracassos. (SILVA TELLES *apud* Boletim SPHAN *pró*Memória, 1983, p. 24).

As viagens realizadas até os canteiros de obras de restauro demonstravam o trabalho "*in loco*" e os procedimentos adotados nas restaurações. Houve casos de alunos convidados a estagiar ou trabalhar nas obras, como na intervenção de consolidação da Ruína de São Miguel das Missões (RS) (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1983, p.3).

Outro fator importante na constituição desses cursos refere-se à especificidade do patrimônio brasileiro em relação aos demais países. De acordo com os agentes que montaram e geriram seus conteúdos, necessitava-se de técnicos com experiência e formação que atendesse às peculiaridades desse patrimônio:

> [...] um curso ministrado com base no acervo em Roma, na Itália, na bacia Mediterrânea, é de pouco, ou nenhum efeito e, mesmo, pode ser efeito negativo, para um profissional oriundo dos países ditos do terceiro mundo, que possua um pequeno convívio com os bens culturais de seu país. (SILVA TELLES *apud* Boletim SPHAN *pró*Memória, 1983, p. 26).

Tratava-se, portanto, de um programa disciplinar de caráter empírico, forjado em obras que expressavam a diversidade do patrimônio brasileiro. Para tal, eram selecionados alunos através de critérios como a posse de diploma de graduação e dois anos de experiência na área.

Dando sequência a tal proposta, o IPHAN realizou ao longo da década de 1970 novos cursos pelo país, acrescentando à pauta de discussão o planejamento urbano (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1989). Realizados a cada dois anos, eram ministrados de forma itinerante, buscando suprir as demandas regionais no território nacional. Através de convênios firmados com universidades locais, foram realizadas três edições: 1976 em Recife (PE), disponibilizadas 30 vagas; 1978 em Belo Horizonte (MG), 22 vagas; e 1980 em Salvador (BA), 15 vagas. Em todos eles, as inscrições eram restritas a arquitetos de instituições públicas.

A partir de 1981, estabeleceu-se na cidade de Salvador o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE). Segundo Silva Telles, a interrupção de seu caráter nômade foi amplamente discutida. Enquanto o

deslocamento contínuo possibilitava atender uma gama maior de profissionais e ainda abrangia grandes distâncias dos centros brasileiros, as vantagens de uma estrutura física dotada de equipamentos, laboratórios e ateliês proporcionariam melhores condições ao aprendizado.

A escolha da cidade de Salvador para o estabelecimento do curso partiu de um discurso interno do próprio IPHAN. A avaliação do nível de especialização dos professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – muitos formados em centros no exterior como o ICCROM – e o fato de essa unidade de ensino estar pleiteando mestrado acadêmico direcionado à "preservação e revitalização de monumentos e sítios históricos" (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1983, p. 25) foram alguns dos fatores que interferiram nessa escolha. Dialogando com as discussões internacionais, a proposta de fixação do CECRE remetia a outras iniciativas de ensino similares que contaram com avaliação positiva da UNESCO, entre elas, os Cursos de Restauração de Monumentos e Conservação de Centros-Sítios Históricos, inaugurado a partir de meados da década de 1970 em Cuzco, no Peru. Esse curso, segundo avaliação da UNESCO, trazia uma formação mais regional, buscando aproximar-se dos centros com volume de acervos em zonas de homogeneidade cultural e assim tornavam possível minimizar custos com os possíveis deslocamentos (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1983, p. 26).

A opção pela instituição do CECRE em Salvador foi também influenciada pelas discussões sobre a preservação dos sítios urbanos e conjuntos históricos no início dos anos 1980 na cidade, como o *Colóquio sobre Revitalização dos Centros Históricos e Participação da Comunidade*, ocorrido em julho do mesmo ano como resultado de um convênio entre o IPHAN, a Fundação Nacional *pró*Memória e a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. O evento contou com grande interesse dos profissionais da área, havendo a participação de aproximadamente 200 pessoas e contando, entre eles, com o presidente do ICOMOS em exercício, Raymond Lemaire, em visita ao Brasil. Dividiu-se em três eixos temáticos: a) planejamento de conservação, restauração e revitalização dos Centros Históricos; b) implantação dos planos de conservação, restauração e revitalização pelo viés da cooperação entre instituições; c) relacionamento com a comunidade. Ao fim do colóquio foi elaborado um documento, tratando das futuras ações de conservação desses bens (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1980, p. 14). Deste modo, a centralidade de Salvador, aliada às

questões físicas e estruturais, proporcionou a fixação do CECRE na UFBA, como alternativa à continuidade da formação para arquitetos em preservação de monumentos e sítios históricos.

Esse curso pode ser considerado basilar em termos de formação de mão-de-obra especializada em restauro arquitetônico e preservação de sítios urbanos no Brasil. Inicialmente limitado a arquitetos com experiência mínima de dois anos na área, atuantes nas diversas esferas do governo, objetivava sistematizar a formação desses profissionais, fossem eles brasileiros, latino-americanos, africanos ou portugueses. Com processo seletivo dirigido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os candidatos selecionados passavam por prova escrita e entrevista, havendo nas suas primeiras edições razoável número de técnicos do IPHAN lotados nas Diretorias Regionais, compondo o quadro discente. O caráter prático era, segundo Cyro Lyra, o grande diferencial do CECRE, na elaboração de projetos realmente aplicáveis e retornáveis aos locais de origem dos alunos. Era realizado ao longo de oito meses (março a novembro), com disciplinas teóricas e práticas, contando com excursões e viagens de 15 a 20 dias pelo país, "geralmente abrangendo Minas e uma parte do Nordeste (...) para que os alunos, tanto os de fora quantos brasileiros tomassem um contato maior com o nosso patrimônio e suas diversidades regionais" (LYRA *apud* Boletim SPHAN *pró*Memória, 1989, p. 18).

A partir de sua sexta edição, em 1987, o CECRE passou a disponibilizar também vagas para engenheiros e profissionais da iniciativa privada, alterando seu programa. Estruturado em disciplinas teóricas e de ateliê, seus alunos deviam elaborar um projeto de preservação ou gestão aplicável a alguma cidade brasileira. O processo se dava com a divisão dos alunos em três grupos: arquitetos versando sobre a restauração de edifícios; engenheiros lidando com a estabilização de imóveis e arquitetos-planejadores se encarregando de temas sobre a preservação de conjuntos urbanos (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1989).

Na década de 1990, o CECRE foi reconhecido pela UNESCO como curso de referência na formação de profissionais desde 1982, realizando diversos projetos no Brasil e na América Latina, constando entre eles a recuperação de casarões de Salvador, Rio Grande do Sul, São Paulo e a normatização e critério de preservação de centros históricos brasileiros ou latino-americanos (MP-CECRE, s/d). Atualmente, foi elevado ao nível de Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (MP-CECRE), foi reconhecido pelo MEC em 2009.

O CECRE, com sua experiência inovadora advinda do processo construtor de um campo de saber, proporcionou maior profissionalização dos técnicos na preservação dos sítios históricos tombados. Não mais pautado somente no caráter empírico, sua abordagem incorporou discussões teóricas engendradas na área patrimonial. O que nos remete à epígrafe desse subcapítulo "[...] primeiro as teorias. Depois é fundamental a parte prática. Sem a teoria você um palpiteiro" (SILVA TELLES *apud* THOMPSON, 2010, p. 129). Essa mudança discursiva reflete os processos de sistematização desse campo de saber frente à ampliação conceitual pela qual passava o patrimônio brasileiro e que, a cada instante, via-se mais pressionado para a formação de mão-de-obra especializada, afastando-se do palpiteiro.

Nessa perspectiva, há uma série de matérias e entrevistas ao Boletim SPHAN *pró*Memória acerca da deficiência desse campo, sendo as de maior vulto: "A construção do novo e o problema do patrimônio" (1981); "Preservação urbana: implicações de uma postura e extensão de um conceito" (1981); "Opinião - A formação de Técnicos na Preservação de Bens Culturais e Sítios, no Brasil, e o ICCROM" (1983); "Reciclagem Técnica: algumas idéias para a formulação de um programa" (1983); "Opinião - Um guia de restauração" (1984); "Entrevista com Cyro Ilídio Correa Lyra" (1989). Todos esses artigos partem de uma construção histórica da prática de preservação e restauro de sítios urbanos tombados para em seguida apontar suas possíveis deficiências, recaindo em dois pontos: as universidades que não viam a preservação como questão na formação do arquiteto (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1981, p. 14) e a necessidade de um maior intercâmbio do IPHAN com as universidades e centros educacionais brasileiros para suprir a carência de mão-de-obra especializada, além das ações já realizadas.

Outro importante órgão para preservação e formação de profissionais criado nesse mesmo período foi o ICOMOS/Brasil[30]. Através da promoção e pesquisa, o ICOMOS/Brasil objetivava "o estudo, a análise e a divulgação dos métodos, das técnicas da política de proteção, conservação, restauração e valorização dos monumentos e conjuntos e sítios

[30] Associação civil não governamental, o ICOMOS/Brasil constitui um dos diversos comitês do ICOMOS internacional espalhado pelo mundo. Foi fundado em 1978, no Rio de Janeiro, por profissionais da área de conservação/restauro e preservação de sítios urbanos. Na sua constituição, contou com a colaboração de alguns servidores do IPHAN, de outras instituições públicas, professores universitários e profissionais liberais. O Comitê Provisório do ICOMOS/Brasil era formado por: Augusto Carlos da Silva Telles, Cyro Ilídio Corrêa de Oliveira Lyra, Renato Soeiro, Roberto Machado Lacerda, todos integrantes do IPHAN; representantes das universidades federais UFBA e USP: Fernando da Rocha Peres, Mário Mendonça de Oliveira, Paulo Ormindo de Azevedo, Benedito Lima de Toledo, Nestor Goulart Reis Filho; e outros órgãos INEPAC, IAB e IPEA: Rachel Sisson, Carlos Lemos e Maurício Nogueira Batista.

naturais ou de valor cultural e seu entorno" (Estatuto ICOMOS/Brasil, 1999, p.1). Para tanto, buscava desenvolver cursos, seminários e palestras para a colaboração na formação de mão-de-obra especializada, adoção de maior relacionamento com órgãos internacionais e a elaboração de inventários dos monumentos e sítios brasileiros. O ICOMOS, no Brasil, adotou como referência o conceito de patrimônio cultural do órgão internacional ao qual é subsidiário:

> [...] monumento, conjunto arquitetônico e sítio são definidos como obras humanas ou frutos da combinação humana e da natureza que têm como valor o ponto de vista histórico, artístico, arquitetônico, científico, etnológico, e arqueológico. (THOMPSON, 2010, p. 210).

Em seus trinta anos de atuação, o ICOMOS/Brasil desenvolveu atividades para auxiliar na formação, publicações, políticas de conservação, proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural. A promoção e participação em seminários e congressos nacionais e internacionais, publicações de Boletins e Relatórios Anuais e textos de seus membros estão entre as atividades mais frequentes dessa instituição. Além da representação em Conselhos de Patrimônio nas diversas esferas governamentais e órgãos federais, ainda é membro da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, garantindo a efetiva participação nas discussões recentes sobre a preservação de conjuntos urbanos e sítios.

Mas, afinal, qual foi a participação do historiador lotado no IPHAN nesse processo de elaboração de cursos voltados à formação de técnicos para atuar em monumentos e sítios urbanos tombados?

Para entender o processo é preciso recuar no tempo. A década de 1960 é marcada por uma busca de maior organização e profissionalização do campo da História no Brasil. Preocupações concernentes ao ofício do historiador, à delimitação do seu campo de atuação e à revisão do ensino secundário, principalmente relacionado aos livros didáticos, passaram a ser discutidos em revistas nacionais especializadas, como a *Revista de História* da USP e o *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia. Incluíam artigos sobre o "lugar" e a função do historiador em uma sociedade marcada pelo processo acelerado de urbanização e industrialização. No campo patrimonial, os técnicos do IPHAN buscavam se atualizar frente às novas demandas, enquanto os historiadores discutiam os rumos de suas pesquisas buscando colaborar com a difusão desse conhecimento. Cabe destacar o "lugar" de fala desses historiadores: divididos em funções de pesquisa e docência em cursos universitários e de

segundo grau no Colégio Pedro II – como Pedro Calmon, jurista e historiador que ocupava a cadeira de História do Brasil nesse mesmo colégio e era membro efetivo do Conselho Consultivo do IPHAN –, esses profissionais transitavam entre o campo acadêmico e o ensino didático.

Tentando romper com a história factual, pautada em um empirismo positivista, esses agentes procuravam promover uma história emancipadora e autêntica, partindo do ponto de vista do nacional, sendo capazes de articular a história do Brasil à de outros países colonizados, buscando compreender a realidade social que o país apresentava (FALCON, 1996). Em artigo veiculado no *Boletim de História* de 1963, Daniel Mesquita Pereira ressalta o posicionamento que o historiador deveria adotar para realizar suas pesquisas: "A missão mínima dos homens de História nos dias de hoje é lutar pela revolução industrial no Brasil" (Boletim de História, Editorial, 1963, p. 62). Sublinhava, assim, a história participante e engajada que fugisse às análises a que foram sujeitos os países colonizados. Esse tipo de pensamento pode ser caracterizado pelo questionamento desses intelectuais com a função social que desempenhavam na sociedade.

> No momento histórico brasileiro atual, qual o nosso papel histórico? Que fazer, na nossa condição específica de ligados a uma determinada ciência, para ajudarmos o próximo, para colaborarmos na melhoria de nossa sociedade? [...] Dizer que à História não interessam estas coisas, que não se devem misturar problemas atuais à História, é dizer que devemos nos afastar da sociedade, é tornar a História um "hobby" de alguns, é dizer que a História não é algo profundamente social. (Boletim de História apud PEREIRA, 2010, p. 62 e 63).

Portanto, a formação de associações como a Sociedade de Estudos Históricos em São Paulo, a Associação Nacional de História (ANPUH), criada em 1961, e a organização de seminários como o Simpósio dos Professores Universitários de História, em 1961 e 1962, que visavam discutir e compreender o "lugar" do historiador nessa sociedade, predominaram nesse período.

Com o golpe militar em 1964 e as reformas universitárias empreendidas pelo MEC em convênio com *United States Agency for International Development* (USAID), o ensino de história no Brasil passou por significativas mudanças. A inserção das disciplinas de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica romperam com o caráter social que a história brasileira vinha buscando com afinco, ainda que a profusão de Escolas Superiores e de pós-graduação tenha inserido uma gama de profissionais bacharelados no mercado. No entanto, a ênfase no

campo patrimonial não era o tópico do momento. Em meio a esse contexto, onde se encontrava o historiador do patrimônio? Quais as aproximações entre o saber acadêmico e a prática patrimonial?

Esses profissionais, em número reduzido, se encontravam na parte discursiva e em alguns museus. De acordo com Márcia Chuva, na década de 1970, "quando a afirmação de Lúcio Costa sobre os historiadores poderia ser feita ainda sem estranhamentos, de forma reconhecida por aqueles que compunham o campo da preservação" (CHUVA, 2008, p. 37)[31], se iniciaram os primeiros sinais de mudanças no campo da preservação mundial. Essas poderiam ser sentidas em grande parte devido ao processo de globalização resultante da industrialização das décadas anteriores e da "descentralização do nacional em favor do local e da diversidade de identidades" (CHUVA, 2008, p. 35). Com a gestão do patrimônio descentralizada, foram instaladas novas diretorias regionais, ampliando-se a participação de outras esferas do governo e a inserção da sociedade civil, cujos planos de preservação do patrimônio urbano buscavam aliar o desenvolvimento a um patrimônio sustentável, incidindo paulatinamente na concepção e formação dos agentes patrimoniais.

A *Revista do Patrimônio*, que nos artigos e pesquisas publicadas em sua primeira fase, até 1947, apresentava número diversificado de colaboradores e apontavam para uma discussão mais abrangente do patrimônio nacional, trazia artigos que fugiam ao eixo principal dos bens tombados nesse período – Rio, Minas e Bahia –, discutindo questões que propiciariam futuras ações de preservação e proteção a bens culturais pelo IPHAN. Aliando o valor estético, predominante nas ações de tombamento, aos demais discursos históricos e etnográficos, as publicações da *Revista do Patrimônio* estenderam a preservação do patrimônio cultural brasileiro a bens que fugiam ao padrão de salvaguarda vigente. Em uma segunda fase (a partir do número 12), a revista assumiu caráter monográfico, reduzindo o número de artigos. Dedicando-se a publicações sobre o patrimônio protegido pelo órgão, buscava consolidar os valores, discursos, ações e a política institucional (TEIXEIRA, s/d, p. 44). Um dos trabalhos monográficos apresentados nesse período foi a tese de livre docência de Silva Telles, "Estudo de Construção Residencial Urbana, sobre Vassouras" publicada no n° 16 da *Revista do Patrimônio* em 1968. Essa pesquisa, iniciada para a instrução do processo de tombamento do conjunto vassourense em 1957, demarca valores e discursos atribuídos a esse sítio. E como marco da história regional, a instrução mencionada tornou-se base para as

[31] A afirmação de Lúcio Costa sobre a objetividade do historiador foi mencionada na p. 28 deste trabalho.

demais pesquisas históricas sobre a temática, além de referência para as intervenções realizadas no conjunto citado.

Nesse sentido, a produção veiculada nas revistas aproximava o saber técnico do acadêmico, divulgando pesquisas produzidas no período. No entanto, o patrimônio como objeto e fonte de pesquisa só será entendido pelos historiadores tardiamente, de forma diferente de outras disciplinas, como a antropologia e sociologia, que há muito vinham discutindo tais questões. José Honório Rodrigues em *A pesquisa histórica no Brasil*, (1969) já destacava o uso das fontes documentais para pesquisa dos bens patrimoniais e também alertava para o fato de o patrimônio possibilitar novas pesquisas.

Nesse mesmo período, as recomendações internacionais enfatizavam a necessidade da pesquisa histórica como auxilio às obras de conservação e restauração de monumentos, além de planos que passassem a conter a pesquisa histórica, contextualizando o sítio a ser preservado. Cesare Brandi, em *Teoria do Restauro* (1963), dava ênfase à necessidade de se preservar a instância histórica do bem, sua passagem no tempo, que, compreendido entre a data em que "a obra foi criada e esse presente histórico [...] será constituído de outros tantos presentes históricos que se tornaram passado, mas de cujo trânsito a obra poderá ter conservado os traços" (BRANDI, 2004, p. 33). Nessa relação entre passado e presente histórico é que a pesquisa histórica, juntamente com outros sistemas de análise, poderia auxiliar o processo de restauro. O que mais tarde foi sistematizado na *Carta de Restauro,* de 1972 estabelece que:

> A realização do projeto para a restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos, etc), relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc., para obter todos os **dados históricos** possíveis. (Carta de Restauro, 1972, p. 9, grifo nosso).

Tal questão sugerida anteriormente na *Carta de Veneza* (1964), já explicitada nesse texto, foi também abordada posteriormente na *Carta de Burra* (1980).

Nos planos urbanísticos desenvolvidos pelo PCH, houve a inserção de pesquisadores, historiadores, sociólogos, geógrafos e economistas em seu quadro profissional, como pode ser exemplificado no *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e*

Mariana, elaborado em 1973. Esse plano contou com um quadro técnico composto de quatro arquitetos, entre eles Viana de Lima e Roberto Burle Marx, e três historiadores, Francisco Iglésias, Affonso Ávila e Myriam Ribeiro, expoentes da historiografia mineira. Porém, segundo Márcia Sant'Anna, nesse plano prevaleceu o valor estético e o processo histórico vivenciado por esse sítio, descrito na pesquisa, não foi evidenciado no critério prático de restauração.

> [...] é um plano de expansão urbana com traçado de sistema viário fundamental, zoneamento e indicações de intervenções de restauro na parte histórica, reforçando a prática corrente de valorização da arquitetura setecentista e eliminação de ecletismos. (SANT'ANNA, 1995, p. 156)

A aproximação do historiador com o campo patrimonial deu-se de forma mais incisiva somente a partir da incorporação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) ao IPHAN e criação da Fundação Nacional *pró*Memória, em 1979. Esses órgãos, cada um em sua época, trouxeram para os quadros do IPHAN[32] diversos profissionais, suprindo a carência do órgão de preservação que, em fins da década de 1970,

> [...] tinha menos de 180 funcionários em todo o Brasil, e destes apenas um número muito reduzido era de profissionais de nível superior: aproximadamente quinze arquitetos e um número de historiadores que podia ser contado nos dedos de uma só mão. (CASTRO, 2008, p. 17).

Contudo, podemos caracterizar esse período (1968-1979) como de gestação de mudanças no conceito patrimonial brasileiro. O diálogo internacional foi de suma importância para o processo de abertura das políticas patrimoniais e modelos adotados. Esse diálogo também foi responsável pela adequação e pelo fomento de cursos voltados à preservação de sítios urbanos tombados, bem cultural eleito como prioridade nesse momento. E a partir da demanda social, esse bem tornou-se objeto prioritário na prática do IPHAN e dos órgãos internacionais como a UNESCO. Os planos urbanísticos, por sua vez, foram eleitos como instrumentos de salvaguarda desses sítios, tendo como foco o "turismo cultural".

Inseridos nessa rede de relações de poder, os cursos de formação voltaram-se para a preservação desses bens, pautados inicialmente em um saber empírico que pontualmente foi se aproximando da cientificidade. Especializando arquitetos urbanistas e engenheiros, visto que permanecia como discurso o "monumento-documento", foram realizadas experiências

[32] A Fundação Nacional *pró*Memória foi incorporada ao IPHAN na década de 1990. Órgão extinto pela Lei n° 8.029 de 12/04/1990 passando então a ser denominado Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural.

itinerantes e posteriormente fixas como o caso CECRE. Os demais agentes lotados no IPHAN, principalmente da área de humanas, se mantiveram na prática discursiva e mesmo o historiador, na corrente historiográfica do período, vinha em um processo de profissionalização e adequação da História aos problemas sociais, não se aproximando da prática de preservação dos sítios urbanos tombados. Nesse sentido, permanecia o valor estético e o discurso da "monumentalização" nos planos urbanísticos, com relação aos critérios de restauração, ainda que, com algumas exceções, possuíssem equipe multidisciplinar.

Em suma, a redefinição do espaço patrimonial, seu campo profissional e áreas de atuação ocorreram em fins da década de 1970 e início da década de 1980, com inserção do conceito de referência cultural e a criação da Fundação Nacional *pró*Memória, tema a ser discutido a seguir.

1.3. O CIENTÍFICO:

ABERTURA E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO DE SABER (1979 A 2009)

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por significativas mudanças nas práticas patrimoniais brasileiras. O IPHAN, a partir de 1979, sofreu reformulação, passando então a ser denominado Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Neste processo, incorporou a seus quadros o CNRC[33] e o PCH, além de ter criado a Fundação Nacional *pró*Memória, também em 1979, que trouxe ao campo da cultura novos espaços de atuação e maior abertura administrativa. Órgão executivo com autonomia administrativa e financeira, a *pró*Memória, possibilitou um aporte de recursos a partir de repasses orçamentários públicos e doações particulares, tendo contribuído para a ampliação do quadro técnico do campo da cultura com a incorporação de profissionais das mais diversas áreas (THOMPSON, 2010).

[33] O CNRC foi criado a partir de um grupo de trabalho coordenado por Aloísio de Magalhães em convênio firmado com a Universidade Federal de Brasília em 1975 com o intuito de traçar referências da cultura brasileira, através de mapeamento de atividades artesanais, tecnologia de construção e levantamento documental.

Tais modificações tiveram como consequência um forte processo de descentralização do IPHAN, que já havia sido iniciado com a instalação de algumas Diretorias Regionais (DR) em 1976, expandidas a partir de 1983 com a instalação dos Escritórios Técnicos (ET), tendo sido o primeiro deles instalado na cidade de Paraty (RJ), em setembro do mesmo ano (Boletim SPHAN *pró*Memória, 1984). Tanto as DRs quantos os ETs foram inicialmente inaugurados em centros de maior concentração de bens (sítios históricos) e só depois ampliados para os menores centros.

Em conformidade com esse processo, houve um alargamento no campo patrimonial em relação aos tipos, conceitos e público a quem se destinavam. O conceito de referência cultural oriundo do CNRC e a intensificação das discussões patrimoniais no seio do próprio IPHAN, já iniciadas nas décadas anteriores, vão se consolidando nas práticas do órgão a partir de quando Aloísio de Magalhães[34] assume sua diretoria. A concepção patrimonial passou assim a incluir

> [...] vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular – que, por estarem inseridos na dinâmica viva do quotidiano, não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. (MAGALHÃES, 1985, p. 52-53)

Deslocou-se, assim, o eixo de preservação: primeiro marcado pelos bens materiais e monumentais e, em um segundo momento, focado nas manifestações culturais que representassem "os valores mais autênticos de uma nacionalidade" (MAGALHÃES, 1985, p. 53). Passou-se a optar por um "valor nacional" não mais pautado no excepcional e imutável, frequente no período de vigor do discurso "monumento-documento". Procurava-se um nacionalismo pautado na relação de continuidade, marcado pela articulação do tempo e da diversidade. A valorização da nacionalidade, produtos e manifestações populares, segundo Cecília Londres Fonseca (2005), aproximou-se das concepções já antes tratadas por Mario de Andrade no anteprojeto, em 1936, e por Rodrigo Mello e Franco de Andrade nas décadas de 1960 no IPHAN (SANT'ANNA, 1995). Porém, entre os sentidos e valores atribuídos aos bens patrimoniais, passou-se a considerar também as manifestações culturais em processo e seus sujeitos produtores, não somente o produto deles resultante. Essa nova política tornou-se a base para o planejamento de ações e políticas de preservação desse período.

[34] Aloísio Sérgio de Magalhães (1927-1982): advogado, atuou na área de comunicação visual, na qual recebeu alguns prêmios e menções honrosas. Criador do CNRC, em 1979 assumiu a direção do IPHAN, permanecendo até o ano de sua morte.

Anterior à fusão IPHAN e PCH, o CNRC tinha em seus quadros "pessoas com formação na área de ciências físico-matemáticas, com especialização em informática e em educação; técnicos em biblioteconomia e documentação; cientistas sociais, críticos literários, etc" (FONSECA, 2005, p. 145). Eram técnicos de perfis profissionais diversificados e que fugiam ao padrão tradicional do IPHAN – composto, em sua grande maioria, por arquitetos. Essa interdisciplinaridade foi instituída para atender à dinâmica de cada manifestação cultural estudada, na qual a produção de referências era primordial para o planejamento econômico e social das populações em que se inseriam esses bens. A estratégia de ação do CNRC passou a ter como recurso a memória e a identidade local, produzindo novos enunciados e práticas no campo patrimonial.

Paralelamente a este contexto, a história como disciplina acadêmica sofria uma nova mudança de orientação no que diz respeito ao seu objeto e à respectiva abordagem. A influência das ciências sociais, principalmente a antropologia, introduziu temáticas sobre a vida cotidiana exemplificadas na história social e história dos costumes. Pesquisas concernentes à cultura material, hábitos, costumes, sexualidade, sociabilidade, identidade, memória, entre outros temas, passam a habitar o universo de objetos que a história nesse período buscava abarcar. Partindo do interesse comum de renovar o trabalho do historiador, a história social na década de 1970 sofreu dupla crise: a da análise serial-quantitativa, quando foi acusada de colocar a vida real à margem, além de exigir muito esforço para poucos; e a dos grandes paradigmas que atingiu as ciências humanas como um todo e fez com que os historiadores se voltassem para seu próprio ofício. Essa "virada antropológica" foi reproduzida nas instruções de tombamento, onde foram realizados estudos de bens culturais considerados das minorias, das identidades excluídas ou que fugiam ao padrão luso-brasileiro: Terreiro da Casa Branca (BA), Maracanã (RJ), Antônio Padro (RS) – representante da cultura italiana – e outros estudos em perspectivas seriais realizados por Dora Alcântara sobre vilas operárias, teatros, etc. (CHUVA, 2008). Pode-se considerar que, nesse período, "a perspectiva historiográfica começou a ser embrionariamente introduzida em alguns estudos de tombamento feitos no IPHAN" (CHUVA, 2008, p. 39).

Essa perspectiva também se refletiu nas publicações da *Revista de Patrimônio*, cuja publicação havia sido suspensa em 1978. O editorial de retomada da revista, em 1984, trouxe discussões concernentes à nova visão do patrimônio cultural, às possíveis maneiras de preservá-lo e um grande número de artigos dedicados aos sítios urbanos (SANT'ANNA,

1995). Além dos inventários, que faziam alusão ao conceito de referência cultural, traziam os aspectos acima citados, como o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBISU), no qual a pesquisa histórica buscava legitimar usos e ordenações do solo em área de atuação e delimitação do IPHAN, considerados assim como "documentos impressos no território" (INBISU, 2001, p. 159). Para tanto, recorreu-se ao levantamento bibliográfico/documental e à memória e identidade local, através de entrevistas com moradores e usuários, como parte constituinte dos seus campos.

Portanto, esse período pode ser considerado como uma virada das ciências humanas na concepção e trato patrimonial. Segundo Cecília Londres Fonseca, três fatores contribuíram efetivamente para essa mudança: primeiro, a nova orientação e os novos objetos que a disciplina história abordava, incidindo nos critérios e valores de seleção; segundo, a difusão da democracia para outros campos do saber e da vida social, além do apelo popular à cidadania, com a inserção da população na eleição e gestão do patrimônio, processo decorrente da redemocratização brasileira pós-ditadura; e terceiro, a criação de novos Estados-nação e a descolonização nos países africanos (FONSECA, 2005). Esses três fatores, articulados ao contexto brasileiro de proteção do patrimônio, representou uma ruptura nos padrões nacionais de preservação, gerando uma série de embates políticos e teóricos.

Essas transformações políticas e institucionais foram sentidas desde a produção de discursos até as práticas de preservação de sítios históricos. Tais ações, nas décadas de 1980 e 1990, inseriram a comunidade como elementos-chave, enquanto proprietária e gestora do patrimônio. Já indicada em cartas patrimoniais na década de 1970, essa proposta foi nacionalmente ampliada na gestão de Aloísio de Magalhães, tornando-se prática discursiva, recorrente nas matérias e notícias veiculadas no Boletim SPHAN *pró*Memória, como no seguinte enunciado.

> A opinião pública é a mais eficiente fiscalização que pode existir sobre eventuais abusos e mutilações. Um trabalho sério de restauração pode ser comprometido se a população não sentir a necessidade de zelar por ele. (Boletim SPHAN *pró*Memória, n 17, 1982, p. 4).

Tal questão era também abordada em matérias como "Opinião – Sensibilização comunitária – uma questão básica na preservação cultural" (Boletim SPHAN *pró*Memória, n 31, 1984, p. 8), que sintetizava todo o discurso vigente na época. Na prática, foram realizados os *Seminários em Centros Históricos Tombados*, ocorridos entre 1979 e 1982 em

determinados locais, a saber: Ouro Preto (MG), Paraty (RJ), Praia Grande, São Luís do Maranhão (MA), Olinda (PE), Diamantina (MG), Cachoeira (BA) e São Cristóvão (SE). Com patrocínio direto do IPHAN e de entidades locais dessas cidades sedes, esses Seminários objetivavam estabelecer uma ligação direta entre os moradores e o órgão federal de patrimônio, buscando compreender os problemas relativos à sua preservação.

O foco das discussões recaía nos conflitos de interesse para a preservação, como a pressão imobiliária em Praia Grande, São Luís do Maranhão; revisão ou implantação dos Planos Urbanísticos elaborados durante o PCH, como o caso de Paraty e São Cristóvão; ou mesmo algum tipo de sinistro, como o ocorrido em Ouro Preto em 1979[35]. O IPHAN, convocando ao debate entidades interessadas, órgãos públicos e privados, técnicos, professores e estudantes, universidades locais e a própria comunidade, buscava verificar as demandas e necessidades de cada cidade histórica, dividindo a responsabilidade pela manutenção e preservação dos bens culturais com esses grupos. Deste modo, o enunciado corrente nas ações preservacionistas partia da concepção que

> [...] somente com a participação e sensibilização da comunidade - povo e dirigentes - para a necessidade de proteger o patrimônio, a tarefa de preservá-lo terá êxito, pois conquistará aliados que integrarão a luta pela defesa de nossa identidade e consolidação de nossos valores mais representativos (Boletim SPHAN *pró*Memória, n° 31, 1984, p. 8).

Esse discurso de comunidade participativa e gestão compartilhada se reflete nas ações de conservação/restauração e nas propostas de formação dos profissionais atuantes nessas áreas. No inicio dos anos de 1980, além dos seminários, ocorreu o *I Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais-Arquimemória do Brasil (IAB).* Entre as recomendações aprovadas, inclui-se a maior fiscalização dos cursos de arquitetura ministrados no Brasil – nota-se aí a preocupação com a formação desses profissionais – e a referência aos inventários com o aproveitamento da comunidade na preservação e revitalização do patrimônio natural e edificado (Boletim SPHAN *pró*Memória, n° 13, 1981). A comunidade, através da conscientização e de uma gestão compartilhada, funcionaria em uma instância de vigilância que só seria possível por meio da promoção de

> [...] encontros e seminários periódicos de divulgação e de incentivos à criação de órgãos municipais específicos de preservação. E mais: a identificação e o cadastramento dos bens culturais devem ser executados

[35] Desabamento das encostas em diversos pontos da cidade que levou ao IPHAN a propor um estudo geotécnico de contenção e identificação das áreas de risco.

> com a participação da população e o aproveitamento do saber local. (Boletim SPHAN *pró*Memória, n° 13, 1981, p. 15).

De acordo com Heliana Vargas, os objetivos preservacionistas desse período eram "centrados na valorização da memória, na organização da sociedade em defesa do patrimônio histórico e no discurso de que os centros das cidades seriam elementos essenciais da vida urbana e gerariam identidade e orgulho cívico" (VARGAS, 2009, p. 18). Esse discurso encontra-se também nos conceitos formulados nos inventários de referência cultural produzidos no período, expandindo uma prática recorrente nos anos iniciais do IPHAN, na qual buscava-se o resgate dos registros orais de antigos moradores com informações que pudessem esclarecer aspectos construtivos e formais dos bens tombados (GONÇALVES, 2007, p. 74).

Refletindo as discussões do campo teórico, as obras de restauração desta fase envolviam a integração com a comunidade local como enunciado de suas práticas. Duas obras de vulto e amplamente discutidas no Boletim *pró*Memória ocorridas na primeira metade da década de 1980 são exemplificativas desse discurso enquanto proposta no âmbito de uma comunidade vigilante e mesmo no processo de execução da obra, o que recai diretamente na questão de formação profissional do campo: a consolidação das Ruínas São Miguel das Missões (RS) – 1982 a 1987 – e a restauração do Paço Imperial (RJ) – 1982 a 1984. Ambas prezavam por procedimentos técnicos e científicos – análises químicas e físicas, prospecções arqueológicas, pesquisa histórica e iconográfica – em parte inovadores e de suma qualidade que visassem atender às necessidades de cada monumento (*Revista do Patrimônio,* n° 20, 1984). Essas obras foram amplamente discutidas nos meios técnicos e acadêmicos – *Revista do Patrimônio,* Boletim SPHAN *pró*Memória – e na mídia impressa e televisiva. Cabe sublinhar que a obra de consolidação das Ruínas de São Miguel das Missões contou com assessoria direta de técnicos da UNESCO e um seminário interno para discussão dos procedimentos a serem adotados.

A partir de um convênio com os técnicos do IPHAN, que orientavam e fiscalizavam essas intervenções, foi realizado o treinamento da mão-de-obra local e os trabalhos contaram ainda com a presença de estagiários dos cursos de Arquitetura, Especialização em Conservação de Monumentos e do CECRE. Na prática, parte dos recursos da obra ainda permitiu o aparelhamento de mão-de-obra especializada para as DRs recém-criadas. De acordo com alguns funcionários que entraram na *pró*Memória nesse período, esses foram

contratados como funcionários dessas obras, só que assumiram diretamente nas DRs e nos ETs, executando trabalhos técnicos que não eram diretamente relacionados a essas obras. Em grande parte os servidores foram efetivados a partir da Constituição de 1988, que incorporou aos quadros públicos funcionários que haviam sidos contratados com um prazo anterior a cinco anos de vigência da lei. Esses profissionais foram treinados pelos técnicos que já se encontravam no IPHAN em um sistema de transmissão do ofício, em uma aprendizagem diária (BARRETO, ROCHA, TAVARES, 2012).

Voltando à formação de operários nessas obras de restauro, nas Missões, o treinamento tinha por objetivo atender às deficiências de mão-de-obra especializada, conforme relato do supervisor da empresa terceirizada RESCON, em matéria no Boletim SPHAN *pró*Memória

> Para o início dos serviços, a empresa contratou um mínimo de pessoas, seis operários apenas (um auxiliar de pedreiro e cinco serventes), praticamente homens de lavoura, de forma a que fosse possível instruí-los adequadamente e ir aumentando este número aos poucos, na medida em que os operários fossem adquirindo a habilidade necessária. (Boletim SPHAN *pró*Memória, n° 27, 1983, p. 3).

Esse processo paulatinamente instruía os operários, que eram treinados nas partes menos degradadas do imóvel e não tão aparentes da ruína. E, sucessivamente, foram acrescentados novos operários para que o processo de treinamento fosse executado com pequenos grupos, de modo a otimizar o aprendizado. Todo esse trabalho executado pela RESCON foi acompanhado por um consultor da UNESCO, Roberto Di Stefano, e uma equipe do IPHAN (Figura 4).



Figura 4 - Obras nas Missões, RS.
Fonte: Boletim *pró*Memória, 1983, p. 3-4.

Não rompendo com o método já utilizado nas primeiras obras de restauro executadas pelo órgão nacional de patrimônio nos anos de 1940, o que de fato diferenciava esses trabalhos dos demais era a preocupação com o treinamento e especialização desses agentes de modo sistemático e contínuo, não somente com o aproveitamento de um saber local.

Nessa mesma linha, no ano de 1983, foi realizado o Curso Geral de Obras e Restauração de Monumentos Históricos na cidade de Ouro Preto (MG). Um convênio entre o Escritório Piloto dos Estudantes da UFOP e a Diretoria Regional de Minas, esse curso foi direcionado a trabalhadores da construção civil e de restauro. Buscava-se o aperfeiçoamento desses profissionais, a partir de disciplinas práticas e teóricas ministradas por alunos da UFOP e por técnicos do IPHAN, a saber: técnicas construtivas, materiais, relações humanas, comunicação e expressão, leis trabalhistas e restauro de monumentos (Boletim SPHAN *pró*Memória, n° 27, 1983). Discutia-se a necessidade de uma formação mais social, que extrapolasse os canteiros de obras, justificando assim a inserção das disciplinas de relações humanas, comunicação e expressão. No Boletim SPHAN *pró*Memória, constam somente duas edições desse curso, sem dados sobre as causas de seu término, estatísticas quantitativas e avaliativas.



Figura 5 - Núcleo de Artes e Ofício, FAOP, MG.
Fonte: FAOP, 2005.

Cabe ressaltar a realização esporádica de uma série de cursos seguindo esse modelo nos estados brasileiros, por atuação do IPHAN, por órgãos estaduais ou municipais de patrimônio ou pela iniciativa privada. Do mesmo modo, cursos de auxiliar de restauro foram desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) – atuais Institutos Federais –, ações do Monumenta, Núcleo de Artes de Ofícios da FAOP, entre outros.

As ações de preservação de cidades e sítios urbanos tombados sofreram estagnação pela crise econômica brasileira na década de 1980 e devido ao fim do PCH, em 1983. A exceção foi o Projeto-piloto de Olinda (PE). Os cursos de formação de mão-de-obra especializada já existentes tiveram garantida sua continuidade, mas sofreram com a perda de recursos financeiros e somente em meados da década de 1990 foram retomadas de forma mais intensa as discussões concernentes ao tema.

A partir de um convênio entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Ministério da Cultura (MinC) e a UNESCO foi criado o Programa Monumenta-BID, nessa mesma década, visando

> [...] desenvolver estratégias de conservação sustentável dirigida aos bens imóveis tombados pelo IPHAN através do estabelecimento de prioridade, do incentivo ao fortalecimento institucional das municipalidades e do estímulo ao setor privado para a preservação do patrimônio, mediante a conscientização do público quanto à sua importância e manutenção. (DARLING, 2001, p. 195)

Mas apenas a partir de 2005, numa ampliação da abordagem desse Programa, pela carência de profissionais constatada ao longo de sua atuação, iniciou-se a promoção de projetos para capacitação de mão-de-obra em conservação e restauro. Entre esses projetos, encontram-se a Escola Oficina de Artífices Restauradores de Itaverava e Cursos de Formação Básica em Restauro e Conservação em Belém do Pará. Foram cerca de 20 projetos temporários desenvolvidos nos anos de atuação do Monumenta, formando oficiais como carpinteiro, pintor, ferreiro e pedreiro para atuar diretamente em obras de conservação e restauração de monumentos (MONUMENTA, s/d). As oficinas adaptavam-se às especificidades de cada localidade e auxiliaram também no desenvolvimento de ações de educação patrimonial, como o projeto Guardiões do Patrimônio em Ouro Preto (MG).

Nessa mesma linha, foi criada uma série de especializações no país para formar profissionais graduados, desenvolvidas em níveis de mestrado acadêmico e profissionalizante nas universidades federais e particulares. Entre elas, o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) criado em 2003, na cidade de Recife, para promoção, pesquisa e ensino na área de preservação do patrimônio urbano e territorial, tendo como foco a conservação de forma integrada, pautada em um desenvolvimento sustentável. Desse modo, foram realizados os seguintes cursos: I Curso Latino Americano sobre a conservação da Arquitetura Moderna (MARC-AL), Gestão de Restauro, Cantaria e, desde 1997, o Curso de Especialização em Conservação Integrada Urbana e Territorial (ITUC/BR), que deu origem ao CECI (CECI, s/d).

Paralelamente a essa política preservacionista da década de 1990 e anos de 2000, os agentes de preservação tentavam regulamentar os respectivos cursos de graduação e pós-graduação. Em processo de revisão da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional, as faculdades de Arquitetura e História passaram por revisão curricular. Assim, foi criada a Portaria n° 1770 de 21 de dezembro de 1994 – revogada com poucas alterações pela nova Resolução CNE/CES n° 6, de 2 de fevereiro de 2006, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Arquitetura e Urbanismo. Essa resolução inseria entre as competências e habilidades básicas do profissional a ser formado “as práticas projetuais e as

soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades" (Resolução CNE/CES n° 6 de 2/02/2006, p. 2), conteúdos que seriam ministrados nas disciplinas de profissionalização, entre elas, a de Técnicas Retrospectivas. Essa última resolução foi revogada pela Resolução de n° 2, de 7 de junho de 2010, acrescentando às atribuições do arquiteto conhecimentos sobre o emprego de materiais, técnicas e sistemas construtivos. De acordo com Ana Paula Farah (2009), houve um amadurecimento do campo da conservação e preservação a partir da introdução dessas disciplinas no conteúdo básico, embora a não obrigatoriedade de ministrá-las dificultasse o cumprimento de seu ensino pelas instituições no quadro curricular.

Diferentemente dos arquitetos, que desde a década de 1990 tiveram suas diretrizes regulamentadas, as discussões sobre os programas curriculares da graduação em História iniciaram-se somente no ano 2000. A primeira versão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de História ocorreu com o Parecer CNE/CES n°492, de 3 de abril de 2001, aprovado juntamente com demais cursos: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia –, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, Letras, Museologia e Serviço Social. Substituindo os parâmetros propostos na LDB, visava à redução da deficiência do currículo básico frente à ampliação das atividades profissionais dos historiadores e as mudanças conceituais e teóricas pelas quais passou o campo historiográfico nas décadas de 1960 e 1980. Entre as competências e habilidades propostas estavam

> [...] desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural (Parecer CNE/CES n°492, de 3/04/2001, p. 8).

Demonstrando preocupação com a lida desses agentes que já realizavam trabalhos no campo do patrimônio cultural, seja na prática discursiva ou mesmo no desenvolvimento de pesquisas e projetos de gestão cultural, as diretrizes curriculares para os cursos de história foram estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002 consagrando o citado parecer.

Quando comparadas às condutas do curso de Arquitetura, no qual foram demarcados especificamente os conteúdos disciplinares e áreas de atuação de seus profissionais, a diretriz do curso de história se mostrou amplamente genérica, sem uma definição precisa do conteúdo disciplinar. Justificada no Parecer CNE/CES n°492, de 3 de abril de 2001, por uma

interdisciplinaridade da atuação e formação desses agentes, para os quais não caberia o específico, deixando a cargo das particularidades regionais e necessidades de cada instituto, graduação (licenciatura e bacharelado) e pós-graduação.

Dando continuidade ao processo de reconhecimento da atuação do historiador no campo patrimonial, a ANPUH, em 2003, inseriu como compromisso de campanha de sua diretoria, "a ampliação da participação do historiador em fóruns que tratem do patrimônio cultural, dentre os quais, o Conselho Consultivo do IPHAN" (CHUVA, 2008, p. 39). Em grande parte, o incremento participativo deu-se em favor do Decreto 3551/2000 que instituiu o instrumento do Registro do Patrimônio Imaterial, expandindo a área de atuação do IPHAN e demandando, assim, novos gestores. Neste contexto ocorreu a reinserção desses profissionais – historiadores, pedagogos, sociólogos, antropólogos, geógrafos, etc. – no campo patrimonial. A carência foi em parte suprida com o concurso público para provimentos de vagas de 2005, nos quais foram lançadas 148 vagas para técnicos e analistas, sendo 25 para arquitetos urbanistas, 16 para ciências sociais, 15 para história e uma para historiador da arte. E, posteriormente, no concurso de 2009, foram oferecidas 7 vagas para historiador e 1 para historiador da arte, em detrimento das 27 vagas para arquitetos urbanistas.

No mais, o acirramento da discussão sobre a salvaguarda dos sítios urbanos tombados e a preservação do patrimônio cultural trouxe para a academia reflexões sobre o pensar, fazer e o preservar desse patrimônio. Temas como: memória e patrimônio, desenvolvimento e preservação, paisagens, teoria de conservação e restauro, são constituintes de disciplinas de graduação em arquitetura, história, museologia, arquivologia, geografia e de mestrados como os da UFPEL, UFRJ, UFBA, UFMG, entre outros. Esses cursos, voltados às discussões mais recentes da área, ampliaram-se a partir dos anos de 2000, visando à formação de profissionais multidisciplinares que pudessem atuar e refletir sobre a diversidade do que é, hoje, o patrimonial nacional.

Pode-se, então, considerar que a virada conceitual do patrimônio na década de 1980, representou uma abertura desse campo às demandas sociais e políticas. A criação da Fundação Nacional *pró*Memória e a sua fusão com o CNRC e PCH, propiciou impulso econômico com a inserção de recursos públicos e particulares, além de inserir novos profissionais nos quadros do IPHAN, entre eles, alguns da área de humanas e sociais. Pressionado pelo processo de redemocratização que passava o país, onde o direito à cidadania,

à memória e à diversidade cultural foram preconizados e reivindicados pela sociedade, e, por outro lado, devido à aproximação da história com as ciências sociais, principalmente a antropologia, esse campo de saber iniciou o diálogo com os aspectos sociais, a partir da interdisciplinaridade, rompendo com o método vigente. Essa abertura possibilitou ampliar a atuação profissional do historiador, não mais se restringindo às formas discursivas usuais. A utilização das mais diversificadas fontes, técnicas e suportes (textual, iconográfica, audiovisual, relatos orais) inseriu o historiador em áreas ainda não atingidas, como a gestão e elaboração de projetos culturais, ampliada pelo Decreto 3551/2000.

Essa mudança na década de 1980 pode ser sentida "como a aparição de novas formas na vontade de verdade" (FOUCAULT, 1996, p. 161) e não como descoberta de um novo patrimônio. Houve um deslocamento do eixo patrimonial, onde "a nação continuou a ter sua identidade e sua memória definidas a partir de uma perda – a perda da 'tradição' no caso de Rodrigo, ou a perda da 'diversidade cultural' no caso de Aloísio" (SANT'ANNA, 1995, p. 196). O campo patrimonial buscou dialogar com as ciências sociais, atribuindo para si a diversidade social, a memória e identidade das comunidades, que passaram assim a serem detentoras e gestoras desse patrimônio. Esses pontos articulados conferiram como discurso uma nova face ao patrimônio, que deveria então representar a diversidade cultural e as minorias não contempladas pelo método tradicional de seleção e proteção, apesar de não se concretizar na prática da preservação dos sítios urbanos tombados.

Deste modo, pode-se considerar que em termos de formação de seus agentes na

> [...] década de 1980, era o próprio campo do patrimônio que se especializava, a partir do diálogo e da contraposição a outros campos disciplinares, delimitando seu próprio universo categorial e redefinindo antigas noções e práticas de preservação. (TEIXEIRA, s/d, p. 44).

A inserção da temática do patrimônio nos cursos de graduação e pós-graduação em arquitetura e história, como nas demais áreas afins, ampliou o debate sobre o preservar e o fazer, tornando-se fonte e objeto de pesquisas acadêmicas e sociais em várias áreas de conhecimento. Sua inclusão nas diretrizes curriculares nos anos de 2000 demonstra a pressão cada dia maior pela interdisciplinaridade de suas ações e gestão, visto que hoje se opta por um espaço de atuação diversificada, que abrange todo o território nacional. Nesse sentido, não cabe mais ao patrimônio o discurso de "especialistas", de determinada categoria profissional,

nem mesmo baseado na falsa dicotomia entre o saber técnico e a área discursiva. Assim, Márcia Chuva contribui para enriquecer esse debate, destacando a ação do historiador:

> Cabe tomar para si a História ocupando um espaço de ação profissional próprio no campo patrimonial, considerando as especificidades de sua formação disciplinar e aquilo com que pode contribuir para a interdisciplinaridade necessária ao campo. (CHUVA, 2008, p. 43).

Assim, o historiador não mais se furtaria a assumir posicionamentos e seu papel como construtor de narrativas passaria a ser constituído de referências do presente em uma relação de verossimilhança com o passado. Caberia a ele a construção de narrativas do patrimônio nacional, na gestão e implantação de políticas de preservação, dialogando com a interdisciplinaridade desse campo.

CAPÍTULO 2: NARRATIVAS DO PATRIMÔNIO DE UMA NAÇÃO

INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO CENÁRIO VASSOURENSE

A construção de narrativas é uma das bases da sociedade, sejam elas maiores ou menores, se perpetuam pelo modo de viver e agir, delimitando e moldando suas práticas. Ancorada em suportes diversos, são contadas e recontadas, podendo, assim, receber variações no decorrer dos tempos. Ritualizada através de textos, cerimônias, fórmulas, símbolos e "discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas" (FOUCAULT, 1996, p. 22), podem ser lineares e cíclicas, de acordo com o grupo e as relações de poder que exercem. A narrativa pode possuir seu próprio tempo, sem romper diretamente com o tempo cronológico ou assumir um aspecto relativo ao tempo histórico. A história apresentada nessas narrativas são um refazer da história, fragmentada de modo temporal e espacial, sendo atribuídas de "vontades de verdade" que, em rede, são enunciadas em novos discursos (SANTOS, 2006).

Em relação ao patrimônio cultural, os discursos articulados enquanto narrativas são produzidos a partir das relações de poder desenvolvidas nos diversos grupos sociais. Em suportes e modos de distribuição diversos – institucionais, políticos, históricos – a relação dialógica confere aos discursos um desenvolver em cadeia, redes de enunciados produzidas no tempo e no espaço (GONÇALVES, 2002). Historicamente construídos, obedecem a um conjunto de regras tácitas estabelecidas pelas relações de saber e poder. Como narrativas, são expressões orais, escritas e imagéticas que simbolicamente relatam "a história de uma determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos que marcaram essa história, os lugares e os objetos que 'testemunharam' esses acontecimentos" (GONÇALVES, 2002, p. 4). Nesse sentido, os objetos patrimoniais também são discursivamente construídos e só existem a partir de sua classificação pela sociedade enquanto discurso.

Nos processos de tombamento e nas intervenções dos sítios urbanos, os discursos produzidos recaem em ação seletiva de memória e de uma história a ser narrada como constituinte da totalidade do patrimônio nacional. Nessa seleção institucionalizada e

operacionalizada pelo órgão estatal, IPHAN, pelo viés cultural e territorial, pretende-se que esses bens sejam a expressão autêntica das memórias e identidades que representam. E, a partir do poder de definição desses bens, constituem-se relações de poder onde o valor simbólico atribuído a eles se torna "verdade".

Essa construção através da eleição de bens materiais – no caso aqui analisado, os sítios urbanos – transforma os valores iniciais do objeto (cidade), inserindo novos valores de troca e ideais, tornando-o semióforo[36]. A partir dessa reunião de bens simbólicos representativos da nação brasileira, "o 'patrimônio nacional' pode, portanto ser considerado uma grande coleção de 'semióforos monumentais'" (CHUVA, 2009, p. 65), onde a dialética do esquecer/lembrar e do incluído/excluído constituem a tentativa da preservação de lembranças. Busca-se salvaguardar um passado atualizado e ressignificado, a partir de construções narrativas do presente, enunciadas a partir de discursos e práticas preservacionistas.

Esse poder de ressignificação na configuração da representação do nacional insere as ações de preservação dos sítios históricos tombados como definidores de referência simbólica e marcos de ocupação e paisagem. Ou seja, o patrimônio "determina formas particulares de relação com o espaço e formas de comportamento" (CHUVA, 2009, p. 68). As cidades tombadas são sentidas a partir desse novo valor e as ações subsequentes ao tombamento buscam como referência os discursos iniciais, mesmo que para atualizá-lo. Questões urbanas, como o crescimento desordenado e o modo de a população lidar com esses sítios, são resignificadas, construindo e narrando novas representações do nacional, que se conjugam através desses discursos e ações de conservação e restauro. Portanto, se assume como "um poder-estrategista, [que] está sempre em exercício, ou seja, constitui-se de ações sobre ações, que engendram relações por antagonismo de estratégias, gerando novas ações e sendo gerado por elas" (CHUVA, 2009, p. 68). Delimita e produz ações de práticas e embates na preservação desses sítios, quer sejam pela ação do IPHAN ou da própria população, gerando novas narrativas do patrimônio nacional.

Recorre-se, nesse sentido, ao Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras (RJ), edificado por uma sociedade cafeeira, como parte constituinte de uma história nacional, que até então não chegou a ser narrada pelo órgão federal de patrimônio. Esse passado nacional preconizado por uma memória/tradição, ali representada pela conformação urbanística e por

[36] É a capacidade de atribuir novos valores, mudar um objeto sócio e antropologicamente.

seus monumentos arquitetônicos, tornou-se, através dos discursos institucionalizados, semióforos, patrimônio nacional. Mas quais interesses e motivos levaram ao tombamento dessa cidade? Quais valores predominaram na seleção desse conjunto? Poderia ser considerada significativa mudança nas seleções de tombamento, por se tratar do primeiro conjunto do século XIX reconhecido como patrimônio nacional? Quais narrativas procurou-se institucionalizar com esse tombamento? Qual o valor e a utilização da história, como parte integrante desse processo, salvaguarda e ações de preservação desse sítio? A partir dessas questões, tentamos direcionar esse capítulo, analisando as ações para a preservação do conjunto vassourense após o tombamento.

Para tanto, será primeiro analisado seu tombamento e as intervenções realizadas pelo IPHAN até o ano de 1984, quando foi instalado o Escritório Técnico de Vassouras (ET II). Na sequência, serão investigadas as recorrências e continuidades discursivas no trato desse conjunto, a partir da ação da representação local.

2.1. NARRATIVAS DO CAFÉ

TOMBAMENTO DE VASSOURAS E AS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES.

Vassouras, situada no Vale do Rio Paraíba fluminense, compreende um pequeno sítio histórico representante do Império brasileiro. Foi fundada na primeira metade do século XIX (1833) por um grupo de agricultores que havia rompido com a Vila de Paty do Alferes. Era composta predominantemente por mineiros oriundos da região de São João Del Rey e Mariana. Sua formação esteve marcada pela economia cafeeira e por um traçado urbano típico das cidades coloniais das Minas Gerais, tendo na capela o elemento aglutinador da vida social (SILVA TELLES, 1968). Segundo Stanley Stein (1990), no desenvolvimento de Vassouras e demais cidades da região, foi preponderante o papel das estradas (do Comércio e da Polícia) que se formaram no início do século XIX.

> [...] rapidamente apareceram duas novas estradas, ambas originárias do norte do Paraíba: a estrada do Commercio, inaugurada em 1813, que entrava no município de Vassouras em Commercio, no rio, e atravessava a parte central de Vassouras, e a estrada da Polícia, inaugurada em 1820. Esta última

> atravessava o Paraíba em Desengano, passava através da cidade de Vassouras e descia o escapamento perto de Sacra Família" (STEIN, 1990, p. 34).

Em crescente desenvolvimento, Vassouras passou a ser regida por esse grupo hegemônico de cafeicultores. Ao passo em que se enriqueciam, recebiam títulos nobiliárquicos e adotavam medidas urbanísticas e de saneamento na recém-criada vila. Segundo Isabel Rocha,

> [...] uma visão da real vontade desse grupo foi registrada pela lente de Victor Frond, em 1859 e expôs o acelerado processo de implantação do novo espaço urbano, ou seja, em apenas 26 anos de fundação, Vassouras já contava com imponentes edificações. (ROCHA, 2011, p. 4).



Figura 6 - Vassouras, Victor Frond, 1859.
Fonte: Biblioteca Nacional.

Além de edificações habitacionais, Vassouras, nesse período, possuía vários prédios públicos, obras de saneamento e urbanização em andamento, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – construída em 1828 e ampliada até 1872; o Chafariz Monumental – datado de 1842; o Hospital da Santa Casa de Misericórdia – construída em 1853; a Praça Barão de Campo Belo – concluída em 1857; entre outros (SILVA TELLES, 1968).

Essa conformação urbanística em torno das estradas e da igreja foi rompida com a abertura de uma rua na parte posterior da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – acesso liberado a partir de 1848 com a destruição da pedreira que havia no local. Assim, um

segundo aspecto foi inserido na história da cidade: o caminho ao cemitério. Dois polos passaram a caracterizar Vassouras: primeiro uma área nobre, que se localizava na parte frontal à Igreja Matriz com edifícios de maior porte, sobrados habitados pelos barões e senhores vinculados ao café; e uma segunda área desprovida de tantos recursos, localizada nos fundos da Igreja – com casas térreas de menor porte (SILVA TELLES, 1968).

A narrativa preconizada como discurso institucional sobre a formação dessa cidade, parcialmente reconstituída através de textos de Stanley Stein, Silva Telles, e Isabel Rocha nos serve como aporte para a compreensão dos valores e discursos enunciados na justificativa do tombamento realizado em 1958, (Processo n° 566-T-57), e também para compreender alguns dos conflitos que a eleição do centro histórico vassourense representou à sociedade em geral.

Augusto Carlos da Silva Telles, instrutor do processo de tombamento, era arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes e aluno de Lúcio Costa e Paulo Santos, ambos arquitetos do IPHAN. No período em que elaborou a instrução desse processo, atuava na iniciativa privada, mas foi inserido nos quadros do IPHAN nesse mesmo ano de 1957. Descendente direto da família do Barão de Vassouras (Francisco José Teixeira Leite - 1804/1884), possuía convívio estreito com a cidade, não somente pelos laços familiares mas também porque era herdeiro de seu espólio, a Casa do Barão de Vassouras.

Silva Telles realizou um trabalho "de conversas entre os moradores, de entrevistas e de levantamento das edificações, das casas. Plantas de execução, plantas tecnológicas, coberturas." (SILVA TELLES *apud* THOMPSON, 2010, p 82). Segundo ele, foi a partir desse trabalho que surgiu o interesse pela cidade, primeiro para a instrução de tombamento e posteriormente para a elaboração de sua tese de livre docência em Arquitetura (UFRJ, 1962). Sem detalhar quais motivos o levaram a realizá-lo, se interesse próprio ou encomenda de alguma empresa ou órgão, deixou registrado que foi a partir das fotografias desse inventário e do encontro casual com Alcides da Rocha Miranda (arquiteto do IPHAN), que o olhar de Rodrigo Mello e Franco de Andrade despertou para a cidade sul fluminense.

> Foi o seguinte: um dia, eu tinha feito umas fotografias de Vassouras e eu fui pegar as cópias na ótica que era ali perto do Ministério [Palácio Gustavo Capanema] [...] e encontrei com o Alcides Rocha Miranda, que viu aquilo e disse: "Você mostrou ao Rodrigo essas fotografias?". Eu falei: "Não sei se o Rodrigo se interessaria por isso". Ele me levou ao oitavo andar, entrou na sala e falou com o Rodrigo [...] Doutor Rodrigo falou: "Pega esse material todo, faz um resumo disso e faz uma proposta de tombamento". Não sabia nem o que era tombamento; depois ele me disse o que era tombamento, e eu

> fiz realmente uma proposta de tombamento de Vassouras, do núcleo histórico de Vassouras. Foi o primeiro tombamento de um conjunto do século XIX. (SILVA TELLES *apud* THOMPSON, 2010, p 82).

Nota-se no relato de Silva Telles que havia inicialmente um "desconhecimento" sobre o significado que envolve um processo de tombamento, questão que poderia ser explicada pelo fato de ele ainda não compor os quadros do IPHAN. Por outro lado, sua vida acadêmica como graduado em arquitetura (UFRJ,1948) foi pautada pelo convívio com professores ligados ao IPHAN, entre eles Lúcio Costa, Alcides da Rocha Miranda e Paulo Santos. Desse último, foi assistente na cadeira de Arquitetura no Brasil, herdando a disciplina em 1962, além de parecerista e relator no processo do tombamento de Vassouras. O contato com esses servidores do órgão federal de patrimônio o aproximava das concepções e discursos dos agentes do IPHAN.

Outro aspecto revelado em seu registro foi o valor atribuído aos processos de tombamento até aquele momento. Quando Silva Telles afirmou: "Não sei se o Rodrigo se interessaria por isso" retratava uma carga simbólica que a instituição carregava, uma lacuna na proteção de bens culturais pertencentes ao século XIX. Tal fato pode ser comprovado, por ser o sítio vassourense o primeiro tombamento de um conjunto urbano edificado no Império. Antes mesmo do imponente Conjunto Urbanístico e Paisagístico da Av. Koeller em Petrópolis (RJ), tombado em 1964.

Pode-se aferir que o traçado evolutivo e a conformação urbanística de Vassouras, citados na narrativa histórica de construção dessa cidade, foram os elementos básicos para que Silva Telles instruísse o processo de tombamento. Partindo do conjunto central, Praça Barão de Campo Belo, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Praça Sebastião Lacerda até as ruas que a circundam e o caminho até o cemitério – Rua Barão de Tinguá, Barão de Massambará e Praça Cristóvão Correia e Castro, buscava-se reconstituir os aspectos da conformação secular e do registro da ação de seus fundadores. Silva Telles assim se posicionava em defesa do tombamento:

> [...] possui a cidade de Vassouras um dos conjuntos mais interessantes e bem conservados de urbanismo e arquitetura do século XIX. As novas construções e as reformas existentes, não foram suficientes para modificar o caráter nobre e grandioso do conjunto, que ainda é dominado pela Igreja Matriz, pelo Chafariz, pela fila de figueiras religiosas, pelo Cemitério, e pelas nobres e sóbrias mansões dos Senhores do Café. (Processo n° 566-T-57, fl. 1).

Recorrendo ao traçado urbanístico e ao eixo principal de evolução do centro histórico vassourense (Figura 7), buscava demarcar os valores atribuídos a esse sítio: um fazer e viver extremamente peculiares.



Figura 7 - Vassouras, Carta Cartográfica de 1858/61.
Fonte: SILVA TELLES, 1968, p. 21.

Assim, a ênfase nos aspectos peculiares da conformação urbana e do viver vassourense embasaram o parecer de Paulo Ferreira Santos, relator do Conselho Consultivo para o tombamento da cidade. Estas características foram ainda ressaltadas nas palavras de Paulo Thedim Barreto, em seu parecer técnico, considerando que se tratava "de um conjunto urbanístico e arquitetônico, do século XIX, de valor apreciável, merece ser preservado nos termos do Decreto-lei n° 25" (Processo n° 566-T-57, fl. 9). Nesse sentido, o valor estético foi claramente expresso como fator de peso para seu tombamento, termos como "pureza", "unidade na variação de soluções", "beleza", "magnífica arborização" e "homogeneidade" foram utilizados para demarcar a sua relevância enquanto bem nacional a ser preservado. Esses vocábulos eram tradicionalmente elencados para seleção de patrimônios nacionais, pautados no discurso de "monumento-documento".

Nesse parecer sobressaiam ainda as referências ao desenvolvimento material e social da cidade, destacados por Rodrigo Mello e Franco de Andrade como peculiaridades da história social desse sítio. Considerava-se que a "concepção urbanística de Vassouras manifesta com clareza, correspondência lógica e sincera do viver e morrer em coletividade organizada" (Processo n° 566-T-57, fl. 9). Elementos enfatizados nas palavras de Paulo Ferreira Santos, conforme matéria veiculada no *Jornal do Brasil*, datada de 28/07/1958, no qual esclareceu quais motivos o levaram a pedir a salvaguarda do sítio urbano vassourense.

> O conjunto tem o que de principal se pretende salvaguardar, que é o *espírito*, o cunho, o cachê de um conjunto do século XIX, onde a praça principal, com o seu jardim enobrecido, pelos renques de palmeiras imperiais, a Casa da Câmara e cadeia, a matriz, os sobrados senhoriais, se juntam à rua marginada de figueiras religiosas, a pracinha com o histórico chafariz Dom Pedro II e ao fundo o cemitério – tudo o que, se preservado, há-de contribuir para evocar o prestígio da nobreza rural do café do século XIX, de tão grande expressão na nossa vida econômico-social e na nossa arquitetura (*Jornal do Brasil*, 28/07/1958, grifo nosso).

Desse modo, o Conjunto Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Vassouras foi tombado pelo Processo 566-T-57 inscrição nº 18, fls. 4, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico datado de 26/06/1958. A área tombada compreendia

> Praça Barão de Campo Belo com o chafariz monumental, e as ruas e praças marginais [...] compreende o tombamento deliberado, não só das construções públicas e particulares situadas nos referidos logradouros, mas também as peculiaridades destes, e, particularmente, sua arborização. (Processo n° 566-T-57, fl. 17).



Figura 8 - Demarcação do perímetro tombado.
Fonte: ETMP – imagem digital, 2000.

Por um lado, o tombamento de Vassouras pode ser considerado tradicional, sem romper com os elementos discursivos do período, havendo o predomínio do valor estético em relação aos demais, demarcado pela sua inscrição no Livro de Tombo Arqueológico,

Etnográfico e Paisagístico. Quanto a seu valor histórico, foi demarcado pelo seu traçado urbanístico, que retoma a leitura das cidades coloniais, organizadas em torno da igreja matriz; consequentemente, suas ruas marginais equivalem à epístola (direita) e ao evangelho (esquerda). Por outro, o tombamento trouxe elementos que, segundo Jurema Arnaut,

> [...] [fazem] referências aos valores, hoje em dia, considerados imateriais. Como quem diz: "O que importa é tombar vestígios do modo de vida da sociedade cafeeira, aquilo é o resultado material, é a construção material da sociedade cafeeira. Como é que ela vivia, como é que ela morria, como é que ela lida com a religiosidade" [...] como esse modo de viver tinha moldado aquela cidade. (ARNAUT *apud* THOMPSON, 2010, p. 82-83).

A materialidade do viver e morrer, traçada pelo caminho da igreja ao cemitério, demarcado pelas "figueiras religiosas", constitui-se como seleção da narrativa de determinada parcela da sociedade cafeeira, a elite do café. A área tombada, compreendida pela praça central e casas que a circundam, demarca as características de uma sociedade opulenta, de grandes obras e casarios, representando a nobreza e a riqueza cafeeira. Esse discurso pode ser notado nas palavras de Paulo Santos, delimitando qual sociedade estava ali representada arquitetonicamente, ou seja, vivendo e morrendo em coletividade organizada.

> [...] nobreza essa constituída, alí, do Barão de Vassouras, do Barão de Campo Belo, do Barão do Ribeirão, do Barão de Massambará, do Barão de Tinguá, do Barão de Aiuruoca, membros das famílias ilustres dos Teixeira Leite, Corrêa e Castro, Avelar; e ainda dos Leite Ribeiro, dos Furquim de Almeida, dos Teixeira e Sousa, dos Sousa Werneck, dos Lacerda Werneck e dos outros mais, "quase todos [...] com grandes fazendas de café no município e, "como membros da Câmara, nas irmandades". (*Jornal do Brasil*, 28/07/1958)

Não se fazia, portanto, referência às demais constituições sociais presentes naquela sociedade: escravos, trabalhadores livres, profissionais liberais, imigrantes e mesmo judeus. Essa seleção como bem nacional demarca o período áureo do café e sua nobreza como partes constituintes da história nacional, ainda hoje presente como parte da identidade dos cidadãos dessa cidade. A segunda área desprovida de recursos – composta de casarios térreos, na maior parte geminados – compreendida na área tombada, poderia ser uma referência ao lado oposto da opulência do café?

Segundo Isabel Rocha, na constituição dessa cidade houve dois cenários: um "junto e a frente da Matriz, as 'boas e honradas' famílias enriquecidas pelo café, aos fundos os mais humildes, os profissionais liberais, os assalariados" (ROCHA, 2011, p. 5). E que esse conjunto comporia o cenário de uma "cidade-procissão", que se iniciaria pela praça da matriz

e terminaria no cemitério, seu extremo oposto, passando assim pelos "espaços de sociabilidade, lazer, abastecer, conviver, morar e fazer" (ROCHA, 2011, p. 7).

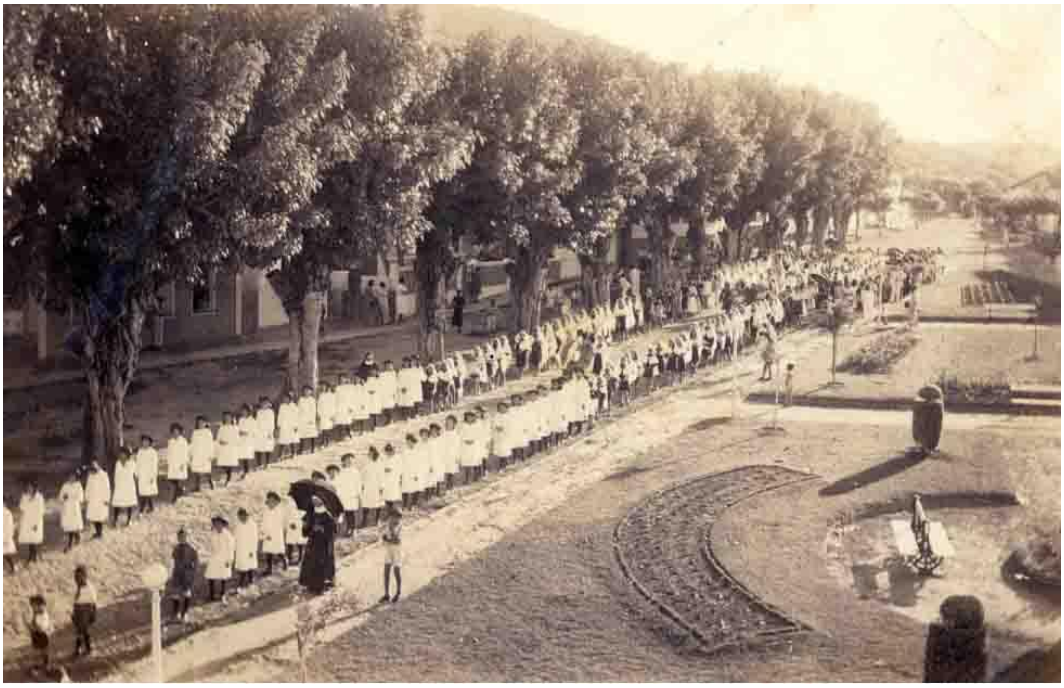


Figura 9 - Procissão na Praça Sebastião de Lacerda, início do século XX.
Fonte: Acervo particular, imagem digital ETMP.

Nesse sentido, pode-se considerar que outra parcela da sociedade cafeeira esteve representada no tombamento. Mesmo que o discurso preconizado pela instituição fizesse somente referência à nobreza, mantinha-se, mesmo que não de forma expressa, o tombamento da área atrás da Igreja Matriz.

Em pronunciamento a pedido do IPHAN, sobre o citado tombamento, o embaixador Raul Fernandes demonstrou as tensões sobre a inserção da área atrás da Igreja Matriz. O diplomata possuía estreito convívio com a cidade de Vassouras, e, embora nascido em Valença, fora o testamenteiro do espólio de Eufrásia Teixeira Leite, proprietária de uma das maiores fortunas do Brasil na década de 1940, bem como da Casa Hera (tombada pelo IPHAN em 1952). Foi ministro de estado e amigo direto de Rodrigo Mello e Franco de Andrade, motivando a solicitação do parecer.

> Se se trata de tombar todo o conjunto referido no processo, acho imprudente: tudo quanto fica, nesse conjunto, atrás da matriz, (praça Sebastião Lacerda e rua barão de Tinguá), é muito desigual. Será preciso separar muitas velharias sem nenhum interesse, destinadas a mui próxima resconsção [sic], e não convindo – é como penso – que sua Repartição ficou onerada com esse encargo. (Processo n° 566-T-57, fl. 8)

O representante diplomático sugeria ainda que fossem tombados, isoladamente, somente a Casa do Barão de Itambé, Chafariz Dom Pedro II e o gradil e portão do cemitério. Pontos estes que passaram a ser recorrentes nos veículos de comunicação local nos anos posteriores ao tombamento; questionava-se quais bens poderiam ser considerados patrimônio e sujeitos à chancela do órgão federal, principalmente aqueles localizados na parte posterior à Igreja Matriz.

Como aluna no ETMP, o contato com moradores, feito pelo atendimento ao público no escritório técnico e em reuniões como as do Conselho de Cultura, proporcionou-me o acesso às versões e relatos diversificados sobre a relação existente entre comunidade e patrimônio. Esses relatos orais, correntes na cidade, revelaram outra percepção sobre o tombamento e os motivos de sua concretização. Segundo antigos moradores, havia um projeto para a construção de uma estação rodoviária no centro da cidade, que se localizaria junto à Casa do Barão de Vassouras. Esse aspecto traria uma nova visão da cidade, ameaçando, provavelmente, a homogeneidade de "um dos conjuntos mais interessantes e bem conservados de urbanismos e arquitetura do século XIX" (Processo n° 566-T-57, fl. 1). Discurso frequente nas justificativas, o tombamento poderia ter sido um meio de conter a ameaça de descaracterização desse patrimônio em meio às pressões desenvolvimentistas da década de 1950.

Em busca de dados que pudessem corroborar essa versão popular, recorreu-se à documentação do IPHAN, onde não foram localizadas informações sobre a referida rodoviária. Recorreu-se, então, aos periódicos locais no período de 1950 a 1965. No Correio de Vassouras, jornal de grande circulação, encontrou-se registros de projeto para a construção do terminal rodoviário desde 1952. E mais, essa se localizaria na Praça Eufrásia Teixeira Leite, portanto, em frente à casa já citada. Em uma das matérias consta que

> [...] um modesto vassourense, [...] lembrou a necessidade de ser construída uma estação Rodoviária em uma de nossas praças, sugerindo, na mesma ocasião, que a estação poderia ser erguida na praça Eufrásia Teixeira Leite, em frente a Prefeitura Municipal, no local ocupado por um Jardim. Disse que não haveria nenhum inconveniente no desaparecimento da referida praça, uma vez que existe outra e mais importante nas proximidades. (*Correio de Vassouras*, 22/06/1952).



Figura 10 - Vista aérea - Vassouras, det.
Fonte: ETMP, imagem digital, 2000.
Legenda: 01 Casa de Antônio Dias Rosa; **02** Praça Barão de Campo Belo; **03** Casa do Barão de Vassouras (Silva Telles); **04** Praça Eufrásia Teixeira Leite; **05** Casa de Câmara e Cadeia; **06** Colégio; **07** Rodoviária.

A discussão sobre a construção da Estação Rodoviária permeia toda a década de 1950, os clamores da população por essa obra estiveram presentes nas matérias desse período "desejamos que ela seja construída lá, cá ou acolá" (*Correio de Vassouras*, 27/03/1960).

Após o tombamento, o local para sua construção passou a ser discutido nas imediações do centro histórico, portanto, fora da área tombada. E mesmo um projeto (Figura 11) chegou a ilustrar uma matéria do *Correio de Vassouras*:

> [...] esteve sábado último nesta Cidade, a comitiva chefiada pelo Dr. Areia Leão, engenheiro do mais alto gabarito, para a concretização do plano da construção de nossa Estação Rodoviária. O local escolhido, foi à rua Tiago Costa, junto ao terreno do antigo grupo escolar, ressaltando, segundo informes colhidos, tratar-se de obra de certa relevância. (*Correio de Vassouras*, 01/04/1962).

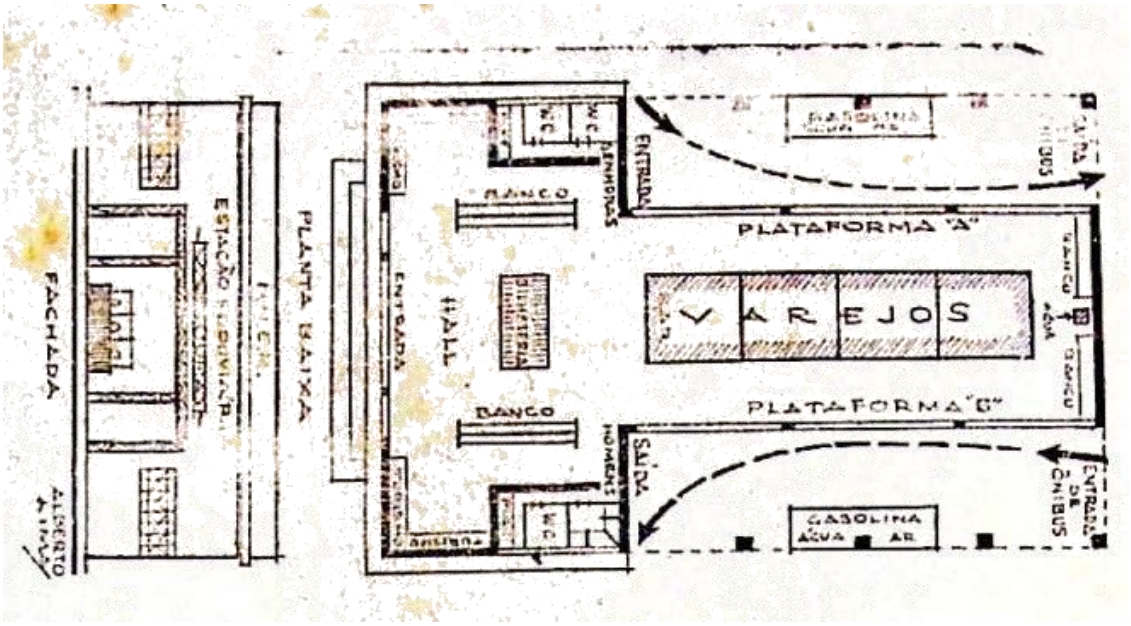


Figura 11 – Projeto da Rodoviária
Fonte: *Correio de Vassouras*, 13.05.1962, p. 8.

A partir desses dados, pode-se inferir que o tombamento de Vassouras também representou um instrumento de contenção da proposta de descaracterização desse sítio, visto que a referida praça localiza-se ao lado da Praça Barão de Campo Belo, monumento de destaque no discurso de preservação da área central. Nota-se que a localização dessa estação poderia romper com o caráter homogêneo do conjunto e descaracterizar a casa de seu proponente.

O tombamento, fruto de discussão interna do IPHAN, atenderia ao conjunto esteticamente preservado; mas nota-se que esse patrimônio encontrava-se ameaçado e em vias de ser descaracterizado. Portanto, dois discursos mediaram sua salvaguarda: o interno, que justificava a homogeneidade do conjunto; e o externo, pelas vias de sua descaracterização.

A salvaguarda, que poderia soar como algo que atenderia aos anseios de parte da sociedade, foi ignorada pelos órgãos públicos e pela comunidade em geral logo nos primeiros anos após sua instrução, caindo no "esquecimento", já que não havia representado grandes alterações na cidade. Nos jornais locais, somente uma matéria foi veiculada no *Correio de Vassouras*, referente ao tombamento do conjunto, intitulada: "Tombado como Patrimônio Artístico o Conjunto Urbanístico de Vassouras", datada de 27/07/1958. Texto idêntico à publicação no *Jornal do Brasil*, na mesma data, que, por sua vez, era uma nota veiculada pelo IPHAN. Foi justamente esse meio de comunicação que posteriormente foi utilizado para declarações de insatisfação pelo tombamento.

No ano de 1960, quando se iniciaram as primeiras intervenções no Centro Histórico e em imóveis isolados, com destaque para a Casa da Hera (tombamento isolado em 1952), o *Correio de Vassouras* trouxe na primeira página, em letras garrafais, a seguinte matéria: "A tradição não póde [sic] impedir o progresso". Nesse texto, o jornalista Antônio Dias Rosa descreveu uma série de inconvenientes ocasionados pelo tombamento, solicitando que a Câmara Municipal e a prefeitura apontassem os prédios que deveriam ou não ser protegidos. Enfatizava-se que o "perímetro onde existem de fato prédios, que assim se podem considerar é grande e nele há verdadeiros pardieiros que nada tem de histórico e que se mantidos só poderão intravar [sic] o progresso da cidade" (*Correio de Vassouras*, 22/05/1960). O jornalista reconhecia a tradição local e o valor de algumas edificações, que poderiam ser consideradas históricas, mas questionou o impedimento da prefeitura em substituir o calçamento, e mesmo a reconstrução e demolição das casas das ruas Barão de Massambará, Barão de Tinguá e Luiz Pinheiro Werneck, às quais denominou pardieiros, em sua grande maioria. Não se pode verificar se esse jornalista teve contato com o pronunciamento do embaixador Raul Fernandes, mas ambos partiram do mesmo critério – a não viabilidade de se valorar o conjunto referente à parte posterior da Igreja Matriz.

Essas matérias foram então assinadas por Antônio Dias Rosa (1911-1978), cidadão vassourense, altamente participante da política local e nacional, já que atuou como deputado na Constituinte de 1946 e presidente do PSD, da UDN e do Diretório Municipal do MDB. Além de sua atuação política, era exímio colaborador do *Correio de Vassouras*, publicando, na maior parte, matérias de cunho político. Exercia também as funções de advogado e militar, além de desenvolver a pecuária leiteira em fazenda na região (*Tempos*, 04/03/1978, fl. 4). Segundo relato de Lielza Machado (Entrevista, 2012), historiadora de Vassouras, Antônio Dias Rosa era proprietário do Palace Hotel, na Rua Custódio Guimarães, inserido na área tombada. O que nos sugere que ele visse seus próprios interesses prejudicados pelo tombamento em questão, podendo assim ter gerado tais declarações ao jornal local, devido à localização de seu imóvel na Praça principal (Figuras 10 e 12), e, portanto, passando a defender o tombamento isolado.



Figura 12 – Casa de Antônio Dias Rosa, Praça Barão de Campo Belo, s/d.
Fonte: Coleção Paulinho Matoso, ETMP.

As reclamações de Dias Rosa se intensificaram no ano de 1963, passando a conter questionamentos sobre a legitimidade do próprio IPHAN e do Decreto-lei 25/1937 – e, consequentemente, dos efeitos legais de um tombamento. Sobre a escolha de Vassouras, o jornalista afirmou que

> [...] precisava-se para compor os caprichos dos excelsos dirigentes do Instituto do Patrimônio Histórico de uma Cidade que naquele museu representasse o VALE DO PARAÍBA e Vassouras teve o azar de ter sido a escolhida. (*Correio de Vassouras*, 6/1/1963, fl.1).

Complementou, ainda, que todo o processo de tombamento se deu sem nenhum "entrave da prefeitura ou qualquer órgão público, por ação direta de Silva Telles, descendente do Barão de Vassouras" (*Correio de Vassouras*, 03/02/1963).

Verificando de forma mais atenta essa série de matérias do *Correio de Vassouras*, nota-se o total desconhecimento do jornalista quanto ao que é efetivamente o tombamento, bem como a falta de divulgação dos órgãos públicos quanto aos objetivos e atribuições pós-tombamento. Em suas primeiras matérias publicadas, Antônio Dias Rosa questionava pontos básicos como as notificações para o tombamento, chegando a propor que a Câmara Municipal e a Prefeitura efetivassem leis invalidando o tombamento. Contudo, tais questões foram sendo dissolvidas pelo próprio jornalista após a análise do Decreto-lei 25/1937, selecionando alguns artigos para debater detalhadamente em suas matérias. O único ponto que o jornalista não

conseguiu esclarecer refere-se ao fato dos moradores da área tombada não terem sido formal e claramente notificados.

> Vê o leitor que EM NENHUMA HIPÓTESE é feito o tombamento de bens de propriedade particular, sem ser previamente notificado para apresentar impugnação, se o quiser. No caso de Vassouras, nenhum dos proprietários de bens situados no trecho tido por tombado recebeu qualquer notificação ou aviso do S.P.H.A.N, ou de quem quer que fosse. (DIAS ROSA *apud Correio de Vassouras*, 06/01/1963)[37].

Concluía que após a verificação do nada consta nos Cartórios da cidade e junto aos proprietários "não há dúvida que o pretendido tombamento está reduzido a zéro (sic). Graças a Deus..." (*Correio de Vassouras*, 06/01/1963). Sugeria à população vassourense que "aos prejudicados, notadamente àqueles que estão sendo apoquentados pelos fiscais DPHAN, é exigir deles prova regular e legal tombamento, e se não derem essa prova, devem mandá-los pentear macácos (sic)". (*Correio de Vassouras*, 20/01/1963, fl. 1).

Em vista dessa série de matérias, o IPHAN, na pessoa de seu diretor, enviou três cartas-respostas para publicação no mesmo periódico. Essas cartas, anexadas ao processo de tombamento, discutem os pontos críticos de acusação feita pelo mencionado jornalista. Rodrigo Mello e Franco de Andrade justificava as respostas "exclusivamente com a intenção de fornecer informações julgadas necessárias e retificar asseverações infundadas" (Processo n° 566-T-57, fl. 36). Um dos aspectos abordados refere-se à acusação da ausência de notificação dos proprietários. O diretor informava que, assim como foi feito em várias cidades tombadas anteriormente – Diamantina, Alcântara, São João del Rei, Tiradentes, Ouro Preto e Rio de Janeiro –, a SPHAN notificara o prefeito, representante legal de cada comunidade. Esse documento constitui parte do Processo n° 566-T-57, a notificação do tombamento havia sido entregue ao prefeito Jose Bento Martins Barbosa em 14/07/1958. E finalizando, lembrou que o principal mérito para o tombamento da cidade referia-se ao fato

> [...] de ser de interesse público nacional a conservação integrada da área em questão, considerando tanto o valor histórico de sua traça urbanística, quanto

[37] Sonia Rabelo (2009) esclarece a grande complexidade que envolve essa questão, apontando questionamentos sobre a legalidade desses tombamentos realizados na primeira fase do IPHAN. Em grande parte explicitada pelo contexto da realização desses processos, no período ditatorial. O debate envolvia, ainda, quem deveria ser notificado no caso de tombamento de sítios urbanos, se a municipalidade ou aos proprietários dos imóveis isoladamente, como o caso discutido pelo jornalista Antônio Dias Rosa em Vassouras. Nesse sítio, como em outras cidades citadas na carta resposta, a notificada foi a prefeitura, como representante legal do conjunto, dando ciência à municipalidade. Essa questão também nos aponta a falta de diálogo com a comunidade do sítio tombado, podendo-se inferir que não houve nenhuma discussão sobre os procedimentos e processo pós-tombamento, questão impensável no período da ditadura.

> o valor estético e monumental do conjunto de sua edificação, acrescido de valor de sua moldura vegetal (Processo n° 566-T-57, fl. 42).

As cartas não foram encontradas nas edições do *Correio de Vassouras* ou outro periódico de circulação local, sugerindo que essa relação com o IPHAN já de início não tivesse sido muito amistosa.

O IPHAN iniciou a fiscalização e as intervenções no centro histórico de Vassouras apenas a partir da década de 1960, o que pode justificar a reação tardia do jornalista. Desde a efetivação do tombamento, em 1958, não havia sido feito nenhum tipo de intervenção ou mesmo pareceres de vistoria e/ou fiscalização. A primeira grande obra com financiamento do IPHAN ocorreu na Casa da Hera, em 1962 (tombada em 1952, Processo n° 459-T-52). Executada com a supervisão do arquiteto Silva Telles, com a participação da mão-de-obra local, entre eles o mestre de obras Sebastião de Souza Telles, durou cerca de 6 anos[38] (ATETMP, Casa da Hera, 1962). Não há documentação referente ao projeto de restauro, ou mesmo à pesquisa histórica, há apenas relatórios de materiais utilizados, tomada de preço e recomendações gerais.

As ações no Conjunto Urbanístico e Paisagístico de Vassouras ocorreram a partir da década de 1960, sendo Silva Telles o então fiscal responsável, o mesmo que instruiu o processo de tombamento. Obras em bens isolados ocorreram por todo o centro histórico no período de 1960 a 1966. Solicitações de autorização para pintura externa e reforma de telhado foram as mais requeridas. Os pedidos partiam de proprietários dos imóveis e da Prefeitura Municipal, os quais solicitavam ao IPHAN a aprovação das obras e a visita de técnicos lotados no Rio de Janeiro. Imóveis das ruas Barão de Vassouras nº 19, Barão de Massambará nº 2 e nº 48, Barão de Tinguá nº 49 e Fórum (também conhecido como Paço Municipal e Casa do Barão de Ribeirão) são exemplos de prédios que passaram por intervenção.

[38] Compreendia reforma geral do telhado, com substituição de telhas, frechais, tesouras, caibros e ripas, cachorros e tábuas de beiral, papel de parede, entelhamento, limpeza do forro, imunização, construção de muro divisório, remoção de cimento das lajes de pedra, recomposição dos caminhos e restauro das vitrinas e trajes. Tais intervenções foram efetuadas para a criação do Museu Casa da Hera, inaugurado pelo IPHAN em 1968 (ATETMP, Casa da Hera, 1962).



Figura 13 - Fórum, início do século XX.
Fonte: Coleção Irene Calile, ETMP.

Foram realizadas obras em duas praças com financiamento da Prefeitura Municipal, a reforma da Praça Barão de Campo Belo, em 1963, e a pavimentação da Praça Eufrásia Teixeira Leite, em 1965. Silva Telles, em correspondência ao Diretor Rodrigo Mello e Franco de Andrade, ao pedir a liberação de verbas para obras de pavimentação da Praça Barão de Campo Belo, sugeriu acordo com a prefeitura de Vassouras de algumas modificações na solicitação apresentada, justificando que o material indicado seria "desaconselhável, mas acho que poderia ser o mesmo, substituído, por algum tipo de lage [sic] irregular, sem junta de cimento, conforme foi feito nas ruas de Tiradentes" (ANS, Obras, Inf. N° 157 de 17/12/1963). Sem entrar no mérito dos critérios de intervenção, a alusão a um procedimento feito em Tiradentes (MG) nos remete a uma das práticas recorrentes na primeira fase de formação da preservação de sítios urbanos (1937-1967): o uso de analogia de soluções, além da indicação de procedimentos adotados em cidades do eixo principal de tombamento Rio – Minas. Tais sistemas foram recorrentes como prática nas soluções adotadas pelos técnicos do IPHAN nas primeiras intervenções em Vassouras.

A segunda praça a sofrer intervenções no período trouxe em sua justificativa um aspecto relevante na questão da preservação do conjunto tombado. Silva Telles, em parecer favorável às obras da Praça Eufrásia Teixeira Leite, afirmou quanto à sua pavimentação que a "medida é acertada, pois que não há nenhum inconveniente de ordem paisagística do conjunto, e resolveria a danificação periódica dos jardins da belíssima Praça Barão de Campo

Belo" (ANS, Obras, 17/9/1965), visto que os eventos cívicos e festejos locais antes realizados na Praça Barão de Campo Belo poderiam ser feitos na Praça Eufrásia Teixeira Leite.

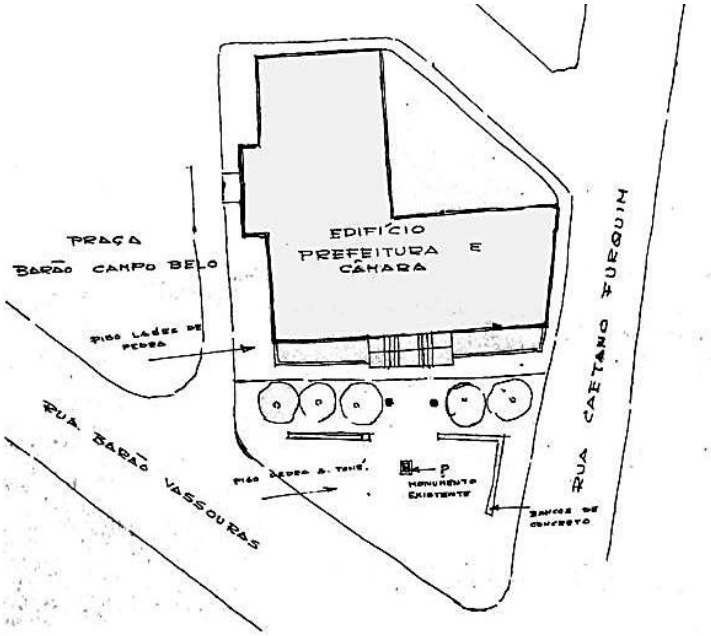


Figura 14 – Estudo de Agenciamento da Praça Eufrásia Teixeira Leite.
Fonte: ANS, Obras, 1965.

Nesse primeiro contato do IPHAN com a Prefeitura Municipal de Vassouras nota-se um nível de correspondência "amistosa"; em grande parte era o poder municipal solicitando estudos de agenciamento e verbas para a proteção das praças. Porém, o contato que soaria como amigável com a Prefeitura, não foi o mesmo encontrado com a comunidade. Para as obras em imóveis públicos e particulares, a solicitação para aprovação de projeto ocorria em grande parte com as obras já em andamento. Caso típico foi a reforma no Fórum da comarca. As correspondências da Secretaria de Viação do Estado do Rio de Janeiro, sobre a substituição do forro de estuque e construção de um terceiro pavimento, prenunciavam a falta de projeto. Em telegrama, o IPHAN solicitou ao responsável a interrupção da obra e o envio do plano de obras, conforme o trecho abaixo:

> Tendo chegado conhecimento desta diretoria haver projeto elaborado secretaria confiada alto critério a vossa excelência sentido reforma edifício Fórum cidade de Vassouras com superposição mais um pavimento referido prédio solicito suas atenciosas providências afim de encaminhar mesmo projeto estudo desta diretoria uma vez imóvel em questão fica situado rua barão de Vassouras cujo o conjunto arquitetônico está submetido pelo tombamento ao regime de proteção instituído no artigo 175 da constituição federal e legislação federal complementar a respeito PT antecipo vossa excelência melhores agradecimentos sua valiosa cooperação PT atenciosos cumprimentos Rodrigo Mello Franco de Andrade Diretor Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (ANS, Série Obras, Telegrama 12/12/1961).

Uma série de correspondências foi trocada entre esses órgãos, de 1960 a 1979, enquanto o IPHAN solicitava o envio do projeto, paralisações nas obras e adequações aos aspectos preservacionistas do conjunto vassourense. A regularização só se deu em 1979, após uma série de ajustes e tendo o projeto sido, enfim, apresentado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Essa situação demonstra algumas das tensões enfrentadas pelo órgão federal no processo de fiscalização de obras, relativas ao envio de projeto e a aceitação de interferência nas obras. Estas tensões foram tratadas nos jornais locais como já explicitado nesse texto, incluindo solicitações de obras em imóveis privados, os quais os moradores alegavam ser de total responsabilidade do IPHAN.

Percebe-se, portanto, uma preocupação em se preservar os bens isoladamente sobrepondo-se a ações que abrangessem todo o conjunto arquitetônico e urbanístico de Vassouras. Em 1966, iniciou-se uma série de intervenções na área tombada, dentre elas o restauro da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição – onde parte da nave havia desabado no mesmo ano. Além dessa, foram realizadas obras no Asilo Barão do Amparo e no Chafariz Monumental, tendo recebido grande destaque na imprensa local os clamores da população e da prefeitura. Em particular, essas reportagens destacavam a preservação da Praça Barão de Campo Belo e dos elementos que a constituíam: Chafariz Monumental, bustos, mobiliário urbano e paisagismo, objetos de queixas mais recorrentes por parte da comunidade. Uma série de matérias veiculadas no *Correio de Vassouras* (1966 - 1968) denunciavam fortes apelos destinados ao salvamento do Chafariz Monumental e da praça que o abrigava, incluindo a pavimentação e o plantio da grama: “Chafariz sem água não conduz beleza a Praça” (Figura 15), “Pobre Chafariz”, “Coluna turismo: obras de iluminação e plantio na Praça Barão do Campo Belo” estavam entre as manchetes de então. As obras foram parcialmente financiadas pelo IPHAN e por seus proprietários, levando (cada uma delas) de dois a quatros anos para serem finalizadas.

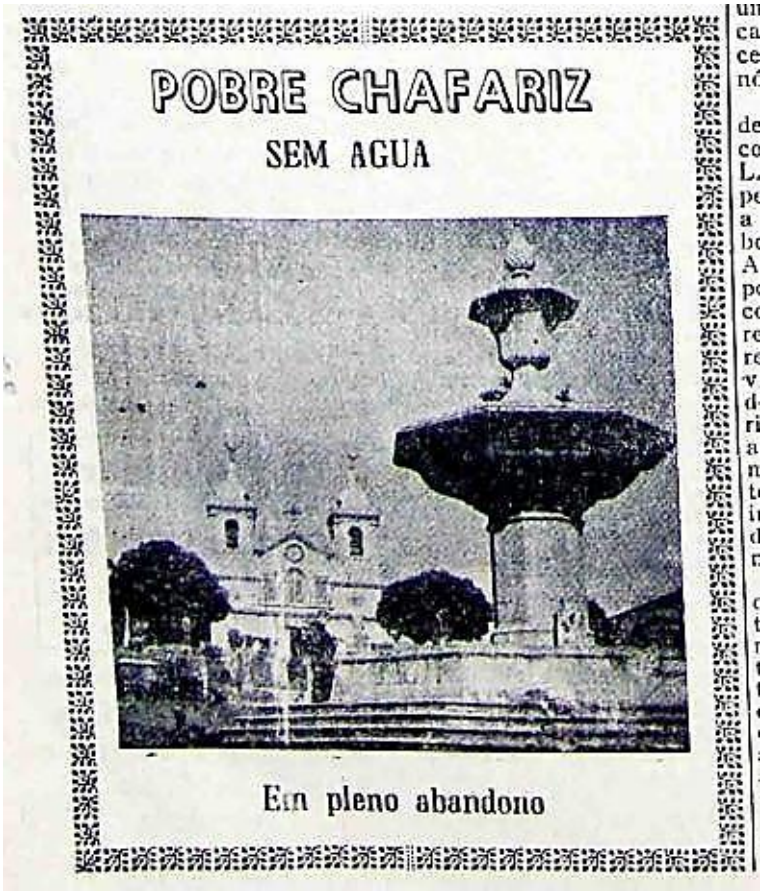


Figura 15 - Chafariz abandonado.
Fonte: *Correio de Vassouras*, 19.07.1966, folha de rosto.

A obra efetuada no Asilo Barão do Amparo consistiu na reforma do telhado, emboço e pintura externa, sendo a mais simples das três que foram executadas. O Chafariz Monumental passou por intervenção mais sistemática. O estado de conservação, relatado em laudo de vistoria por Silva Telles constava de rachaduras, fungos e problemas no sistema hidráulico, ocasionando falta d'água; a documentação apresenta os custos finais, sem detalhar o projeto e as etapas executadas (ANS, Série Obras, 1966).

Por último, a obra mais complexa desse pacote de 1966 foi a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição que, conforme as especificações, se encontrava em péssimo estado de conservação. Parte de sua nave, inclusive, desabara no mesmo ano, motivando o IPHAN a restaurar totalmente a Igreja, durante quatro anos, tendo sido reaberta em 1971. A reforma do telhado e a reconstrução da nave foram executadas em etapas, de 1966 a 1967, sem a recuperação dos elementos artísticos, que só foram restaurados a partir de 1968. A reconstrução do teto da nave e a restauração da "*decoração e volutas*" (ANS, Obras, Igreja Conceição) foram efetuadas por mais de dois anos sob a supervisão de Silva Telles. Somente no início da década de 1970 é que foram realizadas as obras na carpintaria na nave e

no altar mor, o restauro dos florões e sancas de estuque, forros dos corredores e pintura externa.

A obra era de extrema complexidade, com a reconstituição de elementos decorativos e de toda a nave, não constando da documentação disponível no Arquivo Noronha Santos o projeto executivo e demais pesquisas realizadas que poderiam esclarecer os critérios e métodos nela utilizados. Causa estranheza a parca documentação, talvez pelo adiantado arruinamento do bem, demandando ações urgentes. Mesmo tendo sido obra grandiosa – com forte apelo nos jornais locais e estaduais como indicava a manchete no *Correio de Vassouras* de 1968, "Grande Otelo doa uma hora de sua arte para as obras da Matriz" – não são encontradas fotografias, fontes iconográficas ou citações da literatura local sobre a constituição da igreja. Cristiane Gonçalves, em análise de restauro da Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia, do mesmo período, em vias de demolição, denota o reduzido acervo documental produzido por essa obra, fazendo as anotações que se seguem:

> Fato incomum para o órgão que, desde suas obras inaugurais, preocupava-se, senão em embasar suas propostas em função dos dados históricos coletados, ao menos em realizar esta etapa como parte integrante dos procedimentos de trabalho que começavam a se delinear – dentro dos parâmetros da constituição de uma metodologia específica, própria ao restauro de edificações – e, principalmente, como etapa preliminar e obrigatória na constituição e fundamentação dos processos de tombamento. (GONÇALVES, 2005, p. 143)

Tal situação, pelo visto, não era tão incomum, pelo menos em Vassouras, onde a documentação existente até fins da década de 1970 não expunha nenhuma pesquisa ou levantamento histórico dos bens, com exceção das parcas informações constantes nos inventários do Conjunto urbanístico e Paisagístico de Vassouras e de algumas Fazendas como Pau Grande e Secretário. No que tange ao recorte desse trabalho, o sítio histórico de Vassouras, trataremos aqui dos elementos e da pesquisa histórica no inventário "Vassouras, RJ: Conjunto Paisagístico e Urbanístico" (I.RJ-0354.01A).

Constituído de dois volumes, o inventário inclui documentos de vários períodos concernentes ao histórico de alguns bens que compõem o conjunto e sua descrição: levantamento dos monumentos históricos e artísticos de Vassouras realizados por alunos de História da Universidade Severino Sombra (USS) em 1984; cópias das Atas da Câmara Municipal de Vassouras de 1844 a 1865 feitas pelo Chefe do Arquivo do IPHAN, Edson de Britto Maia em 1981; reprodução da *Memória Histórica do Município de Vassouras* de 1852

de autoria do Desembargador Dr. Alexandre Joaquim de Siqueira para a *Revista do IHGB*; cópia das Posturas Municipais de 1857, além de diversos recortes de jornais e fotografias.

O inventário citado "Conjunto Arquitetônico de Vassouras" traz um tópico referente à localização de cada imóvel e um histórico com o seguinte texto:

> O conjunto data do século XIX, e está relativamente bem preservado, dando testemunho da grandeza de Vassouras ao tempo da lavoura de café. Os barões da cidade, grandes proprietários, tinham casa nessa praça. É considerado muito interessante arquitetonicamente, a matriz que data de 1938 [sic]. O conjunto tem aspecto grandioso e nobre, com seu monumental chafariz de granito, construído em 1847, ao centro. Tem aléia de palmeiras margeando as ladeiras que sobem em direção à igreja, e casario quase todo ainda da época. No cemitério estão ainda sepultados os antigos senhores e benfeitores da antiga Vila de N. S. da Conceição de Vassouras. (ANS, I.RJ-0354.01A, p. 1)

Esse histórico sintético aproxima-se mais de descrição do estado de conservação do conjunto e dos elementos que o constituem, apresentando erros de datação como a Igreja Matriz, de 1828, que consta como sendo de 1938, ou seja, mais de um século depois de sua construção. Recorrendo aos aspectos discursivos do tombamento como testemunho do café, grandiosidade e nobreza, reconstrói em poucas linhas dados já enunciados que poderiam ser considerados como justificativos para sua seleção. Um segundo ponto abordado se refere a um texto de Silva Telles de 1978/79, com aspectos históricos da constituição do conjunto referindo-se a nove bens, inserindo as fontes iconográficas como modo de identificação temporal dos prédios e tipo de construção.

Outra fonte que poderia ter embasado essas obras seria a tese de livre docência de Silva Telles em Arquitetura, publicada na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 16 de 1968 com o seguinte título: "Vassouras, estudo da construção residencial urbana". Com enfoque histórico e arquitetônico, o estudo descreve a evolução urbana de Vassouras, iniciando-se pela concessão da sesmaria e a transferência da Vila de Pati do Alferes para Vassouras. Prossegue cronologicamente, buscando a demarcação de fatos memoráveis da Vila – história positivista – e estabelecendo pontos da fundação, conformação urbana e vida social vassourense. Silva Telles estabeleceu como questão principal a forma pela qual o modo de viver vassourense consolidou o espaço urbano, perspectiva já amplamente utilizada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933), *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem* (1937) e na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936). Tais autores estão presentes em sua

bibliografia, com destaque para Gilberto Freyre, que teve todos seus livros publicados até 1951 listado por Silva Telles como referência bibliográfica para a constituição desse trabalho. Além desses autores citados, se amparou em viajantes como Debret, Saint-Hilaire, Pohl, John Mawe. O autor listou várias publicações da *Revista do Patrimônio* e de arquitetos desse órgão como Paulo Thedim Barrreto, Gustavo Barroso, Lúcio Costa, Luiz Saia, Sylvio de Vasconcelos, Paulo Santos entre outros, contribuindo efetivamente para a afirmação do discurso do IPHAN.

O segundo aspecto abordado no aludido texto descreve a arquitetura e os sistemas construtivos. Silva Telles buscou identificar nos edifícios da cidade, questões relativas ao partido e gabarito das residências populares, casas térreas, sobrados e prédios públicos. Levantou pontos inéditos sobre o sistema construtivo das edificações do Vale do Paraíba fluminense, como o interior dessas casas – materiais, disposição, plantas e traçados.

É relevante verificar na tese de livre docência de Silva Telles, a preocupação do autor em registrar suas fontes, que constavam de: arquivos institucionais (judiciário, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, Câmara Municipal de Vassouras, Prefeitura Municipal de Vassouras, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Biblioteca Nacional), arquivos pessoais (Casa do Barão de Vassouras, dos senhores Uberto e Renato Zamith e do autor) e fontes impressas e iconográficas (plantas, fotografias e imagens) que auxiliaram a construção deste trabalho. A diversificação das tipologias documentais e a amplitude de fontes revelam pesquisa minuciosa e caráter científico.

Comparada a outras monografias publicadas pela *Revista do Patrimônio*, sua tese demonstra uma pesquisa histórica detalhada para aprimorar o conhecimento técnico do patrimônio brasileiro. Estes textos poderiam embasar a conservação e restauração no sítio vassourense, mas não foram utilizados até fins da década de 1970. As informações do inventário e da tese de Silva Telles se distanciaram das práticas nesse conjunto por uma ação institucional.

Voltando às intervenções, no período de 1970 a 1976, há uma lacuna na documentação referente a elas na cidade de Vassouras, motivando um questionamento por parte do IPHAN, quando solicitou da Prefeitura Municipal a relação de obras executadas na cidade.

> Tendo em vista exercer um maior controle nas obras de modificações que são feitas nas casas que integram o conjunto tombado, solicitamos ao

> Prefeito de Vassouras que informasse ao IPHAN dos pedidos de licença de obras solicitadas para aquelas casas. (ANS, Obras, Inf. 76 de 29/03/1976).

A resposta encaminhada, reveladora da ausência de investimentos ou de estagnação local, informava apenas duas intervenções consideradas pelo órgão municipal como irregulares, tornando questionável a falta de documentação de 1970 a 1976, demonstrando possível ausência de fiscalização do órgão federal em Vassouras. Na entrevista de 05/06/2012, a arquiteta Isabel Rocha, do IPHAN, faz recair sua leitura na presença de uma mesma pessoa respondendo pela Secretaria de Administração em vários governos municipais consecutivos. Ela teria declarado, em 1984, que ao IPHAN não carecia se preocupar com o centro histórico local, visto que todos os processos de obras passavam por ela, que também avaliava pessoalmente sua pertinência e inserção na paisagem. Justificando assim a disparidade da remessa de obras da década anterior com o volume solicitado ao longo dos anos setenta[39].

A partir de 1976, o arquiteto Eurico Antonio Calvente, responsável pela manutenção e conservação do Museu Casa da Hera, passou a fazer vistorias no centro histórico, embargando uma obra no antigo Fórum e impedindo que se construísse uma quadra de patinação no largo do Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. A situação se manteve, até a elaboração do Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras (PFTMV), em 1978, pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SECPLAN) – órgão estadual –, definindo claramente uma área de proteção ao centro histórico, demarcado em planta e consagrado em lei municipal.

A primeira fase de intervenções no conjunto paisagístico de Vassouras se caracterizou por ações pontuais em imóveis isolados e empreendimentos de pequeno porte, além do jogo de tensões entre os munícipes e o órgão federal. Exceto o restauro da igreja matriz, boa parte das obras foram realizadas sem que seus projetos tivessem sido aprovados pelo IPHAN, sendo regularizados no decorrer do processo. Em relação à documentação gerada, preponderante para a compreensão do objeto desta pesquisa, constam na série "obras e técnicos administrativos/restauração do Arquivo Noronha Santos (RJ)" documentos referentes a: correspondências entre o IPHAN e a Prefeitura Municipal de Vassouras; ofícios e informações internas entre a Divisão de Conservação e Restauração (DCR) e o diretor do

[39] Entrevista realizada pela autora desta dissertação com a arquiteta Isabel Rocha em 05 de junho de 2012 na qual foi relatada a experiência dessa técnica do ETMP como chefe do escritório desde 1984.

órgão nacional de patrimônio; orçamentos, tomadas de preço e materiais utilizados; registro fotográfico, plantas e planos de obras. Esses documentos descrevem de forma sintética os procedimentos que foram ou seriam utilizados nessas obras, sem descrever o histórico do bem e demais pesquisas efetuadas.

Sabe-se no período em que ocorreram essas obras, já se discutia no exterior a preservação de sítios urbanos de forma integrada, nas *Recomendações de Paris* (1962) e na *Carta de Veneza* (1964). Além da presença de consultores da UNESCO, tal recomendação prevaleceu como justificativa nas ações dos técnicos brasileiros. Porém, em termos práticos, o discurso enunciado nesses documentos internacionais, amplamente debatidos no IPHAN não prevaleceu como prática na preservação de grande parte dos sítios, principalmente nas intervenções no sítio vassourense.

Visando à maior proteção dos bens tombados de Vassouras e da região, em uma tentativa de aproximação com a comunidade, foi criado em 1984 o Escritório Técnico II – Vassouras (ETII), pela Superintendência Regional do IPHAN do Rio de Janeiro, com o intuito de fiscalizar seus bens tombados e de mais dez cidades da região do Vale do Paraíba fluminense, o que será analisado no próximo item.

2.2. ET II

UM NOVO "OLHAR" NA PRÁTICA PRESERVACIONISTA EM VASSOURAS 1984

A instalação da Fundação Nacional *pró*Memória, em 1979, desencadeou um processo de reformulação das políticas públicas ligadas ao patrimônio. Dentre os instrumentos utilizados, a reestruturação do IPHAN promoveu a contratação de novos profissionais e a instalação dos Escritórios Técnicos (ET), sendo o primeiro deles em Paraty, em 1983. Desenvolvida como política interna, visava a aproximar o órgão federal de patrimônio da comunidade detentora dos bens patrimoniais, rompendo com o possível distanciamento causado pelas práticas e ações de seus técnicos no decorrer de sua atuação. Como visto no primeiro capítulo, esse período (década de 1980) foi marcado pela construção de um discurso

voltado para a atuação e participação da comunidade, divulgado em grande parte nas publicações, como as cartas patrimoniais e o Boletim Sphan/*pró*Memória. Em matéria veiculada nesse Boletim, no ano de 1984, enunciava-se que

> [...] parece que estamos conseguindo fazer desaparecer ou pelo menos alterar a idéia de Sphan como bode expiatório para todos os erros e os seus funcionários como pessoas com poderes para fazer mover o céu e a terra. (*Boletim pró*Memória, 1984, n° 29, p 11).

Nesse sentido, a criação dos ET's seria um meio efetivo de romper a barreira entre o IPHAN e a comunidade, aproximando-a das questões patrimoniais sob a justificativa de que sem sua participação o patrimônio nacional não poderia ser preservado e perpetuado. Tal discurso passou a integrar os debates do IPHAN sobre as novas possibilidades de salvaguarda do patrimônio nacional na década de 1980.

Como política nacional, esses escritórios tinham por objetivo funcionar como postos avançados das Diretorias Regionais (DR), nos quais a promoção de atividades de difusão e aprimoramento do patrimônio regional, em todos os aspectos – paisagístico, artístico e histórico – constituíram as bases da ação do Sphan/*pró*Memória. Entre as atividades técnicas propostas constavam a

> [...] catalogação sistemática e a proteção dos arquivos oficiais (Prefeitura, Comarca Municipal e Cartório), eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil e na região; estudos e levantamentos visando tombamento sistemático de bens de valor histórico, artístico, arqueológico e paisagístico da região; o estímulo e a orientação na região ao estudo da arte, história, etnografia e arqueologia regionais, principalmente junto à comunidade escolar; e promover a realização de exposições temporárias de obras de valor artístico, assim como de quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico da região. (*Boletim próMemória*, 1983,n° 26, p. 17)

Esse discurso revela uma preocupação institucional em estudar e conhecer a região na qual os ET's se instalassem, explicitado nas diretrizes e correspondências que abordavam as funções e áreas de atuação de cada unidade. Tratava-se de se atingir um conhecer pautado em divulgação e proteção, fosse pelas fontes primárias, depositária de informações sobre os bens culturais, ou através de estímulo e orientação aos estudantes e a comunidade. O texto demonstra ainda outra questão básica do IPHAN: o pouco conhecimento dos objetos preservados. Ou seja, a instalação dos ET's tentava aproximar a população do órgão de patrimônio, ao mesmo tempo em que buscava o conhecimento e a divulgação dos bens

culturais locais, garantindo a fiscalização mais efetiva nas obras e ações de preservação executadas nessas cidades.

Nessa perspectiva, foram instalados os primeiros ET's nos centros de concentração de bens tombados e/ou sítios urbanos de maior dimensão. Após a instalação do primeiro na cidade de Paraty, em 1983, foram criados outros em: Olinda (PE), em 27/01/1984, Vassouras (RJ), em 04/02/1984, São Cristóvão (SE) e Rio de Contas (BA), entre outros, totalizando dezenove escritórios técnicos instalados até abril de 1984[40] (Tabela 2). Esses escritórios, quando recém-implantados, contavam com um quadro técnico reduzido e, muitas vezes, somente o técnico responsável compunha essa equipe[41]. Paulatinamente foram sendo incorporados outros técnicos, entre eles administrativos, nas unidades de maior porte: Olinda (PE) e Paraty (RJ). Tal característica é análoga à organização do IPHAN nacional, que até esse período possuía quadro reduzido de funcionários para atender as DR's maiores e menores. Constituía exceção o escritório de Olinda, cidade que recebera o título de Patrimônio da Humanidade dois anos antes, que dispunha, desde o início, de quatros arquitetos em seu quadro.

[40] Não foram encontradas informações concernentes à data de fundação de todos os Escritórios Técnicos instalados nesse período. No Boletim SPHAN *pró*Memória consta que dezenove ET's foram criados até abril de 1984.

[41] Isabel Rocha registra esse período como das "EUquipe". (ATETMP, 2007).

Tabela 2 – Escritórios Técnicos até abril de 1984

UF	Cidade	DR	Responsável técnico	Quadro técnico
BA	Cachoeira	5ª	Rubens Rocha	Historiador
BA	Lençóis/Mucugê	5ª	José Geraldo Vieira da Costa	Arquiteto
BA	Porto Seguro/Sta Cruz Cabrália	5ª	Francisco A. Salgado de Santana	Arquiteto
BA	Rio de Contas	5ª	Rita Márcia de Olivª Sacramento	Arquiteto
GO	Goiás	8ª	Gustavo Neiva Coelho	Arquiteto
MA	Alcântara	2ª	Ângela Maria Meira Torres	Arquiteto, desenhista
MG	Ouro Preto/Mariana	7ª	Dimas Dário Guedes	Engenheiro Geológico
MG	Tiradentes/S. J. Del Rey	7ª	Sérgio José Fagundes Lima	Arquiteto
MT	Cuiabá	8ª	Carlos Alberto Rosa	Historiador
PE	Olinda	4ª	Vital Mª Tavares Pessôa de Melo	Arquiteto (4)
PI	Teresina	2ª	Diva Maria Freire Figueiredo	Arquiteta
PR	Curitiba	9ª	José La Pastina	Arquiteto
RJ	Cabo Frio	6ª	Aldomar D'Almeida Conrado	Teatrólogo
RJ	Morro da Conceição (RJ)	6ª	Meise Caetano Amaral Paes	Arquiteta
RJ	Paraty	6ª	Luiz Carlos Serrano	Restaurador, arquiteto, museólogo
RJ	Petrópolis	6ª	Evelina Grunberg Lindoso	Arquiteta
RJ	Vassouras	6ª	Isabel Cristina Castro da Rocha	Arquiteta
SC	Florianópolis	10ª	Dalmo Vieira Filho	Arquiteto
SE	São Cristóvão	5ª	José Wellington Costa	Arquiteto

Fonte: Boletim *pró*Memória, 1984.

Com relação às áreas de predomínio de conhecimento nos quadros técnicos desses ET's, apenas Cabo Frio, Cuiabá, Cachoeira e Paraty eram exceção no uso de arquitetos e engenheiros como responsáveis dessas unidades. Eram respectivamente dirigidos por um teatrólogo, dois historiadores e um restaurador, sendo que esses técnicos já coordenavam os Museus locais e passaram a acumular as duas funções após a criação dos ET's. É curioso perceber a presença do historiador, profissional que, nesse campo, era reservado à produção discursiva ou à direção de museus (CHUVA, 2008, p.33) e agora começava a se inserir na área técnica, como agente executor. Ressalta-se a presença de um teatrólogo, profissional distante das discussões patrimoniais, na coordenação de um ET, destacando, nesse caso, a formação multifacetada de Aldomar d'Almeida Conrado, que além de atuar na produção teatral era jurista e filósofo.

Em suma, esses ET's, em sua maior parte, eram constituídos somente por seu responsável técnico e foram instalados "sem infraestrutura e material básico para [...] trabalho" (Entrevista Isabel Rocha, 2012). Em outros casos, compunham área anexa ou eram parte constituinte de Museus e Arquivos Públicos do IPHAN já existentes nos locais, mesclando ações de preservação com as atividades museológicas e arquivísticas dos sítios.

Esta situação pode ser exemplificada nos ET's de São Cristóvão, anexo ao Museu de Arte Sacra; no de Vassouras, anexo ao Museu Casa da Hera; no de Cabo Frio, junto ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional; no de Cuiabá, junto ao Arquivo Público; e no de Florianópolis, que ficava próximo à Casa de Vitor Meireles, acumulando, ainda, outras ações difundidas pelo discurso da época.

Em meio a este contexto, o IPHAN instalou seu Escritório Técnico na cidade de Vassouras em 04 de fevereiro de 1984. Classificado de ET II[42] Vassouras, visava "melhor orientar os proprietários de bens tombados da região, garantindo a preservação do patrimônio local" (*Boletim próMemória*, 1985, n° 34, p. 12). Abrangendo o centro histórico de Vassouras e bens tombados isolados – Museu Casa da Hera e Santa Eufrásia (Vassouras), Fazenda Santa Mônica (Valença), Igreja Matriz de Paty do Alferes e o Museu Rodoviário de Paraibuna (Levy Gaspariani) – esse escritório foi responsável por mais dez cidades da região. Atuando no Médio Vale do Rio Paraíba Fluminense, sul do estado do Rio de Janeiro, numa extensa área (Figura 16), atualmente é responsável por fiscalizar dezoito cidades, área que abrange de Levi Gaspariani a Resende.



Figura 16 - Área de atuação, ETMP.
Fonte: Rocha, 2011.

Desde sua fundação sob a direção da arquiteta Isabel Rocha, o escritório em questão proporcionou ação mais efetiva do IPHAN no local, visto que os fiscais anteriores estavam

[42] Os ET's eram divididos em duas classes, I para os de maior porte e II para os menores.

lotados na 6ª DR (Rio de Janeiro), vistoriando Vassouras esporadicamente. Nos períodos de 1984 a 1988 e de 1995 a 2007, Isabel Rocha foi responsável também pelo Museu Casa da Hera. Já possuindo um conhecimento sobre a arquitetura do Vale do Paraíba, por sua graduação ter se dado em uma faculdade da região, a técnica possuía também cursos de especialização em desenvolvimento urbano, história da arte e arquitetura brasileira. Assumiu o escritório em substituição a um técnico que havia permanecido por apenas três meses, para organizar sua instalação. Assim como outros responsáveis técnicos da maior parte dos ET's instalados na década de 1980, a funcionária permaneceu por muitos anos à frente dessas unidades, fator que contribuiu para que a instituição fosse personificada por ela. Comumente, parte da população não reconhecia o escritório técnico de Vassouras ou mesmo o IPHAN como instituição, e sim a figura da "Isabel do IPHAN" ou "a mulher do IPHAN"[43], como responsável e capaz de gerir toda a complexidade das medidas de preservação do patrimônio regional. Tal questão ocorria devido ao contato direto que os técnicos possuem com a comunidade, de forma que a maior parte das ações são discutidas primeiro nas representações locais para depois chegar a instâncias maiores como as superintendências.

Como grande parte dos ET's instalados nesse período, o de Vassouras teve sua equipe reduzida inicialmente. No princípio com Isabel Rocha, e, posteriormente, com as técnicas administrativas Cremilda Alves de Sá (1986-1994) e Eglatine Coelho (1994-2007), o geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes (1990-1992), o restaurador Sergio Lima (1990-1992), e o arquiteto Paulo Parrilha (2004-2012), sendo que este último exerceu a chefia do escritório como cargo comissionado. Em depoimentos dos funcionários, nota-se que a equipe do Museu e do Escritório assumia ambas as funções nos períodos de chefia comum, não havendo entre os funcionários administrativos e de serviços gerais separação alguma (Entrevista Almir Santos, 2012). A total divisão entre essas unidades só se deu em 2007, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), passando o Museu Casa da Hera para a sua alçada.

Nesta conjuntura, devem ser analisados os discursos preconizados pela instalação desse escritório e a utilização da pesquisa histórica nas ações de preservação do Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras. Considerando sua instalação na vigência da Fundação *pró*Memória, quando se defendia ações de preservação com a comunidade participante e gestão compartilhada, bem como a concepção dos sítios urbanos como conjunto

[43] Termos frequentemente encontrados nas falas da população local quando vão se referir à representação do órgão federal de patrimônio. Desconsiderando até mesmo a presença dos demais funcionários como agentes ativos na preservação do Médio Vale do Paraíba, conforme observado pela autora no decorrer dos dois anos de atividades diárias no ETMP como aluna do MP-PEP.

indissociável de sua malha com ruas, casas e paisagem, quais as apropriações desses discursos e conceitos pelo escritório técnico de Vassouras? E como o ET teria se apropriado da pesquisa histórica em suas ações?

Antes de se buscar respostas para tais indagações, é preciso registrar que a proposta da gestão compartilhada com a inserção da comunidade já vinha sendo encontrada nas falas dos representantes dos Escritórios. Em matéria sobre a instalação desses ET's no país, Luiz Carlos Serrano, chefe do ET de Paraty ressaltou que

> [...] para se atingir os objetivos propostos é essencial que exista uma ampla conscientização da comunidade, de setores governamentais, de empresas públicas e privadas, e que essa conscientização seja canalizada para uma participação efetiva nos trabalhos a serem desenvolvidos. (SERRANO *apud* *Boletim pró*Memória, 1984, n° 29, p. 11).

Tal enunciado também pode ser encontrado nas propostas e ações vassourenses. Em seu primeiro Plano de Trabalho produzido a pedido da 6ª SR pela arquiteta Isabel Rocha (Ofício 6ª DR em 14/05/1984), foram elencadas as bases das ações a serem desenvolvidas nos anos seguintes, divididas em quatro áreas: a) administrativa, na qual se incluíam convênios, vistoria, fiscalização e orientação à comunidade; b) memória e preservação, compreendendo cadastramento, registro arquitetônico e memória local; c) integração do IPHAN com as escolas; e d) documentação das manifestações culturais. A ênfase à comunidade e ao levantamento das manifestações culturais reflete as políticas patrimoniais da década de 1980 que, discursivamente, pregavam a integração com a comunidade e deslocava o eixo de preservação para os bens que ainda não haviam sido consagrados, entre eles as manifestações culturais.

As ações indicadas no Plano de Trabalho inicial foram desenvolvidas apenas em parte, tendo algumas sido suprimidas por falta de recursos humanos e materiais, ou seja, pela carência de incentivos institucionais que viabilizassem sua execução. O técnico que passou a compor os quadros do IPHAN nesse período, caracterizado por promover mudanças nas práticas de preservação, viu seu trabalho dissolvido em empecilhos institucionais – financeiros, materiais, estrutural – demonstrando a grande distância entre discurso e prática. Em levantamento interno dos Planos de Ação apresentados à Superintendência no decorrer de sua atuação, nota-se o pequeno volume de propostas aprovadas e executadas (Figura 17).



Figura 17 - PA's ETMP, 1984 a 2007.
Fonte: ETMP, 2007.

As propostas que visavam ao estudo, inventário e mapeamento do Vale, ou mesmo de Vassouras, informações fundamentais para esclarecer e embasar o escritório na definição de critérios para as intervenções, somente foram aprovadas a partir da criação da Portaria 12[44], em 1986, e do Inventário do Centro Histórico, no ano de 2007. Verifica-se, assim, que houve deficiência de dados e de informações para que se constituísse a história do conjunto e de seus bens isoladamente, no auxilio do escritório, para a compreensão e tomada de decisões para as intervenções. Em grande parte, as lacunas foram supridas no decorrer das obras, pelos próprios técnicos, refletindo uma prática adotada no IPHAN nacionalmente. Percebe-se que o discurso sobre a importância do levantamento e estudo das áreas de atuação dos ET's, pelo menos no caso vassourense, pouco foi colocado em prática, evidenciando a distância entre discurso e ação institucional.

Nesse sentido, duas ações realizadas com recursos do IPHAN privilegiavam o conjunto, a definição da área de entorno, com a Portaria 12/86, e o mapeamento dos bens, envolvendo o acervo arquitetônico. A aprovação do Plano de Trabalho inicial do ET não correspondeu, como visto, à aprovação de Plano de Ação para sua execução. Nota-se que esse plano de trabalho, abordando pontos diversificados da prática anterior, não foi suficiente para gerar nova ação, tendo sido dissolvido pela falta de apoio financeiro e institucional.

Mas, na constituição do ET, fica evidente a preocupação de seus técnicos, mesmo sem haver recursos financeiros disponíveis, em pesquisar e levantar dados sobre a história do

[44] A Portaria 12 de 1986 foi elaborada pelo ETMP como instrumento para a definição do perímetro tombado e normatização de procedimentos como definição e gabaritos, zoneamentos para o sítio vassourense.

município e dos bens tombados que constituem sua área de atuação. Dos relatórios de atividade anuais constam itens relacionados à pesquisa e ao levantamento arquitetônico desde 1985. A eles se somam palestras em escolas, associações de bairro e comunidade em geral, de modo a divulgar e conscientizar a população para a proteção de seu patrimônio. Pesquisas referentes ao Vale do Paraíba, Fazenda Santa Eufrásia (Vassouras), imóveis do conjunto urbanístico de Vassouras, e estudos de tombamento da Fazenda Pinheiros (Pinheiral), Aldeia de Arcozelo (Paty do Alferes) e Monumento Rodoviário (Piraí) constituem ações presentes nesses relatórios. Tais iniciativas foram enriquecidas, a partir de 1999, com um convênio celebrado entre o IPHAN e a Prefeitura Municipal de Vassouras, promovendo a guarda do Arquivo Público Municipal por esse ET. A partir da disponibilidade desse material, seus servidores passaram a realizar levantamentos de dados sobre a cidade e os bens da área tombada nas fontes disponíveis (manuscritos do século XIX e XX e periódicos locais). Foi assim retomado um dos princípios levantados nas funções a serem desempenhadas pelos ET's.

Em grande parte, e por longo tempo, as intervenções nesse conjunto ocorreram em imóveis isolados, seja por ação de seus proprietários ou por convênios entre empresas públicas e privadas e a prefeitura local. Assim como no período anterior a 1984, ocorreram obras de pequeno porte, incluindo recuperação de fachada, pintura, telhado e pequenos reparos em imóveis de toda área tombada, sem a elaboração de projeto de restauro. Cabe ressaltar que os proprietários e interessados encaminharam três tipos de propostas de intervenção para o escritório técnico: restauração (recuperação do imóvel); conservação (recuperação de aspectos construtivos degradados) e reforma (alteração de aspectos existentes). Porém o maior volume se relacionava a propostas de conservação e reforma.

Em levantamento nos arquivos do ET, das aprovações e obras executadas por indicações em Plano de Ação, enviado anualmente à 6ª SR, foram localizados onze imóveis indicados como prioridades. Somente cinco deles – Chafariz Monumental, Casa de Cultura, Casa de Câmara e Cadeia, Fórum e ASEPAVA – tiveram obras executadas, com a iniciativa pública e privada (Tabela 3). Foram exceções: a Casa de Cultura, reflexo de uma política pública, sendo então restaurada para a implantação desse programa; e a Casa do Barão do Itambé, que não foi indicada em PA, pois os técnicos não constataram graves problemas de degradação e, além disso, seu proprietário estava constantemente investindo recursos próprios em sua restauração ao longo dos anos.

Tabela 3 – Plano de Obras do ETMP – 1984-2008

ANO	1984	1985	1986	1988	1989	1993	1994	1995	1997	1998	1999	2002	2004	2005	2006	2007	2008
Pça B. Campo Belo																	
Casa de Cultura																	
Igreja Matriz																	
Casa do B. de Itambé																	
Casa Paroquial																	
Câmara e Cadeia																	
ASEPAVA																	
Chafariz Monumental																	
Asilo B. do Amparo																	
Fórum / PMV																	
Casa B. de Vassouras																	

Fonte: Planos de Ação do ETMP 1984 a 2008.

Legenda da Tabela 3.

	PA IPHAN não aprovado
	PA IPHAN Aprovado e executado
	Prefeitura Municipal de Vassouras
	MinC/Prefeitura
	Fundação Banco do Brasil
	Particular

Entre as obras listadas na tabela 3, a maior parte pôde contar com projetos executivos aprovados pelo IPHAN, não havendo detalhamento da proposta, nem projeto de restauro. O Asilo Barão do Amparo (1986) e a ASEPAVA (2008) servem como exemplos dessa afirmativa, sendo o último executado pelo ETMP. Somente para a Casa de Cultura (1988), Chafariz Monumental (2004) e Fórum (2002) foram elaborados projeto de restauro para orientar a execução das obras.

A partir de levantamento realizado na documentação técnica do ETMP foi possível verificar que, dos 71 imóveis integrantes da área tombada, somente 9 projetos de restauro foram encaminhados aos órgãos federais. E destes, apenas 6 fazem menção a algum tipo de pesquisa histórica e/ou iconográfica, como pode ser notado na Tabela 3. Elaborados na maior parte por empresas particulares e pessoas físicas, foram dirigidos aos possíveis patrocinadores de recursos: ao IPHAN, ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)/MinC, à Secretaria do Estado do Rio de Janeiro e à Fundação Banco do Brasil. Cada órgão citado mantinha dinâmica própria para análise e aprovação de projeto, indicando métodos e objetivos diversos na descrição e pesquisa histórica do bem a ser restaurado. Além disso, dois deles não possuíam destinatário ou órgão aos quais pleiteavam verba para efetuar as intervenções. Assim, o grau de exigências das informações variou entre os projetos.

Tabela 4 – Projetos e Obras do ETMP – 1984-2008

Bem	Ano	Projeto	Elaboração	Recursos	História
Asilo B. Amparo	1986	Executivo	Accioly Engª Const. Ltda.	Particular	Não
Casa de Cultura	1988	Restauro	INEPAC/IPHAN	IPHAN	Sim
Casa de Cultura	1997	Restauro	Prefeitura M. Vassouras	Fund. Banco do Brasil	Sim
Fórum	2001	Restauro	Prefeitura M. Vassouras	PRONAC	Sim
Pça B. Campo Belo	2001	Desinfestação	Tecnovet	Não declarado	Não
Igreja Matriz	2001	Restauro	PRESERVALE	PRONAC	Sim
Chafariz Monumental	2004	Restauro	Cerne Engª e Projetos	Secretaria Estado RJ	Sim
Casa B. Vassouras	2008	Restauro	Arqº J. A. Astorga Garro	Não apresentado	Sim
ASEPAVA	2008	Executivo	ETMP	IPHAN	Não

Fonte: ATETMP, PA's, 1984-2009.

A partir desse levantamento, foram verificadas as referências à pesquisa histórica, mesmo que tenham sido apresentadas de modo sintético de acordo com o formulário preenchido. O projeto de restauro da Casa de Cultura de 1997, por exemplo, formatado no formulário da Fundação Banco do Brasil onde não consta "pesquisa histórica", os autores teceram um breve histórico da cidade e o tombamento do prédio no item "objetivos e justificativas do trabalho", sem, contudo, relacioná-lo aos critérios de intervenções desse bem.

Os projetos do Fórum e da Igreja Matriz, ambos de 2001, apresentados em formulário do PRONAC, foram sucintos como é de exigência do órgão, que igualmente não contempla campo específico destinado à história. Pode-se notar aqui também que os autores inseriram dados no campo destinado a justificativas, entre eles um histórico e/ou a seleção de datas relevantes para a construção de cada imóvel, para assim justificar a relevância de seu projeto.

Os três últimos projetos da tabela 4, que fizeram referência à pesquisa histórica, trouxeram aspectos relevantes para a compreensão dos valores atribuídos no seu plano de restauro. O Projeto da Casa do Barão de Vassouras inicia seu texto explicitando o método da pesquisa histórica: "Como breve histórico citamos alguns textos colhidos na rede." (ATETMP, Casa do Barão de Vassouras, p. 9). Assim, a construção da história desse bem foi elaborada a partir de recortes sobre a constituição da cidade, retirados de sítios eletrônicos locais[45]. Além desses, foram enxertados trechos do artigo sobre Vassouras, publicado no *Atlas de Centros Históricos do Brasil* (PESSOA, 2007). O texto final não contempla o imóvel a ser restaurado, privilegiando a evolução urbana e social, inserindo somente uma imagem da Praça

[45] Os sítios referenciados foram o Riosulnet (representação local da televisão Globo) e Vassouras Proderj (autarquia do Governo do Estado do Rio de Janeiro).

Barão de Campo Belo, sem estabelecer diálogo ou relação direta com as intervenções propostas. Apreende-se nesse caso, que a pesquisa histórica foi utilizada com fim exclusivo de cumprir item obrigatório, visto que alguns manuais de elaboração de projetos como os do Monumenta, prevêem tal quesito.

Assim, restaram, para se responder à questão dessa dissertação, dois projetos nos quais a pesquisa histórica foi utilizada nas obras de restauro: Casa de Cultura (1988) e Chafariz Monumental (2004). O recorte foi estabelecido pela gama documental produzida tanto no projeto, quanto na execução dessas obras em relação às demais. Outro fator são as tipologias desses bens, residência e chafariz, e por terem sido (projetos e obras) realizados em décadas distintas e por programas governamentais diversos. Influenciou, ainda, a recomendação do ETMP para a escolha desses projetos, como obras de maior expressão e debates entre os técnicos e os proponentes. Essa análise da utilização da pesquisa histórica em projetos de restauro visa demonstrar as possíveis áreas de comunhão (interseção) entre a história e a preservação.



Figura 18 – Chafariz Monumental e Casa de Cultura.
Fonte: ETMP – Concurso de Fotografias MCH, 1990.

2.2.1. ANÁLISE DE PROJETOS E OBRAS

2.2.1.1. CASA DE CULTURA PRESIDENTE TANCREDO NEVES

A Casa de Cultura Tancredo Neves, inaugurada em 1991, situa-se à Rua Custódio Guimarães, n° 65, área central da cidade, integrante do conjunto tombado. Foi objeto de duas grandes obras de restauro, a primeira em 1988, executada pelo IPHAN em convênio com o Governo do Estado e Município; e outra, pela PMV, em 1998, financiada pela Fundação Banco do Brasil.

O projeto "Restauro de um sobrado à Rua Custódio Guimarães, 65", objeto de análise desse item, foi elaborado pelo arquiteto Eurico Calvente, em 1978, fiscal responsável por Vassouras até a instalação do ET, a partir de convênio entre a SECPLAN e o PCH. A execução da obra só ocorreu em 1988 e o projeto foi revisto pelo ET local, na pessoa de Isabel Rocha. Portanto, a análise da utilização da pesquisa histórica nessa intervenção teve por base as seguintes fontes: o projeto de restauro já citado, iconografias e as correspondências trocadas entre o ET de Vassouras e a 6ª SR.

A documentação pesquisada instigou esta dissertação, pelas referências à pesquisa histórica realizadas para esse bem, mas o documento arquivado no ETMP se iniciou no projeto arquitetônico com o respectivo memorial descritivo, item 4 do sumário, sugerindo que esse esteja incompleto[46]. Assim, a análise ficou restrita ao memorial descritivo, pareceres e correspondências, visando esmiuçar os discursos e o uso da pesquisa histórica nos critérios e métodos na intervenção desse imóvel.

O histórico da casa, presente de forma sucinta em correspondência expedida pelo ETMP sobre a definição dos critérios para a obra, visava contextualizar esse imóvel, buscando elementos que pudessem caracterizá-lo na história de Vassouras e de seus modos construtivos. Esse histórico, elaborado pela arquiteta Isabel Rocha com base na tese de Silva Telles, mesclava dados da pesquisa histórica do então Projeto. A correspondência descrevia o imóvel, reconstituindo aspectos de sua construção, para assim compreender a sua morfologia e pontos

[46] Isabel Rocha, arquiteta do ETMP, relata ter havido cópia nos arquivos do escritório da parte inicial do projeto, com os respectivas descrições e histórico do imóvel. Ela supõe que na elaboração do projeto de restauro para a obra de 1998, tenha ocorrido o empréstimo desse material, provavelmente causando a sua perda.

conflitantes no seu estado de degradação, conservação e alterações sofridas até o momento de execução da obra.

Abrangendo desde a construção do imóvel e sua descrição, a autora reconstituiu aspectos sobre seus primeiros proprietários: "adquirida por Francisco José Teixeira e Souza (1800/1871) em 1849, de seu primeiro proprietário Francisco José Maria de Assis" (ATETMP, Casa de Cultura, 1989, p.1). O segundo ponto abordado referia-se à indicação desse imóvel em imagem da segunda metade do século XIX. Confrontada com a do imóvel atual, verificou-se que a feição da fachada era a mesma que "na vista da Cidade de 1859, do álbum de Victor Frond" (ATETMP, Casa de Cultura, 1989, p.1).



Figura 19 – Casa de Cultura.
Fonte: Victor Frond, 1859.

Dessa forma, a técnica concluiu que houve permanência em sua aparência externa, sem significativas modificações de fachadas, corroborando, assim, com os dados encontrados na pesquisa do projeto sobre a datação do imóvel. Esse ponto foi retomado na proposta da obra, indicando alguns aspectos considerados na definição dos critérios de intervenção desse bem.

Dando sequência a esse texto, a autora Isabel Rocha partiu para elementos de descrição da Casa de Cultura, retomando aspectos já consagrados por Silva Telles, como a comparação dos sobrados vassourenses às casas coloniais mineiras. Diferenciando-os somente no partido em planta, ela considera que as soluções desses sobrados seriam adaptações entre a casa rural e a urbana e uma necessidade social em acomodar e recepcionar hóspedes e comerciantes, fora da intimidade da casa. Assim, ela justificou que essa nova distribuição da

residência viria de "uma imposição das alterações na vida social e econômica da família, pelas influências da vida na Corte" (ATETMP, Casa de Cultura, 1989, p.1).

Nessa descrição do imóvel, outro aspecto definidor do critério de intervenção foi o telhado. Alvo de debates entre os técnicos, revelava o balanceamento do valor histórico e do valor estético nessa restauração. Principal instrumento de discussão, o embate se fixou na forma original da cobertura, se teria sido inicialmente de três ou quatro águas como se encontrava no momento de elaboração do primeiro projeto de restauro, conforme Figura 20.



Figura 20 – Casa de Cultura, c. 1940.
Fonte: Coleção Lúcio Corrêa e Castro, imagem digital, ETMP.

A partir de fontes iconográficas e documentais, esses restauradores aventaram que o "telhado apresentava originalmente empena na fachada lateral direita" (ATETMP, Casa de Cultura, 1989, p.1), diferenciando da encontrada no restauro do sobrado. Essa conclusão só foi possível após o levantamento de imagens, como a já citada fotografia de Victor Frond e outra anterior a 1905, cedida por Silva Telles. Além destas, a pesquisa bibliográfica também apontava para essa modificação no telhado.

> Apresenta esta casa, atualmente, assimetria no telhado – as duas tacaniças são diferentes em dimensões – e, por uma fotografia anterior a 1905, vemos que apresentava o telhado empena triangular na fachada lateral direita; o que nos permite admitir ter essa casa ficado com sua construção incompleta. (SILVA TELLES, 1968, p. 67).

A partir desses dados, os autores do projeto concluíram que a casa teria ficado incompleta, fator indicado principalmente por essa disposição do telhado e "por anomalias anotadas na planta" (ATETMP, Casa de Cultura, 1988, p. 5).

Nota-se que a comunhão de sua história e seus aspectos físicos foi imprescindível para a compreensão do objeto e, assim, para a adequada definição dos critérios seguidos nessa

intervenção. A obra foi justificada a todo instante pelas fontes iconográficas e documentais, a recomposição do telhado retornou à sua antiga feição, sugerindo que esses restauradores optaram por registro da história de seu aspecto construtivo, acentuando assim, as alterações ocorridas, mas escolhendo o retorno do aspecto original desse monumento.

Seguindo essa mesma linha, outro elemento de debate nessa intervenção foram as anomalias notadas em planta e a uma porta descoberta no segundo andar da casa. De acordo com o histórico e memorial descritivo do projeto, em meados do século XX havia funcionado uma escola neste mesmo imóvel, que teria sido a responsável por parte das modificações na planta, conforme projeto aprovado na Secretaria Municipal de Obras "em nome de Senhorinha O. Menezes Duarte, porém sem data" (Figura 21).

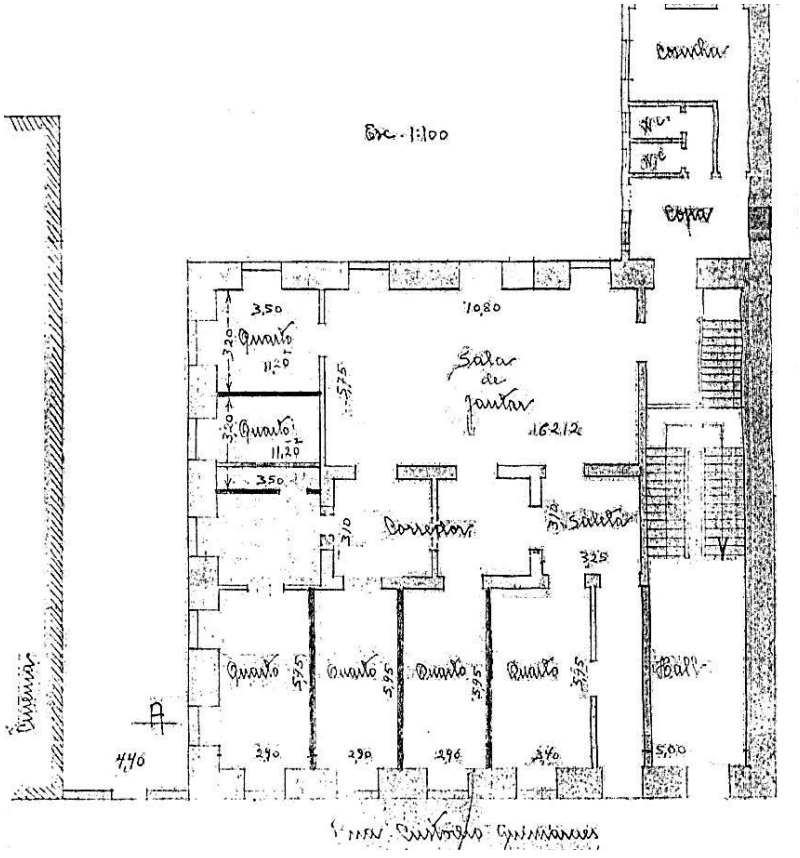


Figura 21 – Casa de Cultura, c. 1940.
Fonte: SMOSP – PMV – Cx S, Pt 01-10.

As modificações não foram especificadas e detalhadas no projeto, mas é possível supor que parte das remoções e demolições propostas no memorial descritivo tenham se originado nesse período. Assim, visando adaptar o imóvel para sua nova destinação, uma Casa de Cultura, abrigando biblioteca, salas de exposições e auditório, foram retomadas as divisões internas anteriores à compartimentação escolar. Alguns espaços que já possuíam

dimensões amplas, ideais para o novo programa, foram mantidos. Os restauradores optaram pela conservação de algumas alterações realizadas no decorrer dos anos que permitiram melhor acesso e circulação para o público, como a manutenção dos espaços das alcovas e duas portas que davam acesso à rua. Foram conservadas, "embora devesse existir uma só porta no passado e a ligação que existe no sobrado entre uma das alcovas e a ligação da frente do sobrado, feita posteriormente para permitir fácil comunicação entre as salas dos conselhos" (ATETMP, Casa de Cultura, 1988, p. 5), para atender ao novo programa do imóvel.

Como foi visto, algumas paredes foram suprimidas no térreo, além da demolição do sobrado anexo, realizada após a construção para devolver "à fachada posterior do sobrado sua integridade, com cinco janelas de arco quebrado" (ATETMP, Casa de Cultura, 1988, p. 6). A porta de acesso externo pelos fundos, que havia sido transformada em janela – visível pelos vestígios na parede e pela existência da soleira de pedra, indicativos da alteração posterior – foi recuperada nessa obra. Essas duas intervenções aliaram aspectos históricos e estéticos: primeiro a demolição de um anexo que comprometia a integridade física do imóvel, devolvendo a plenitude da fachada e, depois, a reconstituição do acesso posterior. Esse pontos corroboram para a opção do objeto como fonte, repleto de tempos e histórias, "como produto humano realizado em um certo tempo e lugar e que em certo tempo e lugar se encontra" (BRANDI, 2004, p. 30).

Visando à compreensão desses vestígios e dos aspectos físicos do imóvel em relação à sua história e memória, como sobrado de meados do século XIX (constituinte da narrativa cafeeira), os técnicos responsáveis pela revisão do projeto para a obra de 1988 identificaram outro elemento que remetia à origem construtiva da casa: uma porta no segundo pavimento voltada para parede externa na fachada lateral. Os vestígios dessa porta causou certa estranheza aos técnicos, que não compreendiam a causa de sua existência numa fachada sem qualquer outro vão. A partir de comparações e analogias, detectaram que seria uma porta interna e da mesma época que as outras no interior do cômodo.

> Um vão de porta que se situa na face interna da parede e cujas folhas abrem-se para o exterior. Pelo que constatei no local este vão é exatamente igual as duas outras portas internas existentes no cômodo. Nada tem a ver com as portas que se abrem para a sacada. Encontrei as dobradiças neste vão nas mesmas alturas das existentes nas outras duas portas o com o mesmo desenho e material. Além do fato dela ter as mesmas dimensões, situa-se, praticamente, em frente a outra porta igual a ela. A cor da pintura está alterada pelo fato de ter sido murada. Donde se conclui, sem dúvida alguma,

> que é uma porta de acesso interno, da mesma época que as demais. (ATETMP, Casa de Cultura, 25/04/1986, p. 1).

Portanto, aliando os aspectos físicos aos vestígios do imóvel, considerando que essa porta era um acesso interno, os técnicos chegaram à conclusão de que a casa estaria incompleta, justificada ainda pelas fontes iconográficas (fotografias de 1858 e planta de 1905), e pela pesquisa em Silva Telles.

Outro discurso refere-se à fachada. Isabel Rocha, em correspondência com o arquiteto Maximino da Costa (6ª DR), assim relatou: "sempre causou-me espanto o fato desta fachada não ter um só vão para o exterior, tal e qual a lateral direita" (ATETMP, Casa de Cultura, 25/04/1986, p. 1). Informou também que a distribuição interna dos espaços e as anomalias em plantas, citadas no projeto, levantava uma série de questões sobre as modificações e permanências na morfologia do imóvel.

Assim como na solução do telhado, recorreu-se à pesquisa histórica e iconográfica como suporte para avaliar se a casa estaria ou não incompleta ou se em algum período ela poderia ter tido partes demolidas. A diferença nesse caso, em relação ao telhado, foi a utilização de carta cartográfica de Vassouras de 1858/1861, em vez da fotografia de Victor Frond como elemento de identificação de suas modificações. Tal situação pode ser notada na afirmativa abaixo sobre as alterações na planta e fachada do casarão.

> Essa hipótese pode ainda ser aventada pelo fato de existir esta casa em 1858/61 como está marcada na Planta da Cidade de Vassouras, anexa à Carta Chorográfica da Provincia do Rio de Janeiro. Aí aparece nitidamente um corpo, na fachada lateral esquerda, quebrando o quadrado hoje existente." (ATETMP, Casa de Cultura, 25/04/1986, p. 1).



Figura 22 – Casa de Cultura, c. 1858-1861.
Fonte: Silva Telles, 1968.



Figura 23 – Casa de Cultura, c. 1932.
Fonte: Irmandade NS da Conceição, 1932.

Neste caso**,** a pesquisa histórica foi utilizada como elemento comprobatório daquilo que a percepção visual e os vestígios indicavam como elemento faltante – o acesso para o vão exterior em somente uma das laterais – e um "corpo" estranho – a porta no segundo pavimento. Esses vestígios, assim relatados como propulsores de questionamentos, deram novo olhar e compreensão ao casarão da Rua Custódio Guimarães, aliando aspectos estéticos e históricos, a partir da comparação das "plantas existentes no livro do Dr. Silva Telles sobre Vassouras e a análise que ele faz na página 63 sobre a Casa de Cultura"(ATETMP, Casa de Cultura, 25/04/1986, p. 2). Além das demais fontes descritas no histórico, memorial descritivo e correspondências, os técnicos concluíram que a casa havia ficado incompleta e que a permanência desses vestígios, principalmente da porta, com a marcação de seu portal na parede acabada, serviria de registro permanente das modificações que a casa sofreu no decorrer dos anos.

Pode-se aferir que o restauro da Casa de Cultura buscou restituir seu aspecto construtivo baseado em pesquisa histórica e iconográfica. Aliando os valores estéticos e históricos, procurou, a partir da reconstituição original de seu telhado e a preservação da porta do segundo pavimento, entre outros, registrar diversos momentos de sua história. O que foi feito, mesmo que em abordagens opostas: uma com total remoção e reconstituição e outra com a manutenção do registro. Em seus aspectos maiores, como telhado e fachada, optou-se pela manutenção do registro da narrativa cafeeira; e nos elementos menores, pelo registro dos vários tempos, pela história desse imóvel. Esses vestígios (integrantes da história desse monumento), aliados à pesquisa documental e iconográfica possibilitaram uma nova compreensão desse bem, que, a partir de então, recebeu novo uso como *Casa de Cultura Presidente Tancredo Neves*, em nova fase, reflexo da política institucional do governo brasileiro.

2.2.1.2. CHAFARIZ MONUMENTAL

A obra de restauro do Chafariz Monumental[47] ocorreu no ano de 2004, financiada pela Caixa Econômica Federal em convênio com a Prefeitura Municipal de Vassouras. O projeto

[47] Ressalta-se que esse monumento está citado nominalmente no termo de tombamento do Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras.

foi realizado por empresa terceirizada, a *Cerne Engenharia e Projetos*, e executada pela *Senge Serviços de Engenharia*. Com recursos do Programa Municipalização do Turismo, pode ser considerada das obras de maior vulto no sítio vassourense, pelo empenho em pesquisas, métodos científicos, retorno midiático e envolvimento da população. É também uma das poucas intervenções na cidade cujo projeto de restauro antecedeu integralmente à obra e foi aprovado pelo IPHAN. Esse material contém aspectos relevantes quanto ao uso da pesquisa histórica nos critérios de intervenção em bem tombado.

Discursivamente, aborda pontos diversos ao imóvel analisado no tópico anterior por apresentar como solução final a relevância do valor histórico, secundário ao valor estético. Tanto o projeto executivo como a execução das obras baseou-se na pesquisa histórica e iconográfica para justificar o restauro, para a manutenção ou remoção de elementos e, principalmente, para a definição dos critérios adotados e solução técnica. Ressalta-se aqui, que não se tratou de pesquisa meramente formal; pela especificidade do objeto, a busca desses técnicos se pautou na execução, como se verá a seguir.

Nesse sentido, três elementos marcaram os critérios e métodos utilizados na preservação desse bem: a memória como definidor e marco de valorização; a pesquisa histórica e iconográfica como fonte e suporte; e a associação do valor histórico ao estético.



Figura 24 - Chafariz Monumental
Fonte: Ana Carolina Neves, 2012.

O Chafariz Monumental, que há tempos sofria problemas graves de degradação, impedindo seu funcionamento pleno, foi alvo de fortes apelos da comunidade para sua preservação ao longo de sua existência. Restaurado pelo IPHAN em 1966, como já visto, foi alvo de manutenções e pequenos reparos, visando suprir a falta de funcionamento, quer fosse por entupimento de seus canos, vazamentos ou intempéries, permanecendo por alguns períodos com seu abastecimento de água desligado (ATETMP, Chafariz). Na documentação técnica eram recorrentes as intervenções nesse objeto sem prévia aprovação, como a ocorrida nos anos de 1990, por ação da PMV e embargada pela equipe técnica do ETMP pela falta de projeto e critérios técnicos. No que pese aos apelos permanentes da própria unidade local do IPHAN, a intervenção de 2004 atendeu à demanda não só estética e funcional, como também à preservação dos valores comprometidos pelas intervenções anteriores.

O projeto denominado "Chafarizes de Vassouras: restauração de um patrimônio nacional", propôs intervenções em três grandes chafarizes e outros menores localizados no conjunto tombado, só sendo executada a restauração do Chafariz Monumental. Dividido nas seguintes etapas: histórico, descrição do bem, proposta de intervenção e considerações finais; teceu relações históricas, sociais e memoriais desses bens, visando adequar as propostas de intervenções. Assim o projeto buscou a partir de um registro da memória, os aspectos sociais e culturais nele inseridos, sendo o objeto reconhecido pela comunidade como sendo dos mais emblemáticos do centro histórico[48]. Esta dissertação privilegiou o estudo e a análise do projeto, bem como o diário de obras e a documentação técnica do ETMP-IPHAN/RJ referente ao Chafariz Monumental, excetuando os demais textos referentes aos chafarizes cujas obras não foram executadas.

A equipe elaboradora do projeto era constituída de dois arquitetos restauradores – sendo um deles, Luís Verdugo Sabugo, especialista em restauro de chafariz, formado pela universidade de Roma – e um engenheiro cartográfico, Francisco Madureira. Cabe ressaltar que a pesquisa histórica foi elaborada a partir de dados do Arquivo Público Municipal de Vassouras e pela Universidade Severino Sombra, com a participação de professores e alunos do curso de história. A interdisciplinaridade na equipe pode explicitar as leituras diversas que foram dadas ao monumento.

[48] O Chafariz é a imagem mais divulgada em e sobre Vassouras, tanto pelos vassourenses, como pelos turistas e pesquisadores, sendo hoje atribuídos novos significados como marco e representatividade dessa cidade.

O Histórico contextualizou a cidade nos aspectos de sua conformação e fases econômicas – reconstituídos pelos trabalhos de Gustavo Barroso (1888-1959), Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958) e Stanley Stein (1920-?), obras publicadas entre as décadas de 1940 e 1950 – visando demarcar pontos da conformação cafeeira, da constituição territorial e das peculiaridades sociais de Vassouras no século XIX, além da nova configuração como atrativo turístico e universitário nas últimas décadas do século XX. Para tanto, os autores destacaram como aspectos de sua constituição: a) região do Vale do Paraíba como fator de integração e ligação com regiões fulcrais na fase aurífera; b) conformação urbanística e estradas que interligavam a região local de origem de um grupo rural aristocrático com características próprias; c) a produção cafeeira alicerçada em braço escravo que sustentou e fortaleceu o Império, projetando a cidade nacional e internacionalmente; d) o apogeu e decadência do café que resultou hoje na cidade turística e universitária, como memória do período cafeicultor. Tal texto foi recuperado quando tratou especificamente do Chafariz Monumental, discutindo sua amplitude e representatividade na sociedade pomposa que foi Vassouras.

A segunda parte do Histórico concentrou-se no objeto específico, traçando as motivações sociais e os aspectos de sua construção. Além disso, buscou as intervenções e propostas de manutenção no decorrer dos anos, reconstituindo o principal aspecto de sua edificação: o abastecimento de água na cidade de Vassouras. Informações colhidas nas Atas da Câmara e nos livros de Taunay e de Gustavo Barroso demonstravam o grave problema de distribuição de água que a Vila passava desde sua fundação (1833), minimizado com a construção do Chafariz Monumental e finalmente solucionado com a instalação do Chafariz Dom Pedro II (1849) na Praça atrás da Igreja Matriz. Tendo como ponto fundamental o aspecto social da construção do Chafariz Monumental, a pesquisa remonta às alternativas para angariar verbas, escolhas e adequações aos projetos, redes, disputas e jogos políticos locais presentes em sua história. Neste sentido, as escolhas e adequações do projeto foram fatores decisivos na definição dos critérios de sua preservação.

De acordo com a pesquisa, foram identificadas três propostas originais para o projeto e execução da obra do Chafariz Monumental: "a primeira de João Bento Gonçalves no valor de 13.000$000, a segunda de Joaquim de Souto Garcia ao custo de 15.000$000, e por último a de Antonio Joaquim de Araújo pela quantia de 13.000$000". (ATETMP, Obras Chafariz, 2002, p. 3). À época, a Câmara optou pelo último orçamento, especificando, contudo, que o projeto

que deveria ser executado era o de Joaquim de Souto Garcia, adaptando o orçamento da obra a outro projeto. Os autores do projeto de restauro identificaram esse aspecto como um dos primeiros indícios justificativos da realidade atual encontrada no Chafariz Monumental.

A pesquisa relativa à execução da obra de construção do Chafariz evidenciou problemas que, na sequência, repercutiram em sua conservação. Um deles foi o atraso em sua construção e a identificação pela Câmara de "haver no pedestal menos grossura que a necessária", obrigando à instauração de uma comissão para averiguar irregularidades em suas obras na década de 1840. Composta por vereadores e homens de renome da vila, a comissão recomendou que se refizesse o encanamento e sua solda, além da recomposição do "tanque do Chafariz, [que] em vez de 30 palmos de vão, terá 34, por corrigir assim, a alteração que sofresse o risco, na substituição das torneiras pelas paredes de pedra colocadas dentro do dito tanque" (ATETMP, Obras Chafariz, 2002, p. 4). Para esse segundo aspecto, de acordo com relatos dos arquitetos Paulo Parrilha e Isabel Rocha, havia inquietação do ETMP sobre a dimensão de seu tanque, devido a vestígios de uma suposta ampliação, em fase posterior. Mas, não se sabia ao certo em que período esta intervenção teria ocorrido ou, ainda, se fazia parte de seu sistema primitivo. Foi a partir dessa pesquisa que os técnicos apontaram elementos que explicavam e complementavam as análises físicas do monumento. Nesse sentido, foi possível compreender que o aumento do tanque de 30 para 34 palmos, encontrado nas Atas da Câmara, tenha sido efetivamente executado, comprometendo o cálculo estrutural de seu projeto original. Como consequência, esse ficou com um desnivelamento tanto no pedestal (coluna octogonal), quanto dos tanques, assim ressaltado pelos restauradores:

> É dito que durante as obras de execução, houveram problemas na construção do chafariz não tendo sido aceitas em primeira instância [...], podendo-se hipotizar que uma das causas do desnivelamento do chafariz tivesse sua origem em problemas construtivos. (Entrevista Luís Verdugo, 20/06/2012).

Pautados nesses dois aspectos, podemos verificar a utilização da pesquisa histórica na definição dos critérios de intervenção do Chafariz. Em sua descrição, há alusões a relatos orais subsidiando a compreensão, por exemplo, da iluminação no topo do monumento.

> Esse vaso termina em um pináculo em chumbo. Segundo dizem antigos moradores da cidade, em seu ápice havia uma peça em forma de pera com luminárias, (a pesquisa iconográfica revelou ser uma inserção, sem registro de época) onde na parte superior jorrava água, que enchendo o vaso transbordava, jorrava para a bacia e desta para o tanque. (ATETMP, Obras Chafariz, 2002, p. 6).

De fato, tal característica pode ser vista na Figura 25, onde se vê a transformação do pináculo em "abacaxi", imagem utilizada nos discursos da comunidade para identificar a nova forma adquirida pela instalação da iluminação.



Figura 25 – Pera do Chafariz monumental, antes e depois da obra da restauração.
Fonte: ETMP.

Esses instrumentos de pesquisas e fontes (relatos orais e fotografias), além dos documentos já tecidos no histórico, ajudaram a identificar e reconstituir um elemento inserido posteriormente, considerado como não original. Na proposta de intervenção do pináculo decidiu-se pela remoção da "folhagem" (Figura 25) sobre a peça em forma de pera, constatada pela pesquisa iconográfica. Primeiro por ser considerada pelos restauradores como uma inserção da década de 1940, amparada em registros iconográficos; e segundo, por não mais cumprir sua funcionalidade estética (ATETMP, Chafariz obras, p. 21). Sua remoção tomou como base o balanceamento dos valores estéticos e históricos atribuídos ao monumento, fortemente pautado em fontes orais e iconográficas. Seu valor histórico foi utilizado no sentido de datação e possibilitar distinguir as partes originais das inserções. O valor estético foi atribuído como valor de composição e qualidade artística, um elemento com partes faltantes, restando "apenas o corpo central", não teve assim "atrativo estético, devendo ser removido" (ATETMP, Obras Chafariz, 2002, p. 6). Nota-se que a pesquisa iconográfica foi utilizada como fonte dos critérios adotados, mas enquanto discurso prevaleceu o valor estético.

Outros trechos do projeto corroboraram para que seus autores privilegiassem a pesquisa prévia à obra como parâmetro para as intervenções no bem. Na descrição da cantaria, o autor identifica como arenito o material constituinte do Chafariz; sua procedência

seria da pedreira local, a partir de informações obtidas em Silva Telles. Para a recomposição de elementos faltantes, os restauradores fizeram uso de pedras provenientes da mesma pedreira. O resultado dessa pesquisa contribuiu também na análise para a recomposição das torneiras, que, segundo Isabel Rocha, eram alvo de constantes furtos, obrigando ao poder público alterar sua forma e fixação ao longo do tempo.

O último critério de alusão à pesquisa histórica relaciona-se aos principais motivos de degradação do Chafariz, o seu desnivelamento e desaprumamento. O desnível e a falta de prumo de seu corpo central, visíveis a olho nu e característico desse bem foram calculados, a partir de levantamento topográfico e "constatou-se que está desaprumado em 1° 37', de seu eixo, representando 26,7 cm fora de prumo" (ATETMP, Obras Chafariz, 2002, p. 4). Ademais, os tanques apresentavam o mesmo problema em todas as direções (Figura 26). A partir desse estudo os técnicos se basearam nas fontes iconográficas, na documentação técnica produzida pelo IPHAN, nos embargos de obras diversas e nas tentativas de apaziguar o problema no decorrer dos anos.

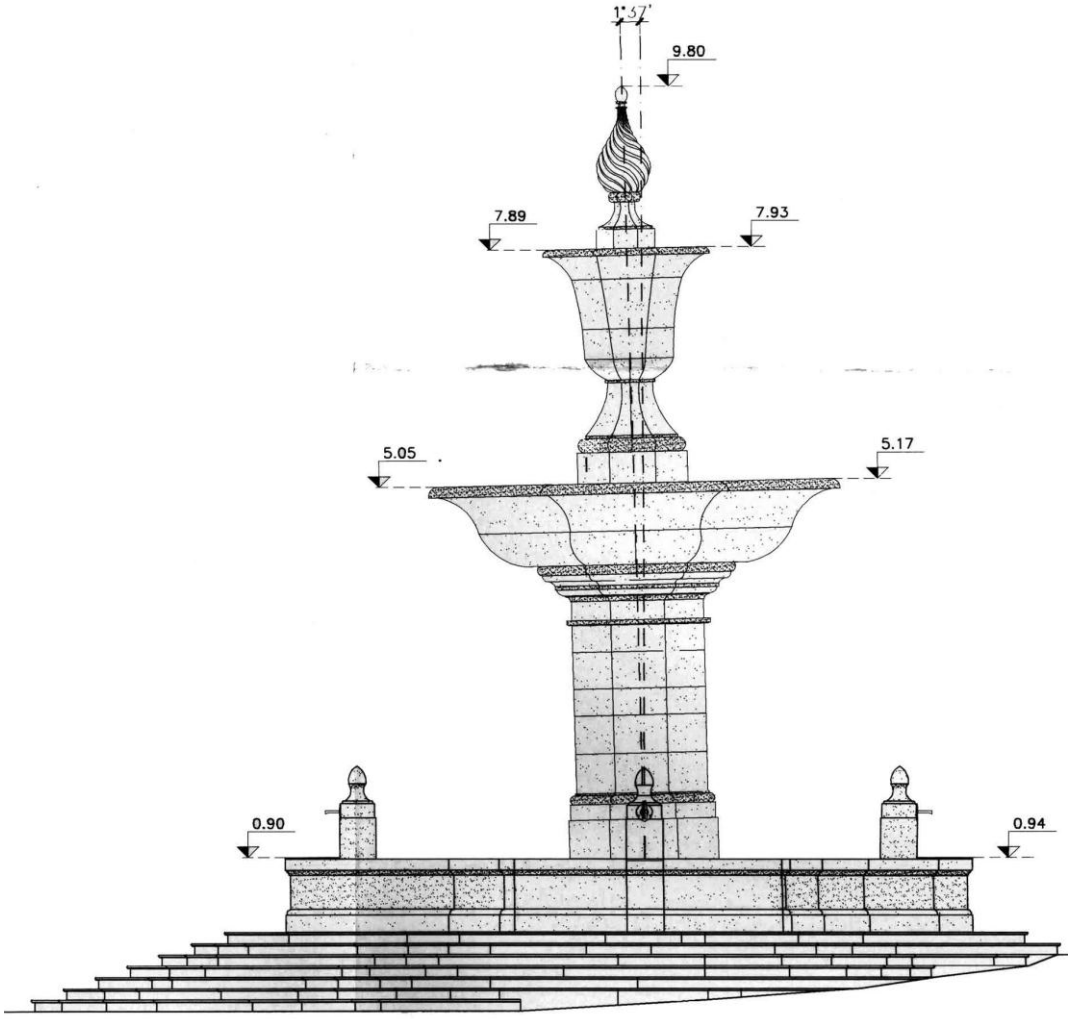


Figura 26- Planta com cálculo do desaprumamento.
Fonte: CERNE Engenharia, ETMP, Obras Chafariz, 2004.

Retomando os aspectos sociais da construção do chafariz, os restauradores indicaram três hipóteses para os problemas de nível e prumo; duas delas sustentavam que tais problemas teriam sido agravados pela modernidade – com o trânsito pesado no centro histórico e infestação de pragas; a terceira refere-se à sua construção no século XIX, como indicado no trecho abaixo:

> Três são as hipóteses possíveis para o desnivelamento do conjunto, ou até mesmo uma superposição das mesmas, podendo o problema já ter ocorrido na época de sua construção, de acordo com o documento da Câmara de Vereadores. A comissão de aceite das obras constatou na época da inauguração, que o chafariz apresentava problemas, conforme relato no histórico, não ficando claro, no entanto quais problemas seriam. (ATETMP, Obras Chafariz, 2002, p. 8).

Dialogando com o histórico, os autores apresentaram como proposta de intervenção a manutenção do desnível e desaprumamento do Chafariz. Justificaram a decisão embasados no

monitoramento realizado de 2002 a 2005, comprovando a estabilidade do bem – que não apresentou movimento nesse período, além da pesquisa histórica e iconográfica demonstrar que essa falha era antiga. Tais questões foram explicitadas nas considerações finais desse projeto.

> A análise da extensa documentação histórica e iconográfica do Chafariz Monumental, existente no Arquivo Público Municipal que se encontra no IPHAN/Vassouras, situado na cidade de Vassouras, e do Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, situado no Palácio Gustavo Capanema, levou-nos a acreditar que desde a sua criação, o chafariz monumental, sofreu por diversas vezes reparos em sua alimentação d'água, levando-nos a concluir que esses constantes vazamentos solaparam o leito em que se apoia o monumento, e que sua inclinação é seguramente de longa data, já, portanto parte integrante da história. (ATETMP, Obras Chafariz, 2002, p. 29).

Nesse aspecto, a memória coletiva e social aliada ao valor histórico deu o tom dos critérios de intervenção nesse bem. Nos elementos menores, como o pináculo e torneiras, optou-se por preservar sua estética, mas, enquanto solução final, deu-se prioridade à restauração conservativa, menos agressiva, tendo sido o valor histórico um dos instrumentos definidores. Nesse sentido, os restauradores concluíram o projeto afirmando a pertinência para a realização de intervenção de caráter "conservativo, não reconduzindo o chafariz para o seu prumo, [...] preservando as características de amplo conhecimento da população e transmitido pelos guias de turismo, portanto já folclóricas na cidade." (ATETMP, Obras Chafariz, 2002, p. 29).

Emblemático, semióforo, o Chafariz Monumental guarda hoje também a memória de seu restauro e demonstra como a interdisciplinaridade ou o simples confronto do objeto com a pesquisa histórica séria pode colaborar com decisões que afetam a vida de todos e preservam uma memória nacional, ou seja, uma narrativa do patrimônio de uma nação.

Contudo, nota-se que a história, em função do conjunto de regras e circulação de discursos do campo do restauro, respondeu às necessidades propostas por esses técnicos para a intervenção desses bens. Sem a participação de historiadores, esses técnicos reconstituiriam a história desse monumento a partir de seu "olhar", em função e em resposta a esse "olhar", não descaracterizando o mérito da intervenção. Mas, a partir dos exemplos analisados aqui, foi possível se constatar que, assim como a história é construída, a partir de determinado local, sujeitos e escolhas, outros "olhares", saberes técnicos e áreas de conhecimento

abordariam com focos, discursos e maneiras diferentes a construção histórica desses objetos, enriquecendo seu processo de restauração e conservação.

Assim como a pesquisa histórica foi utilizada nas intervenções em imóveis isolados, as ações que privilegiaram o sítio urbano como um todo recorreram a esse instrumento de diferentes formas na preservação desse conjunto. O Plano de Desenvolvimento Físico e Territorial do Município de Vassouras (PDFTMV) de 1978 e Plano Diretor Participativo (PDP) de 2006, programas governamentais diferentes, adotaram métodos e abordagens diversas na compreensão, planejamento e utilização da pesquisa histórica na preservação desse sítio, tema a ser desenvolvido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: UM CENTRO HISTÓRICO DE VALOR NACIONAL, VASSOURAS/RJ

PLANEJAMENTOS E PLANOS DIRETORES DE PRESERVAÇÃO.

As práticas de preservação do Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras até a década de 1970 se restringiram a ações em imóveis isolados, conforme exposto no capítulo anterior. O primeiro instrumento que visou planejar e disciplinar a ocupação e o uso do solo desse sítio ocorreu entre 1977 a 1978 com o Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras (PFTMV), aprovado como Lei Municipal. Esse plano representou avanço em sua preservação por abranger o conjunto como um todo, inseparável de suas malhas e monumentos, e também pela delimitação da Zona de Proteção ao Patrimônio Histórico (PFTMV, Lei de Zoneamento, Art. 14).

Após esse período, medidas visando à revisão e à atualização desse planejamento foram realizadas, inicialmente, com a consagração de suas diretrizes para o conjunto tombado pelo IPHAN, com a aprovação da Portaria 12 de 1986. E, na sequência, por uma proposta de atualização ocorrida em 1991, na qual era prevista a revisão desse plano, adaptando-o para um desenvolvimento autossustentável, mas que não chegou a ser implementado[49]. Somente em 2006, a partir do programa governamental Monumenta, o município de Vassouras teve nova proposta do então denominado Plano Diretor Participativo de Vassouras (PDPV). Elaborado a partir de financiamento desse Programa e da UNESCO, teve um montante de R$ 149.300,00 liberado para sua execução (Ata do Seminário do I PDPV, 04/05/2006, p. 17). Foi aprovado como Lei nº 2.270 de 20 de março de 2007, mas suas propostas não chegaram a ser executadas.

Esses planos, elaborados em programas governamentais diferentes, com métodos e objetivos próprios, tiveram a participação do IPHAN somente como consultor local, sem papel decisivo em sua elaboração. Assim, podiam ser considerados como novos discursos de preservação do sítio vassourense, extra-institucionais, onde cada um, a seu modo, atribuía nova leitura e visão sobre a preservação desse conjunto.

[49] Nessa proposta de revisão, o ETMP-IPHAN/RJ detectou um aproveitamento de um Plano Diretor para a cidade do Rio de Janeiro, permanecendo no de Vassouras, por exemplo, artigos referentes ao litoral.

Nesse sentido, visando compreender o quanto a pesquisa histórica foi preponderante no desenvolvimento das diretrizes e propostas de preservação desse conjunto, foram selecionados para análise o PFTMV e o PDPV, excluindo a Portaria 12 de 1986, por consagrar as proposições do primeiro planejamento e sua tentativa de atualização (1991) e levando em consideração que esta última possui caráter sumário e nunca foi implementada.

3.1. PLANEJAMENTO FÍSICO E TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE VASSOURAS: O DISCURSO GEOGRÁFICO

Na década de 1970, o governo federal, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), lançou para os estados do Nordeste brasileiro um programa em convênio com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério do Interior (MINTER) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) para o planejamento e desenvolvimento turístico das cidades históricas daquela região. O Programa, denominado Programa das Cidades Históricas (PCH), a partir de 1973 foi responsável pela elaboração de medidas de preservação de sítios históricos utilizando os planos urbanísticos e diretores como alguns dos principais instrumentos (THOMPSON, 2010). Expandido para o restante do país a partir de 1977, principalmente para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Mato Grosso, gerou, segundo Márcia Sant'Anna (1995), fomento à produção de planos urbanísticos nas cidades históricas brasileiras.

O foco recaiu na premissa de que o turismo seria propulsor da economia dessas cidades, mediante a integração dos três níveis de governo (municipal, estadual, federal) buscando o

> [...] desenvolvimento de um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetivam identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro, propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e uso adequado desses bens. (SANT'ANNA, 1995, p. 170).

O conceito de "cidade-monumento" foi alargado, passando o desenvolvimento econômico a ser inserido, a partir de então, como valor agregado ao bem cultural, onde a preservação do patrimônio urbano seria destinada "a suprir necessidades e solucionar desigualdades sociais" (SANT'ANNA, 1995, p 181).

Em meio a esse contexto, o Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras (PFTMV) foi elaborado a partir de um convênio entre a Secretaria de Planejamento e a Coordenação Geral da Governadoria do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura Municipal de Vassouras, no decorrer do ano de 1977 e 1978. Desenvolvido por uma equipe sob a coordenação da Superintendência de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (SUPLAN), o PFTMV representou um reflexo da política nacional de elaboração de Planos Urbanísticos desenvolvidos pelo PCH nas décadas de 1970 e 1980.

Elaborado sob a coordenação da SUPLAN, através do programa estadual Programa de Assistência Técnica aos Municípios para Planejamento Físico-Territorial (PATMPFT), o planejamento estava pautado no princípio da gestão compartilhada com a articulação entre os entes públicos, a União, o estado e o município. Assim, visava a auxiliar as cidades fluminenses para a produção de instrumentos de planejamento municipal necessários para fazer frente aos problemas originados pela industrialização, pelo êxodo rural, pela aceleração da urbanização e consequente ocupação desordenada do solo. Dialogando com as políticas patrimoniais que se desenvolveram a partir da década de 1960, essa temática de controle urbanístico já fazia parte das políticas internacionais, como cartas e recomendações patrimoniais. Mais específico no caso brasileiro, os Compromissos de Brasília e Salvador do início dos anos de 1970, já aventavam a gestão compartilhada com a descentralização das ações de preservação como meio efetivo de preservação dos sítios urbanos tombados. Os municípios foram chamados não só a agir, mas também a pensar as ações de preservação de seu patrimônio por meio de planejamentos e planos urbanísticos, assim como o proposto por esse programa estadual.

Podendo ser considerado uma vertente local ou uma adaptação do PCH, o programa desenvolvido pelo estado do Rio de Janeiro em muito se assemelhava às proposições por ele apresentadas, diferenciando-se somente no foco de atuação: o PCH restringia-se às cidades históricas e o Programa de Assistência ao Planejamento Físico aos demais municípios com problemas causados pela "urbanização acelerada" (PFTMV, 1978). Mas, em termos discursivos, ambos partem dos mesmos princípios: a cidade como um monumento (monumento-documento), industrialização (desenvolvimentismo) *versus* preservação e o desenvolvimento socioeconômico pelo viés do turismo cultural.

Esse Programa de Assistência ao Planejamento Físico, instalado após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro[50], foi proposto como instrumento decorrente de uma série de estudos e levantamentos em 50 municípios não metropolitanos, entre eles a cidade de Vassouras, realizados no decorrer do ano de 1977 pela SUPLAN. Esses levantamentos identificaram na maior parte dos municípios a ausência "de instrumentos adequados para fazer frente aos problemas decorrentes da urbanização acelerada" (PFTMV, 1978, p. 10). Além do mais, os poucos instrumentos disponíveis – posturas e códigos de obras municipais – estavam obsoletos, sem dialogar com as novas propostas de desenvolvimento urbano, entre elas, o zoneamento do solo e a proteção ambiental.

Como visto, um dos principais objetivos desse Programa era conter o processo de crescimento urbano desordenado, compreendendo "aspectos relativos ao disciplinamento da urbanização e ao ordenamento do uso do solo urbano, bem como a racionalização da oferta de infra-estrutura e serviços urbanos" (PFTMV, 1978, p.11). Para tanto, utilizavam como instrumentos os planejamentos territoriais e planos urbanísticos, além da formalização de cartas cartográficas e aparatos legais de natureza urbanística.

Para sua execução, o Programa foi dividido em duas fases, classificando os municípios em grupos de acordo com as dimensões e a complexidade dos problemas de urbanização. Num primeiro momento, visou a atender diretamente os municípios menores, tendo o financiamento e toda a elaboração do planejamento territorial sido desenvolvido por parte da coordenação do Programa. Depois, buscou dar assessoria direta aos municípios maiores, de forma que eles próprios elaborassem seus planos. Nessa primeira fase, foram selecionados quatro municípios: dois litorâneos (Saquarema e São Pedro da Aldeia); e dois da faixa classificada como industrial (Miguel Pereira e Vassouras). Os critérios adotados na seleção foram: população (pequenos municípios, com menos de cinquenta mil habitantes); possibilidades técnicas das prefeituras (sem condições de arcar com a elaboração de planos urbanísticos); e a gravidade dos problemas causados pela urbanização acelerada (ocupação desordenada do solo). Esses foram incluídos em uma fase de gestação do Programa com convênios firmados com as prefeituras, no período de agosto de 1977 a fevereiro de 1978 (PFTMV, 1978).

[50] O Estado da Guanabara foi criado em 1960 na área hoje compreendida pela cidade do Rio de Janeiro. O governo federal em 15 de março de 1975 promoveu a fusão desse estado ao antigo estado do Rio de Janeiro, extinguindo o anterior.

A escolha de Vassouras, conforme justificativas presentes na apresentação do PFTMV, se deu devido à sua localização numa área onde as atividades industriais estavam acarretando uma expansão urbana desordenada, com prejuízo dos recursos naturais, mesmo que em dimensão reduzida se comparada a outras cidades da região[51]. Outro argumento era a vocação de veraneio e turismo cultural, sendo previstos nesse planejamento a preservação ambiental e o patrimônio histórico local. Ou seja, os autores justificaram a inserção de Vassouras como prioritária nesse programa para que assim fossem preservados os recursos naturais, ambientais

> [...] e garantir o ordenamento da expansão urbana, de forma a fortalecer a vocação turística, melhorar a qualidade de vida e, [...] proteger e valorizar o patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico da cidade. (PFTMV, 1978, p. 13).

Nesse sentido, nota-se a evidente correspondência com as proposições apresentadas na Carta de Quito (1967) e mesmo no PCH. Ambos prevêem que o

> [...] fortalecimento dos agentes e das medidas preservacionistas se dê com vistas a que o patrimônio cultural fosse revalorizado em função do interesse público e para benefício econômico do país, cidades e comunidades. (DUARTE JR, 2010, p. 51).

No caso vassourense, o planejamento optou pela valorização de seu patrimônio como local de turismo de veraneio, indicando-o como possível alternativa de renda para o desenvolvimento do município. As atividades turísticas ainda incipientes se apresentavam como solução às poucas iniciativas econômicas desenvolvidas pelo município, sendo que o patrimônio cultural passou então a assumir função desenvolvimentista.

O PFTMV foi dividido em dois volumes, um de Caracterização e Proposições, e outro de Legislação. No primeiro, foi traçada a visão geral do município com as respectivas áreas urbanas e rurais, para assim delimitar as diretrizes de intervenção e os instrumentos legais. E o segundo volume registrou as leis propostas nesse planejamento que deveriam ser efetivadas pela Câmara Municipal e Prefeitura. Contudo, cabe registrar que essa análise foi pautada nas proposições referentes ao centro histórico tombado de Vassouras, excluindo-se, entre outras, as diretrizes de Paty de Alferes (município emancipado em 1987) e a área rural da cidade.

[51] Apesar do próprio Planejamento indicar nas suas proposições e diretrizes o problema das atividades industriais, não foi possível identificar quais atividades eram desenvolvidas em Vassouras naquele período, visto que até o presente momento o município não participa das atividades industriais do Vale Médio Paraíba.

A equipe técnica foi constituída por três arquitetos: Maria de Lourdes P. M. Costa[52] (Coordenadora da 1ª etapa), Ester Costa Paiva (Coordenadora da 2ª etapa) e Kayo Uotani; um engenheiro civil, José Fernando dos Santos, e uma geógrafa, Marilene Laurinda Gonçalves Pavão. Contando ainda com a colaboração de: Roberto Teixeira de Freitas (engenheiro florestal), Ana Maria Neves Ribeiro (geógrafa) e Mauro Macedo (economista), além de estudantes sem cursos especificados[53]. Nesse caso, apesar da predominância das áreas de arquitetura e engenharia, nota-se uma equipe interdisciplinar, com a inserção do geógrafo justificada pelo objetivo principal do planejamento, o ordenamento do solo. A organização do grupo era diferente, por exemplo, das equipes que elaboraram a maior parte dos planos urbanísticos do PCH, que segundo Márcia Sant'Anna (1995) era constituída predominantemente de arquitetos urbanistas.

Um dos primeiros aspectos abordados no texto visava discutir o desenvolvimento urbano da cidade de Vassouras, como reflexo da economia cafeeira. Os autores ressaltaram o papel de destaque da cidade, como centro urbano de prosperidade no período da expansão do café, considerando que

> [...] esta antiga condição ainda [...] se reflete na paisagem urbana do Município, com seus casarões e sobrados, residências de prósperos comerciantes e grandes fazendeiros, os chamados "barões do café" (PFTMV, 1978, p. 16).

Retomando os aspectos fundadores da região, acrescentaram à discussão que esta condição histórica seria o marco definidor dessa paisagem, que deveria ser preservada. Se o discurso do programa estadual partia do ordenamento do solo das cidades como um todo, para conter a urbanização desordenada, no caso específico de Vassouras iniciou-se um diálogo sobre a cidade com seu patrimônio tombado, que passaria a ser relevante nas possíveis e futuras ações de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, seus autores construíram discursivamente os aspectos principais da ordenação do solo vassourense pelo viés de marco de ocupação e paisagem. Indicava-se que a herança de seu passado deveria ser preservada e restaurada pelo seu significado histórico e cultural. Ressaltava-se que o restante da cidade se desenvolveu de forma espontânea, sem medidas efetivas de regulação a esse crescimento. Caberia ao planejamento, portanto, propor

[52] Maria de Lourdes Pinto Machado Costa: graduada em arquitetura pela UFRJ , desenvolveu trabalhos ligados a geografia e desenvolvimento urbano, coordenando a elaboração de planos diretores e planejamento urbanos.
[53] Não foram encontrados dados sobre os demais profissionais que atuaram nesse Planejamento.

medidas disciplinadoras do uso do solo que assegurassem "a valorização desse patrimônio e favoreçam a expansão das funções econômicas que desempenha, contribuindo para a elevação da qualidade de vida de sua população" (PFTMV, 1978, p. 16).

Um segundo aspecto abordado pelo planejamento referiu-se ao crescimento desordenado ligado à economia local. Os estudos identificaram que Vassouras necessitava um incremento econômico, visto que não participava ativamente dos avanços financeiros e industriais no Vale Médio Paraíba, como os municípios de Volta Redonda, Resende e Barra Mansa. Desse modo, aventou-se que os problemas urbanos desse município apresentavam estreita relação com a vida econômica e que a base desse planejamento se daria a partir dessa afirmativa.

Partindo-se desses aspectos, foram construídas as diretrizes e os métodos do estudo. Entre eles, dois devem ser destacados: o levantamento bibliográfico e a apresentação das proposições e problemáticas encontradas no cenário vassourense em seminário com a PMV, técnicos da SEPLAN e Ministério do Interior. A proposta de se conhecer o município, a partir do levantamento das obras de referência, demonstra preocupação com relação às produções anteriores e como essas poderiam auxiliar esse estudo. Mas nota-se apenas a inclusão de cinco autores na bibliografia listada, sendo que somente um deles se referia a Vassouras e seu contexto histórico. Em relação à apresentação das proposições desse planejamento em um seminário, percebe-se que a discussão se faz entre os poderes públicos nos três níveis: prefeitura, estado e união. Esse debate envolveu a Prefeitura e demais instituições como o IPHAN, INEPAC e USS, mas não foi aludida a participação ativa da comunidade, mesmo sendo ela a principal interessada a ser ouvida na elaboração do PFTMV, conforme sugerido originalmente na década de 1980, com os seminários propostos pelo IPHAN (Fundação Nacional *pró*Memória).

Como resultado principal, o planejamento propôs a regulamentação do uso do solo urbano, efetivado pelas Leis "do Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial, de Perímetros Urbanos, de Zoneamento, de Parcelamento do solo e Código de Obras, instrumentos indispensáveis ao planejamento urbano" (PFTMV, 1978, p.17). Dentre elas, a lei do Plano de Desenvolvimento, que idealiza a cidade, não teve desdobramentos sequenciais.

Entrando na discussão minuciosa das proposições apresentadas nesse Planejamento, a caracterização do município, com suas áreas rurais e dinâmica organizacional, foram construídas, por viés geográfico, com ênfase dedicada ao desenvolvimento econômico da

cidade. Demarcando aspectos da geografia local – caracterização do solo, seu atual esgotamento, devido ao desmatamento e voçorocas –, os autores reconstituíram a ocupação do município em função de sua topografia e hidrografia, remontando às suas diversas fases econômicas, desde o período de ocupação territorial até o parcelamento das áreas rurais para o turismo de veraneio na primeira metade do século XX.

Diferentemente das demais ações de preservação em imóveis isolados do Conjunto Urbanístico e Paisagístico de Vassouras, esse planejamento não buscou recuperar a historiografia local, mas adotou como base os textos já consagrados de Raposo, Taunay, Stanley Stein e Silva Telles, para a fundamentação das ações de preservação. Esse aspecto pode ser considerado, visto que o enfoque dado a esse estudo constituía-se num planejamento territorial, onde o desenvolvimento econômico da região servia de base para o crescimento do município e para a preservação do conjunto tombado. Um dos primeiros pontos a serem considerados nesta análise relaciona-se ao enfoque dado ao planejamento: o do desenvolvimento econômico pelo viés da geografia. Tal abordagem pode ser esclarecida não só pela leitura do PFTMV como também pela bibliografia citada: Aziz Ab'Saber, Bernardes Nilo, Odilon Matos e Alberto Lamego, geógrafos com livros publicados na década de 1950 e 1960, sendo que o último trata exclusivamente da ocupação do Médio Vale do Paraíba com um capítulo específico sobre Vassouras.

Portanto, a análise do uso da história nesse PFTMV fica comprometida pelo enfoque que lhe foi dado, o geográfico. Apesar disso, buscamos os pontos de interseção ou mesmo verificar se a história foi ou não negligenciada.

Buscando reconstituir as funções econômicas de Vassouras, um dos primeiros pontos do Planejamento referia-se à constituição da região como zona de passagem de rotas terrestres e eixo de circulação. Indicada como local de interação entre as "comunicações do Rio de Janeiro – porto e capital – com as capitanias de São Paulo e Minas Gerais" (PFTMV, 1978, p. 23), desde o século XVIII desempenhava essa função no qual atravessavam a parte oriental do que posteriormente constituiu o município. O eixo de circulação para a capital – principalmente pela Serra das Araras – foi classificado, até mesmo no momento de elaboração do Planejamento, como a principal rota de Vassouras e regiões vizinhas para a cidade do Rio de Janeiro.

Ainda caracterizando a região como via de circulação, os autores recorreram à malha viária proporcionada pela abertura da estrada do Comércio e da ferrovia. A primeira "por

iniciativa da Câmara do Comércio do Rio de Janeiro [...] em 1820 foi determinada a abertura de uma nova estrada, ou Caminho do Comercio, a principal estrada ligando o vale a baixada" (PFTMV, 1978, p. 23). Esta estrada teria como função escoar a produção do café de Vassouras ao porto no Rio de Janeiro, passando pelo Rio Iguaçu até a Baia de Guanabara. Esse último trecho da via foi complementado, posteriormente, com a instalação da ferrovia, a E. F. D. Pedro II "linha tronco da Central do Brasil, seguindo em direção a Barra do Piraí, pela garganta de Rodeio" (PFTMV, 1978, p. 25), deixando, assim, a cidade de Vassouras à margem do moderno e principal meio de circulação. Tal fato foi ressaltado pelos autores do planejamento, registrando que apesar de todo o desenvolvimento proporcionado pelo café, a cidade não chegou a ser incluída nesta rota desde seu início na década de 1860. A ferrovia só atingiu Vassouras em 1914, quando a produção do café já se extinguira na cidade, sendo que o ramal Governador Portela – Vassouras – Barão de Vassouras foi eliminado em 1968 pelo esvaziamento econômico da cidade (PFTMV, 1978), além dos incentivos do governo federal a partir da década de 1950 para a construção de autoestrada.

Especificamente sobre a área urbana do município, os autores indicaram três aspectos para a definição do traçado da cidade desde sua criação em 1833, sendo dois deles de ordem física. Primeiro, a topografia como condicionante, por esse sítio ser marcado por um relevo de morros alongados (Figura 27). O outro fator relacionava-se à hidrografia como fator de concentração urbana, delimitando um traçado de expansão lateral, no qual as ruas transversais iam em direção das principais nascentes. Por último, também foi indicado no planejamento, como elemento que ia além dos condicionantes de ordem física, a rota de circulação a partir da estrada da Polícia "à margem da qual a cidade se implantou, em terrenos pertencentes ao patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição" (PFTMV, 1978, p. 38), definindo assim a direção longitudinal do crescimento inicial de Vassouras.

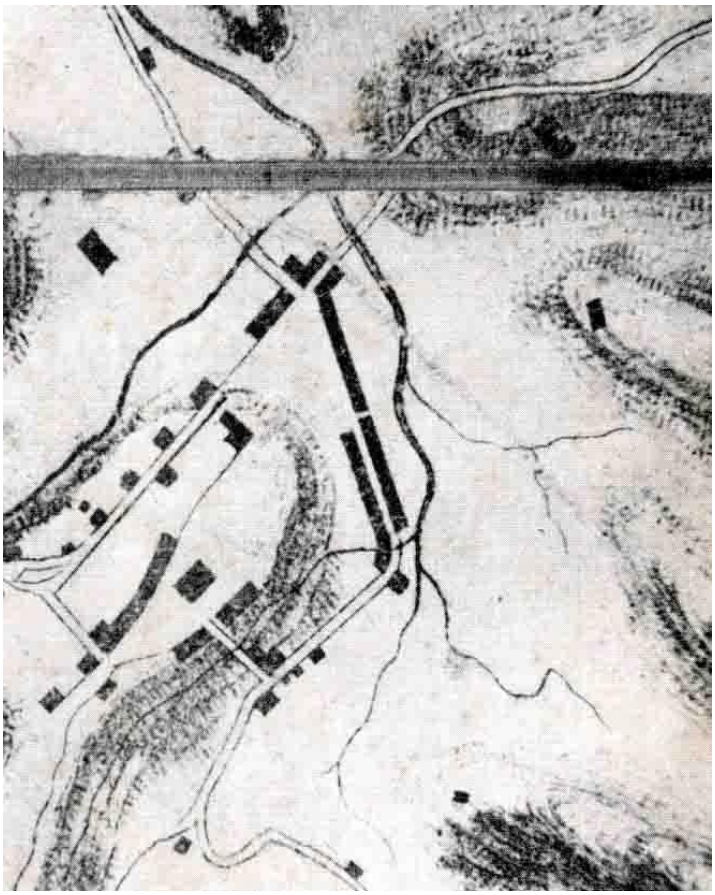


Figura 27 – Mapa de Vassouras, 1838
Fonte: Silva Telles, 1968.

Nota-se, nesses trechos, um diálogo com o enfoque dado por Alberto Lamego para a constituição do Vale do Paraíba. O "determinismo ambiental"[54] como fator de propulsão e desenvolvimento regional foi a todo instante demarcado em seu texto, apesar de o autor ressaltar que a "localização de Vassouras, é obra exclusiva da vontade humana, alheia as pré-indicadas condições determinadas do meio regional" (LAMEGO, 1950, p. 108). O geógrafo salienta que seu desenvolvimento só não foi maior por um "obstáculo geográfico", a ausência de ligação direta com o Rio de Janeiro, a capital do Império.

Esse mesmo tipo de concepção pode ser encontrado no texto de Silva Telles sobre a constituição do Vale, principalmente no capítulo sob o título de "O vale do Paraíba – caminhos e estradas – primeiras sesmarias – a vila de Pati do Alferes e a de Vassouras" (SILVA TELLES, 1968), em que Lamego foi amplamente citado. Foi justamente nesse último texto, que os elaboradores do Planejamento buscaram a indicação da existência de um primeiro plano urbanístico da cidade. Registraram que em 1853 foi contratado "um engenheiro francês para realização de levantamento físico da cidade e para a apresentação de

[54] Outras adjetivações como determinismo geográfico são utilizadas.

sugestões a nível de melhoramentos necessários" (SILVA TELLES, 1968; PFTMV, 1978, p. 39). E essa planta e levantamento estariam nos Arquivos da Câmara Municipal, indicando como fonte para essa constatação a pesquisa de Silva Telles, "Vassouras, estudo da construção residencial urbana".

Outro aspecto demarcado na Caracterização do Planejamento Físico relacionava a ocupação de Vassouras em decorrência da expansão da lavoura de café, fator determinante na ocupação desse território e na fundação da cidade, marcada como memória espacial. Tecendo um histórico de sua constituição, o Planejamento aventava que, antes do café, a região era composta de pequenos engenhos de açúcar e roças ao longo do Caminho Novo (estrada que ligava a Minas Gerais). Tal função era residual e de pouco retorno econômico no período. Além desse aspecto remontam que a fundação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes em 1755, elevada a Vila em 1820, recebendo o título de sede do Município, "condição que perderia treze anos mais tarde, quando se erigiu em vila o embrião do núcleo urbano de Vassouras" (PFTMV, 1978, p. 23). Desde então, a lavoura de café passou a ser o principal produto de toda a região, tendo Vassouras como seu principal exportador. A partir dessa afirmativa o texto tentou demarcar: em que medida a cultura do café refletiu na ocupação desse espaço; como esse mesmo, por sua vez, a propiciou; e quais foram seus aspectos sociais.

Nesse sentido, foi destacado o "espírito empreendedor dos fazendeiros de Vassouras" em comparação às demais Vilas da região (Figura 28), como a própria Pati do Alferes. E sua centralidade, tanto na exportação de café quanto na produção cultural, como pode ser notado na afirmativa abaixo:

> Em Vassouras, os grandes fazendeiros originaram um núcleo urbano que em poucas décadas ascendeu à condição de verdadeira cidade. Por iniciativa pessoal, construindo ricas mansões na cidade e nelas residindo por esforço coletivo, eles não só criaram a cidade de Vassouras, como dela fizeram um importante centro da vida regional. Centro regional, por suas funções econômicas, especialmente a de coleta da produção cafeeira e de ponto intermediário nas trocas com a capital imperial, e por sua função cultural, oferecendo inúmeros atrativos, como colégios dirigidos por professores estrangeiros e espetáculos teatrais apresentados por companhias de sucesso no Rio de Janeiro (PFTMV, 1978, p. 24).

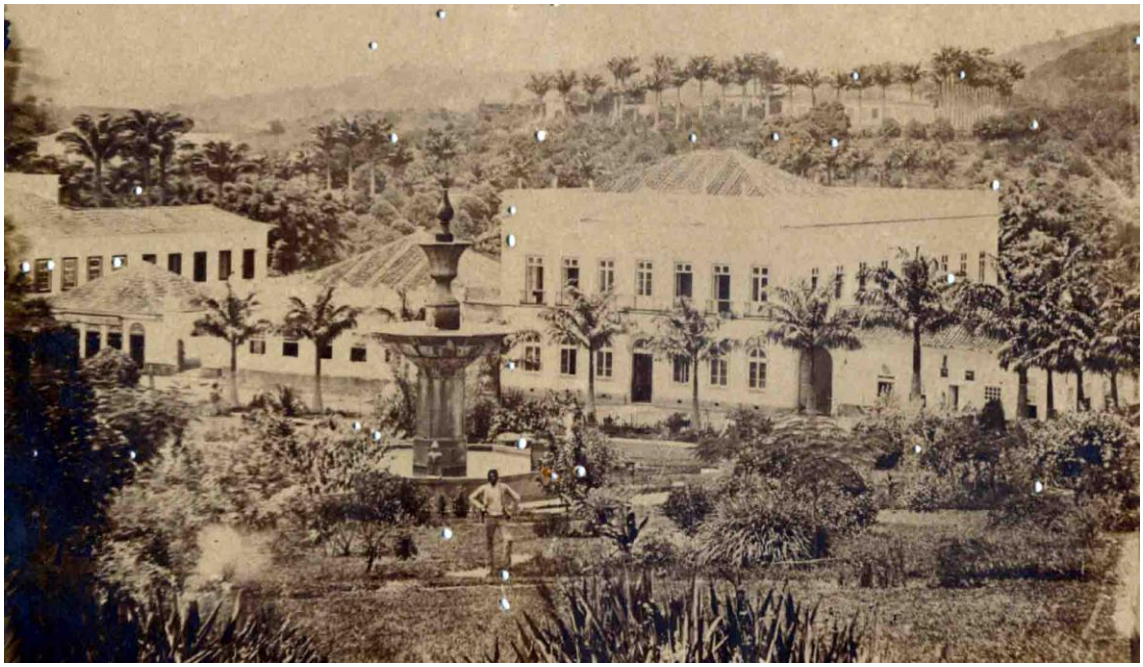


Figura 28 – Praça Barão de Campo Belo, c. 1897.
Fonte: ETMP, acervo digital.

Visando demarcar o empreendedorismo do grupo vassourense, os autores aludem que esse resultou numa vila de grande desenvolvimento e prosperidade na qual se associou a vida urbana e a rural, marcando a malha urbana com a disposição e volume de seus imóveis. E mesmo o papel desempenhado por esse grupo na administração na Câmara Municipal e na Irmandade Nossa Senhora da Conceição proporcionou uma série de medidas de caráter urbanísticos e desenvolvimentistas. Tais conceitos também foram encontrados em Lamego.

> Como o melhor exemplo do poder extraordinário do café como agente transformista da paisagem serrana, a formação de Vassouras chega mesmo a ser paradoxal. Em nenhuma outra zona fluminense veremos essa grupação [sic] de valores humanos, tendentes num só tempo a extraírem da terra uma grande abastança e fazerem-na florir em empreendimentos urbanísticos. (LAMEGO, 1950, p. 107).

Os empreendimentos urbanísticos dessa peculiar sociedade cafeeira nos remete, então, a um terceiro aspecto construído pelo Planejamento: o "resíduo" da memória cafeeira na configuração urbana de Vassouras. É, portanto, neste momento do texto que seus autores fazem referência ao conjunto tombado pelo IPHAN, destacando seus bens isolados, como a Praça Barão de Campo Belo, Igreja Matriz, e Prédio da Prefeitura (Figura 29).

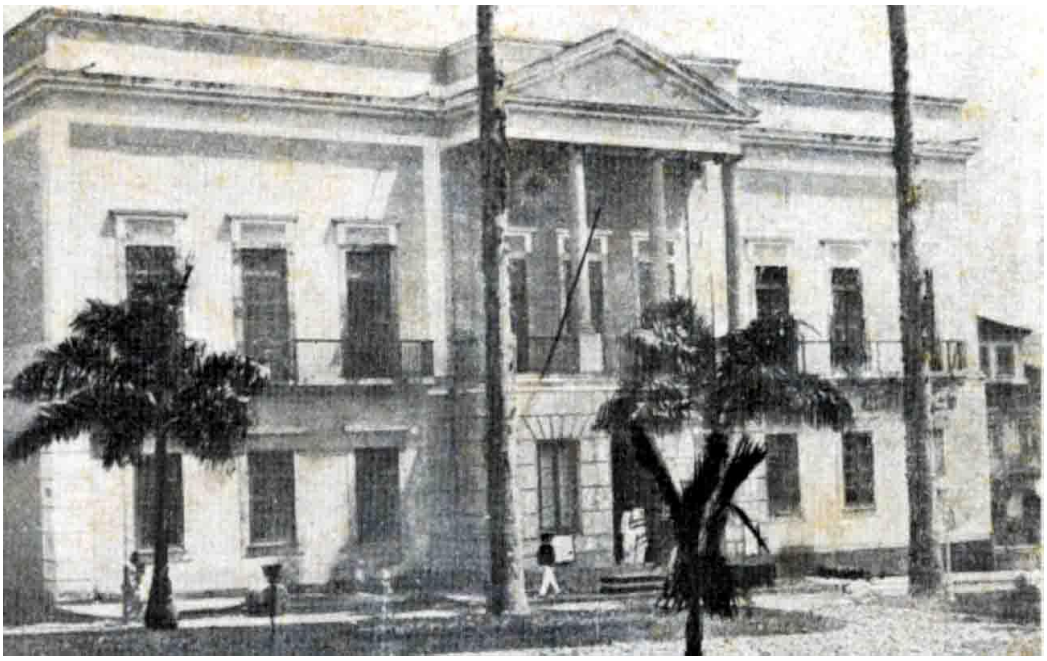


Figura 29 – Prefeitura Municipal, antiga Casa de Câmara e Cadeia, 1933.
Fonte: ETMP, acervo digital.

Esse "resíduo" da memória cafeeira foi destacado tanto nos aspectos de prosperidade e pompa da região, como em sua fase de declínio e decadência, além dos problemas já citados com a estrada de ferro. Os autores elencam três motivos para o fim do ciclo do café em Vassouras e apontam seus reflexos na paisagem urbana encontrada no ano de elaboração do Planejamento: uso de técnicas agrícolas obsoletas; descuido da conservação do solo e a abolição do trabalho escravo. Tais aspectos foram preponderantes para o deslocamento da produção deste insumo para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, diminuindo fortemente as funções econômicas dessa região. Constatando que esta agricultura, com técnicas agrícolas ultrapassadas e o descuido do solo, acarretaram desmatamento, erosões e voçorocas que caracterizavam a paisagem encontrada na década de 1970.

Portanto, essa herança do período cafeeiro foi considerada por esses autores como determinantes na estagnação econômica da cidade, que passou a contar com pequenos empreendimentos no decorrer dos anos. Ao caracterizar o município a partir do século XX, de forma sintética, seus autores citaram a pecuária leiteira e laticínios desenvolvidos na virada do século como uma das funções econômicas desenvolvidas após o declínio do ciclo cafeeiro. Apesar de ter sido considerada de pouco rendimento econômico, por não atingir grandes proporções como o café, gerou nova fonte de renda ao município e também garantiu a fixação de contingente humano nas áreas rurais.

Por último, os autores indicaram dois fatores que, a partir das décadas de 1930 e 1940, incidiram diretamente na economia de Vassouras, sobrepujando o declínio e estagnação já iniciados com o fim da produção do café: o crescimento urbano acelerado da cidade do Rio de Janeiro com a formação de sua área metropolitana e o início da expansão das atividades industriais do Médio Vale do Paraíba. Esse crescimento do Rio de Janeiro com a formação de novas áreas habitacionais desencadeou "novas necessidades de abastecimento alimentar e dos novos hábitos - como os de lazer nas áreas serranas próximas, de clima mais ameno durante o verão" (PFTMV, 1978, p. 26). Vassouras e regiões adjacentes passaram a adquirir nova função com o turismo de veraneio, tendo então suas fazendas e lotes sido desmembrados para a composição de hotéis fazendas.



3 de Setembro de 1961 || Diretor e Proprietário: Argemiro da Cunha Jordão || Colaboradores Diversos || ANO XXV

Turismo - Necessidade Fluminense

Estado do Rio — Cenário encantado das mais belas paisagens Brasileiras e berço dos mais ilustres homens do Brasil

ALBERTO LIMA (Da Academia Valenciana de Letras) Especial para o «Correio de Vassouras»

Nossa predileção pela dadivosa terra fluminense, data desde os primórdios da terceira decada do século, quando ingressámos no quadro social do então Centro Excursionista Brasileiro, hoje Centro dos Excursionistas, atualmente bem instalado em sede própria, no coração da "Cidade Maravilhosa", como entidade de escól, propagadora das nossas belezas naturais.

Foi, o veterano alpinista Hugo Brume que nos iniciou no sadio esporte do Excursionismo, tanto do agrado dos estrangeiros, aqui radicados.

Nessa afastada época, pois, já lá vão mais de 30 anos, começamos a excursionar pelos municípios mais próximos, a partir de Vassouras, quando ainda muito se ouvia, frequentemente, falar na célebre "Chácara da Hera", outrora pertencente ao benemérito e querido Barão de Vassouras — FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA LEITE — oriundo da freguesia de Conceição da Barra, Comarca de São João d'El-Rei, Minas Gerais.

Valença, Mangaratiba, Magé, Paratí, Teresópolis, Petrópolis, Nova Friburgo, Piraí, Araruama, Macaé, Cabo Frio, São Pedro, d'Aldeia, Angra dos

VASSOURAS — *Sugestivo aspecto da Praça Campo Belo, vendo-se ao fundo, a Igreja-Matriz de N. S. da Conceição.*

Figura 30 – Divulgação sobre turismo
Fonte: Jornal Correio de Vassouras, 03/09/1961.

A expansão das atividades industriais no Médio Vale do Paraíba aprofundou a marginalidade de Vassouras, em relação às rotas viárias pela instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda e pelo asfaltamento de grande parte do trecho da BR-116 (interligação entre Rio e São Paulo). Nesse quadro, Vassouras assumiria novamente papel secundário, somente minimizado a partir da construção da BR-393, entre Volta Redonda e Três Rios, na década de 1960. Com essa abordagem, os autores aventaram que o processo de revitalização da economia da cidade só foi efetivado com a instalação dessa

rodovia "que rompeu um processo histórico que vinha se alongando, qual seja, o de marginalização em relação aos principais eixos de circulação" (PFTMV, 1978, p. 27). Essa via, em futuro próximo, permitiria a introdução de uma nova função: centro de ensino universitário.


O Globo 11 VII 72.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS APLAUDE A DESAPROPRIAÇÃO DOS CASARÕES HISTÓRICOS

ÍNTEGRA DA MENSAGEM DA CÂMARA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

VASSOURAS VIRÁ A SER MESMO A COIMBRA BRASILEIRA

Figura 31 – A Coimbra brasileira.
Fonte: Jornal O Globo, 11/12/1972.

A partir dessa caracterização, os elaboradores do planejamento buscaram enfatizar o determinismo ambiental ao longo das diversas funções econômicas desempenhadas em Vassouras. Em suma, os fatores principais para o lento desenvolvimento econômico da cidade foram: o "resíduo" da memória cafeeira no solo e no viver, e a sua posição marginal em relação às vias principais de circulação. Ficou demonstrado assim, como esse espaço foi marcado por essas duas instâncias em consonância a fatores ligados a sua topografia, como pode ser verificado na afirmativa abaixo:

> Do ponto de vista de uma analise intramunicipal, estas mesmas condições de acessibilidade, a que se aliam as de natureza topográfica, influenciariam na definição espacial das atuais formas de uso do solo: a sul e leste, nas áreas da serra, e do vale do Ubá, os loteamentos de lazer e a horticultura; no restante do território, onde predomina a paisagem de "mar de morros", a pecuária extensiva. Por último, ainda é a topografia um fator físico determinante dentro da própria sede municipal: os alinhamentos paralelos de cristas e vales balisaram o traçado das vias de circulação e enquadraram o espaço urbano. (PFTMV, 1978, p. 28).

Essa abordagem, quem tem em Lamego sua maior fonte, reconstituiu a narrativa econômica do Município de Vassouras pelo viés geográfico, em uma abordagem diferente do discurso apresentado pelo IPHAN sobre esse conjunto tombado. Buscando verificar o uso da pesquisa histórica na preservação, objeto da presente pesquisa, cabe aqui analisar as propostas de preservação do centro histórico ou aquelas que incidem diretamente sobre ele.

Alguns aspectos na caracterização da área urbana chamam a atenção, para compreender a conjuntura do centro histórico de Vassouras, no período de elaboração do planejamento. Inicialmente, devem ser salientadas as pressões demográficas sofridas pelo município. Os autores consideraram que a marginalidade de Vassouras em relação às outras cidades da região e a pouca diversificação de sua economia fizeram com que essa permanecesse com características rurais, não sofrendo grandes pressões demográficas, indicando que, "se não permaneceu estacionário [...] por longo tempo, deu-se em ritmo lento" (PFTMV, 1978, p. 37).

Outro aspecto se refere à dinâmica populacional da área urbana do município, de 1950 a 1970. Utilizando recenseamentos do IBGE, os autores do Planejamento consideraram que houve aumento dessa população urbana, passando de 4.973 habitantes em 1950 para 10.089 em 1970, ressaltada após a instalação da universidade e incidindo diretamente em uma população flutuante (PFTMV, 1978). Além desse acréscimo populacional, o centro histórico estava se adensando, mas com valores relativamente baixos (75 habitantes/hectares), podendo ainda ser encontrados lotes vagos nessa área. Por outro lado, a concentração das funções comerciais nesse centro, ainda do período de fundação da cidade, já vinha sendo indicada como um dos fatores conflitantes para a preservação desse patrimônio, devido à descaracterização de alguns imóveis.



Figura 32 – Restaurante Vicentinho, c. 1933 e 2008.
Fonte: ANS, Obras e Isabel Rocha.

Determinada essa conjuntura, o Planejamento buscou "preservar e valorizar o significado cultural e histórico de Vassouras" (PFTMV, 1978, p. 62) a partir de seu

patrimônio arquitetônico e valores paisagísticos. Tendo como foco a recuperação dessa paisagem e o incentivo ao turismo de veraneio, tentou-se retomar e manter o equilíbrio do conjunto. Para isto, utilizou-se dos seguintes instrumentos: a) Lei do Perímetro Urbano que previa sua definição e suas principais áreas de expansão; b) Lei do Parcelamento do Solo que previa a delimitação dos novos loteamentos; c) Código de Obras que determinava as novas construções, obras e reformas no município; d) Lei de Zoneamento que classificava as diversas áreas da cidade, entre elas a Zona de Proteção ao Patrimônio Histórico. As duas últimas medidas legais incidiram diretamente na preservação do conjunto tombado, as quais serão detalhadas a seguir.

A divisão em zonas visava delimitar a ocupação da cidade; para a zona central buscava proporcionar amenidades na paisagem urbana e seu entorno, sem interferir diretamente no volume e equilíbrio do conjunto. Estava dividido em quatro zonas e três áreas de expansão: Zona Central ou de Proteção ao Patrimônio Histórico (ZC); Zona Residencial Um (ZR-1); Zona Residencial Dois (ZR-2); Zona de Proteção Paisagística (ZP); e Áreas de Expansão Urbana Um (AEU-1), Dois (AEU-2) e Três (AEU-3). Foram publicadas em formas de leis, definindo cotas e gabaritos, tipos de edificações e serviços nas diversas áreas, além de direcionar possíveis expansões do município (PFTMV, 1978).

A ZC compreendia a área tombada pelo IPHAN criando uma zona de entorno com as respectivas áreas comerciais; ruas Caetano Furquim e Domingos de Almeida, trecho da rua Expedicionário A. Ramos, Praça Martins Nóbrega, Irmã Maria Agostinha, Teixeira Leite, Otávio Gomes e Athayde Parreiras.

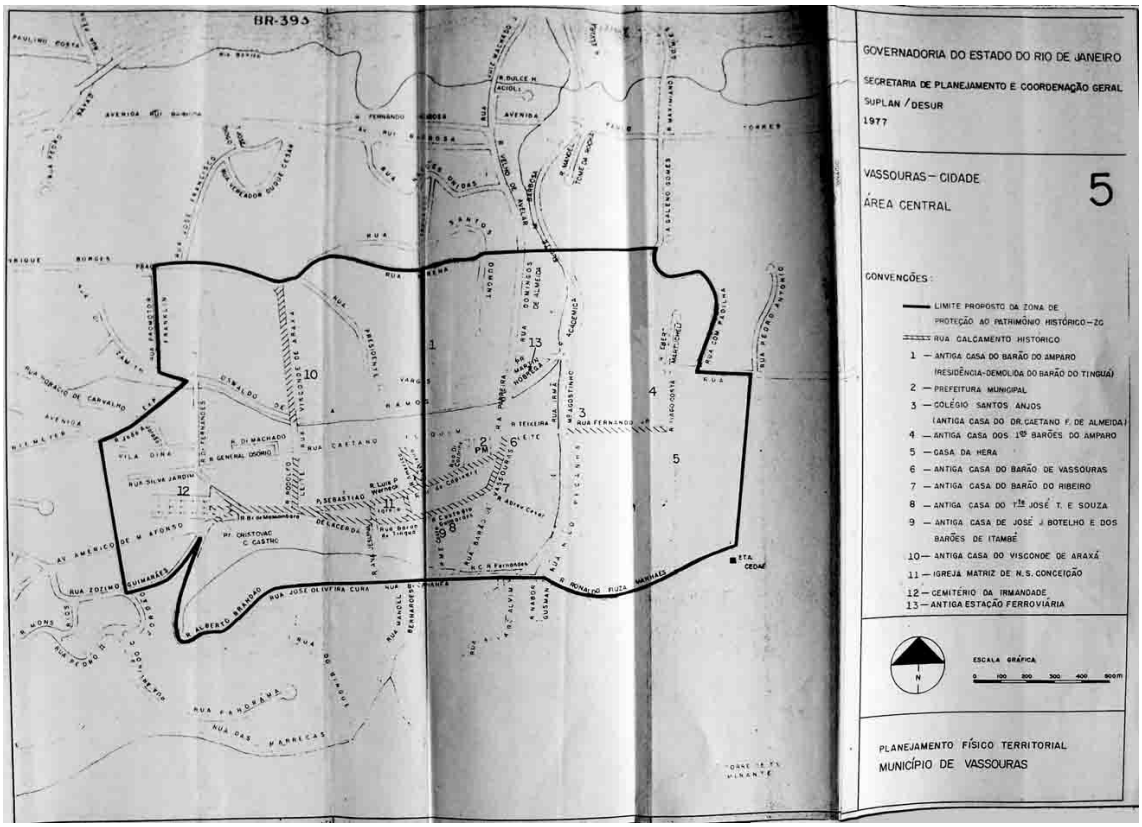


Figura 33 – Zona Central.
Fonte: PFTMV, 1978, prancha 5.

Para essa área pretendia-se evitar a excessiva renovação urbana, limitando-se o gabarito máximo de 8,5 m, fixando-se a taxa de ocupação dos lotes em 60%, não permitindo a instalação de grandes casas de comércio, neste caso, visando à descentralização desses e de demais serviços como escolas e creches. Além disso, era sugerido que se restringissem as "construções novas, bem como as reformas nas fachadas e cobertura" (PFTMV, 1978, p. 75) que destoassem ou fossem desproporcionais ao conjunto. E, por fim, recomendava-se que fosse preservado o conjunto de edificações das décadas de 1930 e 1950 circundante à área tombada, em grande parte concentrado na Rua Caetano Furquim, fugindo ao padrão de preservação proposto no tombamento do IPHAN. Nesse último aspecto, o Planejamento trouxe nova leitura ao conjunto vassourense, atribuindo valor a imóveis ainda não consagrados pelo IPHAN. Reconstituiu, assim, não só a narrativa cafeeira preconizada pelo tombamento, mas também os diversos períodos econômicos e sociais posteriores de Vassouras.



Figura 34 – Rua Caetano Furquim, c. 1940.
Fonte: Acervo Restaurante Sabor do Vale, Vassouras.

Em relação ao Código de obras, somente o Art. 4° faz referência ao conjunto tombado, legislando sobre as obras ocorridas em seu perímetro e entorno. Esse indica que, em se tratando de imóvel tombado em nível federal ou estadual deveriam ser ouvidos os respectivos órgãos gestores – IPHAN e INEPAC – para os quais a prefeitura submeteria os pedidos de licença para a execução dessas obras, sejam elas maiores ou menores. Delimitando a área que posteriormente o IPHAN consagraria como entorno do conjunto tombado pela Portaria 12/86, o código de obras também previa tratamento diferenciado para essa área. Dispondo, da mesma forma que o Decreto Lei 25/37, que sem a prévia anuência do órgão competente não poderia ser expedido

> [...] às [sic] licenças referentes à imóveis situados nas proximidades do bem tombado e a aprovação, modificação ou construção de projetos de obras que possam repercutir de alguma forma na segurança, na ambiência ou na visibilidade do bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente, sob pena de ser mandado demolir a obra. (PFTMV, 1978, p. 69).

Inserindo claramente a ambiência e a paisagem como pano de fundo desse monumento e passíveis de serem preservadas, tal ato se daria pela atuação da zona de Proteção Paisagística (ZP), que englobava basicamente o Morro da Vaca.

A partir da caracterização apresentada pelo Planejamento nota-se que o centro histórico não sofria, nesse período, significativa pressão que pudesse descaracterizá-lo como um todo, nem mesmo pela ação dos proprietários de imóveis com reformas e obras irregulares, já que estas se apresentavam em volume reduzido e ainda não representavam grandes ameaças ao conjunto.

A preservação proposta como discurso de planejamento e ação integrada entre município e estado, buscando valorizar economicamente o patrimônio, se restringiu mais em nível de discursos do que realmente prática no sítio vassourense. Além das práticas de preservação não se alterarem após a elaboração do Planejamento, permaneceram as intervenções isoladas, indicadas pelo IPHAN em seus pareceres para obedecerem aos parâmetros do novo instrumento legal. Ou seja, procurou-se valorizar o Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras pelo incremento do turismo, principalmente o de veraneio, mas continuou-se exercendo as práticas de preservação dos períodos anteriores.

Consagrava-se, assim, o valor atribuído anteriormente pelo IPHAN, relacionado à apreciação estética do conjunto ("monumento-documento"), preservado enquanto monumento. O PFTMV avançou, ao propor a proteção integrada e a salvaguarda dos imóveis da área de entorno, edificados de 1930 a 1950, atribuindo nova significação ao sítio tombado. Contudo, este foi preservado como monumento isolado, tendo sido o controle da zona central de ocupação o principal instrumento frente à possível descaracterização ou quebra do equilíbrio do conjunto.

Assim, o que se constata é que, no Planejamento Físico, a História foi utilizada como pano de fundo ao "determinismo ambiental", um instrumento de reconstituição das funções econômicas desempenhadas nesse território, desde as primeiras ocupações efetivadas pelo turismo de veraneio e centro universitário da década de 1970. Nesse sentido, o Planejamento buscou demarcar seu estado de estagnação econômica e propor medidas para desenvolvê-lo e melhorar a qualidade de vida de seus moradores, indicando o diálogo com os principais instrumentos patrimoniais – através de cartas, recomendações e órgãos de proteção – como um meio eficaz para a preservação desse conjunto, propondo seu plano de desenvolvimento voltado à contenção dos problemas ocasionados pela urbanização desordenada e o turismo como propulsor da economia dessa cidade.

3.2. SUSTENTABILIDADE E GESTÃO PARTICIPATIVA:

O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE VASSOURAS

O Ministério das Cidades, criado em 2003, passou a concentrar e promover um debate sobre o novo modelo de planejamento urbano, sobre como seria cada cidade em relação aos seus habitantes, alterando o foco e a ordem vigente, inserindo o cidadão como ente de decisão, à luz do Estatuto das Cidades (Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001). Propunha a gestão democrática por meio de participação popular e das diversas esferas de governo, visava o planejamento das cidades "de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente" (Estatuto das Cidades, 2001, p.1) adotando como instrumento principal os Planos Diretores em nova abordagem: participativa.

O Plano Diretor Participativo (PDP), obrigatório para cidades acima de 20 mil habitantes, previa uma inserção democrática, envolvendo a população no processo de sua elaboração através de plenárias, debates com entidades e/ou associações representativas da coletividade, além de audiências públicas, por meio das quais os diversos interesses expostos fossem debatidos (Estatuto das Cidades, 2001). Amplamente divulgados pelo Brasil, os planos urbanísticos, assim como em outros programas governamentais nas décadas anteriores, incidiram diretamente sob os sítios históricos tombados, passando a partir de então a ser incrementados pelo Plano Diretor Participativo, instrumento utilizado pelo Programa Monumenta/BID/MinC.

Nesse contexto, Vassouras foi contemplada no âmbito do Programa Monumenta, em sua fase de ampliação para todo o território nacional a partir do ano de 2001, com recursos para a elaboração de seu plano junto a outras seis cidades com tombamentos pelo IPHAN: Corumbá (MS), Igarassu (PE), Laguna (SC), Pelotas (RS), Rio de Contas (BA) e Sobral (CE).

Tendo como premissa a participação popular, era precedido do Termo de Referência do Plano Diretor Participativo elaborado por equipes locais. Vassouras teve seu termo construído por representantes da prefeitura, Universidade Severino Sombra e IPHAN (através do ETMP) entre 2003 e 2005. Das cidades listadas aprovadas para elaboração do PDP no mesmo período, somente Vassouras contou com participação direta do IPHAN, fato que se deu a pedido da prefeitura local que sugeriu a arquiteta Isabel Rocha para acompanhar o

processo de elaboração do Plano. Diferentemente do caso vassourense, nas demais cidades comtempladas pelo Programa Monumenta a atuação do IPHAN se restringiu ao exercício das funções legais e técnicas – fiscalização, orientação e aprovação dos projetos –, e não propriamente à elaboração dos planos, projetos e/ou gerenciamento do programa (SANT'ANNA, 2004). Assim, nas demais cidades que tiveram o Termo de Referência aprovado nesse período, esses foram elaborados pelas respectivas secretarias municipais.

Antes de entrar nas minúcias desse plano, cabe registrar os discursos preconizados pelo Programa Monumenta para se compreender o quanto esses foram reproduzidos e difundidos no cenário vassourense. Instituído na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), esse programa teve sua fase de desenvolvimento a partir de 1997, mas iniciou efetivamente suas atividades a partir do ano 2000, visando desenvolver ações de preservação e conscientização dos setores populares e privados sobre uma conservação sustentável do patrimônio cultural (MONUMENTA, 2005). Entre seus idealizadores, atuando na coordenação internacional estava Arthur Darling, economista do Inter-American Development Bank (BID) e, na coordenação nacional, o arquiteto Pedro Taddei Neto. Ambos procuraram desenvolver um programa que representaria nova fase para a preservação brasileira.

Optando por elaborar projetos de preservação integrada com os poderes públicos locais, a preservação desses sítios urbanos seria efetivada por intervenção direta com restauração dos bens e estruturação urbana. O Programa Monumenta incentivava a instalação de atividades comerciais e turísticas como premissa de sustentabilidade para esses espaços tombados. Pontos esses que foram contemplados na proposta para revitalização do Conjunto Paisagístico e Urbanístico de Vassouras a partir do PDPV.

Em sua fase inicial de ação, a partir dos anos de 2000, o Programa Monumenta optou por eleger uma lista de prioridades de conservação dos sítios e conjuntos urbanos tombados, no qual visavam, discursivamente, abranger a "complexidade e multidimensionalidade da história e da memória coletiva da sociedade brasileira" (DUARTE JR., 2010, p. 64). E o fez desconsiderando a lista apresentada pelo IPHAN na Carta-Consulta ao BID em 1996, na qual seriam contempladas setes cidades "representativas das problemáticas de conservação existentes no país, englobando setores urbanos degradados, cidades médias tombadas e conjuntos de monumentos em centros metropolitanos" (SANT'ANNA, 2004, p. 260). Ao desconsiderar a lista do IPHAN, o Programa Monumenta optava por uma nova prática,

buscando romper com as discussões apresentadas por esse órgão. A mudança foi justificada pela necessidade de se avançar em relação ao patrimônio selecionado pelo IPHAN, trazendo à cena outras narrativas,

> [...] lugares e expressões que ainda não haviam sido devidamente incorporada ao chamado patrimônio histórico e artístico nacional, talvez por não terem sido produzidos no período colonial e por refletirem a rica diversidade da cultura nacional (DUARTE JR., 2010, p. 64).

Nessa proposta de rompimento com as ações do IPHAN e buscando uma nova abordagem de preservação dos sítios urbanos, os consultores do Monumenta elaboraram uma lista com 101 (cento e um) sítios equacionados verticalmente em valores de importância local, nacional e internacional, de caráter excepcional. Foram classificados em Sítios Históricos Urbanos Nacionais (SHUNs), correspondentes aos sítios tombados pelo IPHAN, e em Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais (CUMNs), aqueles que possuíssem no mínimo dois imóveis tombados, mas que fizessem relações entre si, articulados pela presença de elementos urbanos. Foram sistematizados por características como: organicidade, densidade cronológica, regionalização da memória nacional, antiguidade e escassez de expressões arquitetônicas, principalmente as dos séculos XVI e XVII (JANCSÓ, 2000; SANT'ANNA, 2004). O primeiro dessa listagem foi o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça São Gonçalves Dias (MA), mas sítios já amplamente abrangidos por outros programas de preservação, como Ouro Preto (MG) e Salvador (BA), estavam entre os primeiros na ordem de prioridades (9° e 10° respectivamente), sendo o conjunto vassourense classificado como SHUNs na 52° posição. Duarte Júnior (2010), ao fazer um balanço dessa lista de prioridades, por estado da federação, verificou que os que tiveram maior número de áreas classificadas de interesse cultural foram os estados de Minas Gerais com 12 SHUNs e 8 CUMNs; Bahia, com 9 SHUNs e 11 CUMNs; e Rio de Janeiro, com 8 SHUNs e 5 CUMNs (Duarte Jr., 2010, p. 72), prevalecendo o eixo de preservação indicado nas práticas iniciais do IPHAN, reproduzindo a atribuição de valor da arquitetura colonial.

O Programa Monumenta partia do princípio que o Estado, a longo prazo, não seria um meio eficiente "para conservar os bens culturais, sendo, portanto, essenciais o aporte de investimentos privados e a mobilização da sociedade civil" (SANT'ANNA, 2004, p. 262). Assim, o patrimônio cultural seria capaz de proporcionar um recurso específico, gerador de renda, em que múltiplos sentidos fossem socialmente construídos (identidade e inteligibilidade) pela valorização da diversidade e da complexidade da realidade social brasileira. A sua preservação seria um ato político, como produção de sentido, em que

determinada posição e escolhas fossem tomadas. Portanto, uma construção narrativa sobre o passado que necessitava ser recomposta ou então negada (DUARTE JR. 2010, p. 65). Esses enunciados articulados vão confluir em um novo discurso da "cidade-instrumento"[55], no qual o valor histórico-cultural tornou-se elemento conceitual das intervenções desse período. Esse discurso pode ser caracterizado pelo "patrimônio cultural como recurso social e econômico a ser utilizado como ferramenta do desenvolvimento, situado além do mero empreendimento turístico/de lazer voltado unicamente a visitantes" (DUARTE JR., 2010, p. 65). Congregando os discursos anteriores de "cidade-monumento" e "cidade-documento", somam-se as preocupações com a cidadania, qualidade de vida intercalados ao mercado e economia. Preconizando o ato de preservação urbana como algo a ser cumprido dentro da cidade e por essa, o sítio seria então alvo de gestão e revitalização temporárias, de interesses culturais.

Recorrendo aos conceitos teóricos da Nova História[56] e a uma abordagem antropológica (DUARTE JR., 2010), o Programa Monumenta em seu *Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural*, tratou da pesquisa histórica como parte integrante da identificação e conhecimento do bem, e dos fundamentos básicos do projeto de restauro arquitetônico e espaços públicos, tendo como objetivo principal conhecer e situar no tempo, identificar sua origem, função e seu percurso histórico. Visava também à sistematização de informações das áreas urbanas e seu contexto socioeconômico e cultural ao longo do tempo (MONUMENTA, 2005, p. 38). Nesse sentido, o Programa procurou distinguir a abordagem dos arquitetos (representativos do IPHAN) e a dos historiadores, optando por tratar esses sítios selecionados pelo viés de uma narrativa histórica, no qual

> [...] a pertinência da preservação de um bem cultural repousaria na sua condição de emanar inteligibilidade histórica, de se constituir em produtor de memórias e de vínculos identitários, demarcando não um mas diversos níveis de memória. (DUARTE JR., 2010, p. 68).

Opunha-se ao patrimônio considerado como integrante de uma "grande" memória nacional ou vetor de construção de um nacionalismo. Curioso é constatar que o movimento de ruptura do Monumenta é o mesmo que o realizado pelo IPHAN antes da década de 1980, no

[55] O conceito de "cidade-instrumento" tem origem a partir da discussão apresentada por Sant'Anna (1995) de "cidade-monumento" e "cidade-documento". Duarte Junior amplia essa discussão sugerindo que o Monumenta insere uma nova fase para a preservação das cidades. A essas não caberia somente a indústria do lazer e turismo e sim um desenvolvimento econômico ligado às necessidades básicas das cidades, seria um instrumento de desenvolvimento para além das necessidades dos visitantes.

[56] A Nova História é aqui compreendida como a corrente historiográfica oriunda da década de 1970, considerada como a terceira fase da Escola dos Annales, tendo como base os trabalhos de Jacques Le Goff e Pierre Nora. No Brasil a Nova História foi amplamente difundida na virada da década de 1980 e 1990.

qual se buscava romper com o eixo de concentração de ações no sudeste brasileiro e os valores já consagrados nas ações de preservação nacionais.

Nesse contexto, seguindo os parâmetros do Programa Monumenta, o Termo de Referência de Vassouras foi aprovado e os recursos liberados no decorrer de 2006, sendo que as plenárias para elaboração do Plano Diretor ocorreram de 28 de abril a 4 de outubro do mesmo ano. As atas descrevem significativa participação da população e entidades públicas e civis nas plenárias dos distritos e muito menor na sede do município. E nesse caso a presença direta do ETMP aproximou os discursos do Programa Monumenta com os discursos preservacionistas do IPHAN para o sítio vassourense. Mas, por questões políticas locais[57], o Termo de Referência foi desconsiderado, havendo a contratação de Consultoria composta de somente um arquiteto para a elaboração do Plano Diretor Participativo de Vassouras, abandonando completamente os pactos propostos anteriormente.

Em meio ao jogo político, transparecem nas Atas do Seminário do I PDPV, transcritas entre 28 de abril a 06 de novembro de 2006, alguns aspectos conflituosos acerca da elaboração desse plano, incluídos: denúncias por parte da sociedade civil sobre fraudes na licitação da contratada; uso da máquina administrativa para sua elaboração, com funcionários da prefeitura com acúmulo de funções; além de reclamações acerca da diminuição dos membros dos comitês e falta de divulgação para a sociedade civil das plenárias por meio de mídia impressa e televisa conforme o contrato licitado. Mesmo em meio a esse processo conturbado, o PDPV foi aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pela Lei nº 2.270 de 20 de março de 2007 pelo prefeito, mas não chegou a ser implementado, e, portanto, não houve retorno para a cidade.

O PDPV foi elaborado pela empresa de consultoria *Getúlio Junior Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente,* através de seu arquiteto Getúlio Leal Barbosa Junior e com a colaboração de assessores municipais destacados para acompanhá-lo: Cristiano dos Santos Barreto (arquiteto), Gustavo Amaral Bastos Areas e Alan Bernardo Coelho de Souza (engenheiros civil), Carlos Alberto Vieira Pereira (cad-design) e Eliane Fátima Dantas Itapicurú Belo (assessora jurídica). Além da colaboração do Conselho da Cidade de Vassouras (CONCIDADES) e do Comitê Gestor com a representação do IPHAN, USS, FAMOV, ONG's, Sindicato dos Trabalhadores e vereadores da Câmara Municipal de Vassouras.

[57] Entre os anos de 2004 e 2006, as eleições municipais foram questionadas no TRE, ficando a Prefeitura a mercê ora de um ora de outro candidato, conforme as decisões judiciais. Até a decisão final que elegeu novo Prefeito, afastando do poder público o grupo que havia consolidado o Termo de Referência do PDP.

Assim, com o predomínio de servidores municipais, formou-se uma equipe técnica composta de engenheiros e arquitetos, diversificada pelo o que seria a ação do Comitê Gestor com a representação de várias entidades. Contudo, a Comissão do Plano só foi chamada a emitir parecer em 02/10/2006, no período de finalização do PDPV (Ata, 02/10/2006, p. 31).

Abandonado o Termo de Referência, por uma questão política, o PDPV foi elaborado em uma proposta de revisão dos instrumentos anteriores, como o Código de Obras Municipal e o PFTMV de 1978. Sua adoção era justificada pela empresa de consultoria devido ao fato de que os instrumentos anteriores não contemplaram "outros aspectos, de suma importância, como a preservação ambiental, o uso social da terra urbana e rural, a participação popular no processo de decisão" (PDPV, 2006, p. 7). Mas nota-se, ao longo do texto, que o PDPV compilou trechos do PFTMV de 1978 sem referenciá-lo, havendo atualização de alguns dados e persistindo situações já modificadas, como, por exemplo, a presença de distritos já então emancipados de Vassouras. Mesmo a apresentação do PDPV e as diretrizes para sua elaboração foram mantidas – tal como do planejamento anterior – havendo atualização de dados que antes se referiam a SECPLAN para informações concernentes ao Ministério das Cidades e Estatuto das Cidades, conforme pode ser verificado na comparação entre os dois textos abaixo.

PDPV, 2006, p. 7	**PFTMV, 1978, p. 11**
Face a esse quadro, a ação do *Ministério das Cidades* tem como um dos seus objetivos o disciplinamento dos processo de crescimento urbano, por meio de adequada política de uso do solo, conforme definido no *Estatuto das Cidades*. Para a implantação desta nova política, considerou-se fundamental a estreita articulação entre o *Ministério das Cidades e os Municípios*, uma vez que é no nível local que se concretizam, efetivamente, as decisões relativas ao controle do uso do solo. A participação *do Ministério das Cidades no planejamento sócio-econômico e sustentável – Plano Diretor Participativo -* garante a integração das políticas locais de uso do solo às características e necessidades das regiões em que se inserem os municípios, *com a participação direta e imprescindível das populações locais organizadas*.	Face a esse quadro, a Ação *Regional do Governo do Estado* tem como um dos seus objetivos-fim o disciplinamento do processo de crescimento urbano, por meio de adequada politica de uso do solo, conforme definido no *I PLAN-RIO*. Para a implantação desta política, considerou-se fundamental a estreita articulação entre *Estado e Municípios*, uma vez que é no nível local que se concretizam, efetivamente, as decisões relativas ao controle do uso do solo. A participação *do Estado no planejamento físico-territorial* garante a integração das políticas locais de uso do solo as características e necessidades das regiões em que se inserem os municípios.

Esse recurso de reelaboração de texto foi utilizado em todo o Plano, além de inserção e/ou substituição de dados, troca de ordem das frases – amplamente adotada –, todos sem fazer referência ao Planejamento anterior. A parte realmente inédita e construída nesse plano

refere-se às proposições básicas, nas quais foram feitas propostas para um circuito turístico, abrangendo todo o município, e a preservação e revitalização do patrimônio local se reportando a uma série de Museus e novos tombamentos.

Ao buscar fazer a análise do uso da história nesse plano, deparou-se com uma situação ímpar: o texto da Caracterização e do Contexto do município é cópia fidedigna do texto apresentado no PFTMV (1978), diferente do restante da redação em que há inserções e atualizações. Diante desse fato, não foi necessário refazer a análise da abordagem sobre a história nesse texto, já feita no original. Nota-se nesse caso que a História foi desconsiderada, não lhe foi atribuído valor, não tendo relevância nesse processo de elaboração do PDPV. Assim, optou-se por analisar as proposições e diretrizes de modo a verificar o quanto elas condizem com o texto apresentado e com o contexto vassourense e o porquê desse texto não ter sido revisto ou atualizado, seguindo o mesmo viés geográfico – determinismo ambiental – do texto anterior. Sem, portanto, dialogar com as proposições da Nova História e contexto histórico-cultural preconizado pelas diretrizes nacionais do Programa Monumenta para áreas urbanas patrimônio.

Verificando a bibliografia apresentada no final do PDPV, notou-se que essa foi a mesma utilizada no PFTMV, mas com a inserção de textos de autoria do próprio consultor sobre: planejamento ambiental, Planos Diretores das cidades de Paraty, Petrópolis e Juiz de Fora, além dos textos de Silva Telles (1968) e da historiadora Lielza Machado (2000). A dúvida repousa no fato de que foram introduzidos textos historiográficos, mas, por algum motivo, permaneceu-se com o texto do planejamento anterior, seguindo a mesma perspectiva geográfica.

A atualização das informações do PFTMV, como já mencionado, nos indica a relevância dada à História e, assim, denota que os autores não consideraram necessária a revisão desse texto. Contudo, nota-se, nas Atas das Plenárias e nos relatórios das primeiras reuniões, que as discussões se fechavam em torno do responsável da empresa, que apresentava as proposições, diretrizes e textos técnicos. Esse responsável é indicado na fala dos moradores como o principal responsável por todo o desenvolvimento do Plano e autor da maior parte das propostas, ou ainda como revisor daquelas apresentadas nas plenárias, sempre revestidas de suas inserções.

Em suma, as propostas apresentadas nas plenárias difeririam das que foram consolidadas no Plano, que partiam de uma diversificação de ideias que não condiziam com o

contexto de Vassouras como, por exemplo, a construção de uma Usina Atômica e mesmo um Circuito das Águas no distrito de Ferreiros[58] (Ata do PDPV, 02/10/2006, p. 31).

As proposições apresentadas no PDPV podem ser divididas nas seguintes questões: preservação do patrimônio cultural e ambiental, atrativos turísticos e estrutura urbana – desconsiderando aqui as propostas para a área rural e distritos do município. Como objetivo geral, visavam a incentivar atividades turísticas e propiciar melhores adaptações e funções à cidade como polo universitário.

Com um enfoque voltado ao meio ambiente, devido à apropriação do PDPV, a Agenda 21[59] de Vassouras, logo em sua primeira diretriz, refere-se à preservação do meio ambiente natural e urbano relacionado à valorização do significado cultural e histórico do município. Previa "revalorizar o Rio Paraíba do Sul, e sua micro-bacia hidrográfica: rio Alegre, rio Bonito, rio das Pedras, etc, reintegrando-os às paisagens urbanas e às suas funções" (PDPV, 2006, p. 42). Para tal, o autor incluiu várias medidas, relacionadas entre si, desde o combate à poluição, ao zoneamento e à ocupação das margens, à cobertura vegetal, até as possíveis atividades de lazer. Um segundo aspecto previsto, ainda concernente ao meio ambiente, referia-se à preservação e ao disciplinamento da ocupação das encostas de morros e montanhas, para os quais se indicavam a criação de Unidades de Conservação e o reflorestamento do Morro da Vaca, pano de fundo do centro histórico tombado.

Esse último aspecto foi apontado no texto de caracterização pela presença de um processo antigo e continuado, em que houve a substituição dessas matas por pastagens para gado, principalmente no início do século, com a substituição da produção cafeeira pela pecuária leiteira, indicando que tanto a "devastação das matas quanto a erosão em voçorocas denotam uma exploração secular, feita de forma arcaica e predatória, cuja principal característica ainda é a ausência de técnicas agrícolas adequadas" (PDPV, 2006, p. 17). O processo de desmatamento e as voçorocas ainda continuaram, mesmo tendo sido diagnosticado no PFTMV, em 1978, sugerindo então que esse plano não conseguiu interromper o processo de degradação do meio ambiente no Morro da Vaca. Nota-se, nesse caso, que a continuidade de um processo manteve atualizada a Caracterização do município apresentada no PDPV.

[58] O distrito de Ferreiros tem como um dos seus principais problemas o abastecimento de água, por ser uma região com escassez de recursos hídricos, sendo que grande parte de seus moradores possuem cisternas como meio efetivo de garantir um abastecimento mínimo de água nos períodos de seca.

[59] A Agenda 21 consiste em um programa resultante das conferências do Rio-92 que visava repensar o planejamento das cidades a partir de instrumentos para a proteção ambiental e um desenvolvimento sustentável.



Figura 35 - Morro da Vaca
Fonte: Annibal Affonso, 2012.

Apesar de dedicar abordagem específica à revalorização do Rio Paraíba do Sul com a "reativação de suas funções", o PDPV não chegou a indicar quais foram ou serão essas funções desempenhadas, sem relacionar a rede hidrográfica como fator definidor das áreas de concentração urbana, como indicado na caracterização da sede do município.

Ainda dentro da diretriz de preservação do meio ambiente natural e urbano, com a valorização do significado cultural e histórico de Vassouras, foram propostas algumas medidas visando "favorecer a imagem do Município de Vassouras como centro de valor histórico regional, estadual, nacional e internacional" (PDPV, 2006, p. 42). Nesse sentido, seria realizado um inventário do patrimônio cultural e natural e o restauro das estações ferroviárias e fazendas, além de atribuir novos usos aos imóveis do centro histórico como museus e casa de cultura.

A segunda diretriz refere-se ao incentivo ao turismo cultural, educacional e esportivo para a cidade de Vassouras. Visando transformar a cidade em um atrativo turístico e cultural foram sugeridos "desenvolver o Plano de Preservação Ambiental, preservando além do patrimônio artístico e histórico, também o patrimônio natural e paisagístico, arqueológico e lendário, pitoresco e turístico, folclórico e imaterial" (PDPV, 2006, p. 44). É notório que a todo instante a empresa de consultoria tenta demarcar a preservação do patrimônio para além daquele tombado pelo IPHAN, com um enfoque voltado para a preservação ambiental, tornando-a grande foco articulador das demais propostas. Nesse sentido, foram elaboradas metas e diretrizes menores visando inter-relacionar a preservação ambiental com a promoção do turismo local. Entre elas, estava a construção de um Planetário e Observatório Astronômico no Morro da Vaca, que seria interligado a um Parque de Exposições por teleférico. De grande impacto para a cidade e para o conjunto tombado, essas propostas não

dialogam com a caracterização apresentada, nem demonstram como se tornariam viáveis, tornando-se novos atrativos à cidade.

Além dessas, foram propostas outras medidas como o restauro e a instalação de um Circuito de Centros Culturais nas Estações Ferroviárias "com o uso turístico da malha ferroviária, em Andrade Costa via Paraíba do Sul e Paty do Alferes, e via Andrade Pinto, Aliança, Sebastião de Lacerda, Barão de Vassouras, Demétrio Ribeiro, Itakamosi, Ipiranga" (PDPV, 2006, p. 45). Essa proposta se relaciona ao item "Caracterização do município do Planejamento Físico", reconstituindo a estrada de ferro em Vassouras e identificando que seu traçado não chegou ao centro da Cidade, embora o grupo de barões do café tenha participado diretamente do financiamento para a definição do traçado a ser adotado, tal como feita a referência no PFTMV de 1978.

A proposta de revitalizar a ferrovia em Vassouras recaía em critérios que a história da cidade já havia demonstrado ser problemática, como foi a passagem da malha férrea na sede do município. A cidade só foi alcançada em 1914, por um ramal "construído entre Governador Portela, Vassouras e Barão de Vassouras, quando já se extinguia a lavoura cafeeira no Município (PDPV, 2006, p. 45). Até esse período, a cidade contava com trilhos puxados a burro, pela Ferro Carril Vassourense (Figura 36), sendo que o trem, propriamente dito, percorreu o perímetro urbano no período de 1914 a 1968, e os trilhos foram retirados a partir da década de 1970 para a construção de estradas de rodagem e ruas.



Figura 36 – Estação de bondes, c. 1890.
Fonte: Coleção Paulinho Matoso. ETMP, acervo digital.

Nesse sentido, essa proposta de revitalização da malha ferroviária, recai em duas questões: uma de fundo histórico – a localização da malha e o seu perímetro atual que

compreende a zona central e de comércio da cidade – e outra identitária e memorial – a relação Vassouras e o trem. De fato, o trem está presente na memória de uma parte significativa da comunidade, principalmente no distrito de Barão de Vassouras, onde o sistema ferroviário foi responsável pelo desenvolvimento econômico e social local, fora da sede. O impasse na viabilidade da questão é que o trecho ferroviário ainda existente está sob concessão à MRS Logística (transporte de carga).

Ainda concernente à segunda diretriz sobre ao incentivo ao turismo cultural, foi proposta a ampliação dos imóveis tombados no centro da cidade e a implantação de quatro circuitos de visitação turística: "Circuito dos Chafarizes Históricos", "Circuito de Esculturas dos Barões do Café", "Circuito das Igrejas" e "Circuito de Museus no Centro Histórico". Nota-se que essas propostas se assemelham a uma "musealização" do centro histórico, visando registrar como narrativa o período áureo cafeeiro. Relativa à criação de um "Circuito de Esculturas dos Barões do Café", a proposta do PDPV visava instalar 36 esculturas dos barões do café nas praças, rotatórias e conflitos viários da cidade. Independentemente da inserção do personagem histórico na formação de Vassouras e, principalmente, como salientou o jornal local, de seu papel no processo escravocrata brasileiro (como por exemplo, os Barões de Barra Mansa, Potengy, Bem Posta e Santa Fé), os cafeicultores sul fluminenses foram sugeridos para compor esse circuito, mas historicamente eles não têm laços nem relações sociais comprovados com o município de Vassouras.

Os demais circuitos apontam para ações que visam a "musealização" do centro histórico, indo de encontro com a proposta do circuito de esculturas dos barões do café. Foi proposta a criação de doze museus no centro histórico da cidade utilizando os imóveis tombados e outros nos distritos sem especificação das edificações. Assim como a proposta anterior, esses museus seriam de temáticas estanques ao contexto vassourense, sem um diálogo real entre a constituição da cidade e as identidades ali presentes. Os doze museus propostos foram:

> Museu Vicente Celestino, Museu da Rede Globo, Museu Maria Clara Machado, Museu do Barão de Vassouras, Museu Carlos Lacerda, e também nos distritos, o Museu Histórico de Massambará, o Museu Histórico de Barão de Vassouras, Museu Histórico de Andrade Pinto, Museu Histórico de Vassouras (prédio da Câmara), como também Museu Vivo do Artesão, Museu da Cultura Negra. (PDPV, 2006, p. 44).

Retomando a temática do baronato, mas inserido a cultura negra como integrante dessa narrativa, outras temáticas descontextualizadas – como um Museu Maria Clara

Machado e um do acervo da Rede Globo – em nada discutem a formação social e histórica da cidade.

Nesse sentido, pode-se conceber que o modelo de intervenção proposto visava uma projeção turística da cidade, em "uma abordagem que não parte de uma problemática urbana ou de preservação a ser resolvida, mas de considerações estéticas e de uma determinação funcional" (SANT'ANNA, 2004, p. 270). Mesmo que essa funcionalidade não se encaixe ao contexto da cidade e/ou responda às necessidades locais, como o caso dos circuitos dos Museus.

De forma a não parecer sectário na avaliação aqui proposta, destaca-se outro aspecto dessa proposição básica que diz respeito à estrutura urbana. São as propostas de "planejar a Cidade Universitária na periferia do centro de Vassouras, com Vila Olímpica e Vila Estudantil" (PDPV, 2006, p. 43) e da revitalização das avenidas principais da cidade, o que enfocaria um dos grandes problemas enfrentados no centro histórico: a moradia e o lazer, principalmente para a população estudantil, fixa e/ou flutuante. A construção de anexos nas casas tombadas e na área de entorno para abrigo de estudantes é um dos maiores problemas de construção irregular, em um processo denominado pelos próprios moradores de "favelização" do centro histórico.



Figura 37 - Fundos da Rua Barão de Massambará, anexos e construções irregulares.
Fonte: ETMP, acervo digital, 2006.

Por fim, a proposta de "ampliar o número de imóveis tombados no centro da cidade, [...] buscando a arquitetura típica local, e as marcas de valor sentimental para a população"

(PDPV, 2006, p. 45) indica uma atualização do que foi proposto no PFTMV em 1978. Previa ainda uma valorização de um patrimônio para além daquele tombado pelo IPHAN, aventando possíveis tombamentos em outras esferas, em nível estadual e/ou municipal, dos imóveis da área de entorno.

Nota-se que a história nesse PDPV foi negligenciada, optando por atualizar informações do PFTMV, reproduzindo o discurso de um "determinismo ambiental" como fator de evolução econômica e social da cidade de Vassouras. Fazia-o, portanto, sem dialogar diretamente com esse texto do Planejamento Físico. As diretrizes e proposições básicas do PDPV, em grande parte, se mostravam estanques da realidade vassourense e de seu contexto de formação, aproximando-se mais de uma proposta de "musealização" do centro histórico ou da construção de um cenário. Em suma, esse processo, assim como demais propostas de "reinventar" e "revitalizar" determinadas funções e criação de circuitos do patrimônio,"acaba, como tantos outros, por se converter em palco de manifestação de redes de simulacros desligados da vida quotidiana e dos contextos identitários em que se manifesta" (PEIXOTO, 2004, p. 200).

Os discursos do Programa Monumenta – plano participativo, gestão compartilhada e "cidade-instrumento" – só puderam ser notados pela presença da sociedade civil nas discussões das plenárias que não foram contempladas no produto final do PDPV. O Programa Monumenta, numa tentativa de rompimento com as práticas do órgão federal de patrimônio, consideradas como defasadas e excludentes, se aportou em modelos teórico-acadêmicos, "com predominância de visão de historiadores, cientistas sociais e antropólogos" (DUARTE JR, 2010, p.), portanto, de caráter excepcional nas práticas patrimoniais brasileiras. No contexto vassourense, essa nova visão não pode ser notada, visto que a empresa de consultoria contratada era dirigida por um arquiteto com assessores da prefeitura municipal, formados predominantemente por engenheiros e arquitetos, ou seja, sem a interdisciplinaridade desejada. E toda a discussão aportada pelo Termo de Referência, consolidado com base nas diretrizes e conceitos proposto pelo Monumenta, foram desconsideradas pela gestão municipal e pela empresa de consultoria contratada. Segundo Márcia Sant'Anna, o Monumenta acabou por propiciar um jogo político entre as prefeituras dos sítios listados que passaram a usar de subterfúgios para pontuarem no *ranking* de prioridades. E Vassouras viu seu PDPV – que poderia indicar uma nova leitura e visão "sócio histórica" do sítio urbano vassourense – perder-se em um plano no qual os jogos políticos comprometeram uma reflexão

mais sistematizada sobre a preservação e o desenvolvimento do município, desconsiderando o aspecto sustentável das ações e novas visões historiográficas e preservacionistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a questão central deste trabalho – o papel da história nos processos de restauração e preservação dos sítios urbanos tombados, através do estudo de caso da cidade de Vassouras – concluiu-se que a pesquisa histórica pode contribuir nas decisões e critérios de intervenções na medida em que comparece como fonte de discussão do objeto sobre o qual se pretende intervir. O que se pode constatar é que a pesquisa não deve ser utilizada como instrumento isolado, mas sim como parte integrante das diversas ciências que contribuem para amparar a preservação dos sítios urbanos tombados. A História também contribui na medida em que agrega novos valores e olhares sobre o bem patrimonial, fornecendo informações de grande relevância, que possibilitem reconstituir e, ao mesmo tempo, dialogar com os diversos presentes históricos desse bem tombado, possibilitando novas compreensões culturais, sociais, construtivas e técnicas, tal como visto nos projetos de restauro analisados no decorrer dessa dissertação.

Entende-se que o processo de assimilação dessa disciplina nas práticas preservacionistas se deu de forma lenta e se encontra ainda em aberto, por não ter sido totalmente assimilada como ciência auxiliar nas intervenções. Esse processo se deu a partir da mudança na mentalidade desse campo do patrimônio, envolvendo desde "informes simples" realizados por estagiários, antes considerados de mais valia à manutenção dos discursos, até a complexidade da História como disciplina e demais ciências como instrumentos complementares na elaboração dos projetos de preservação do bem patrimonial. Neste sentido, a História assume posto cada vez mais destacado nos projetos de conservação e preservação de sítios urbanos tombados, sendo hoje recomendada como elemento integrante que não pode absolutamente ser dissociada dos projetos de restauro, não apenas em publicações, como também nas legislações nacionais e internacionais. E em alguns casos, como o IEPHA, foi determinada como obrigatória, nos processos licitatórios, a presença de um historiador cujo currículo contemple sua própria atuação em pesquisas históricas com fins de restauro.

Mas nota-se que, mesmo com a aproximação do campo do restauro com a História, em alguns casos a pesquisa histórica foi utilizada como elemento obrigatório ou meramente

ilustrativo nas práticas de preservação, como, por exemplo, no Plano Diretor Participativo de Vassouras e na maior parte dos projetos elaborados para esse sítio. Dessa forma, apreende-se que há pelo menos três obstáculos ("barreiras") para a plena apropriação da história pelo campo do restauro. Primeiro, a questão da própria disciplina, uma vez que a grade da História não dialoga com o campo do patrimônio e mesmo do restauro, ou seja, o historiador, de modo geral, não costuma ser preparado para discutir e agir em ações preservacionistas relativas ao patrimônio. Segundo, a aproximação dos historiadores com esse campo se deu basicamente no plano do discurso, poucos foram aqueles que ocuparam a área técnica. Por fim, mesmo que a História seja incorporada nas práticas atuais, ela ainda aparece na maior parte como discurso, demonstrando a grande distância entre teoria e prática, como pôde ser notado nos projetos e planos urbanísticos em Vassouras.

Cabe hoje, ao historiador, participar de forma ativa nas atividades de execução no processo de restauração, não se furtando à prática, procurando assumir seu espaço nessa multidisciplinaridade demandada pelo campo patrimonial. E nas ações de restauração, os profissionais que se inserem nesse campo – arquitetos, engenheiros, arqueólogos – devem dialogar entre si. Para que tais debates e reflexões se tornem profícuos, devem estar presentes não só os anseios da recuperação da imagem do objeto, mas também de seu significado ao longo do tempo. Sendo assim, a ação de restauro passa a se estabelecer a partir de diversos "olhares", com focos e questionamentos diferentes, mas que possam contribuir efetivamente na definição dos critérios adequados de intervenção.

Por fim, cabe salientar que esta dissertação suscitou mais indagações e reflexões do que propriamente respostas. A complexidade dessa questão e os poucos trabalhos publicados nesta área demonstram que a pesquisa histórica e a própria disciplina História, nas práticas patrimoniais, é um campo vasto e fértil, mas sem dúvida alguma ainda em aberto, a ser explorado e discutido. E do mesmo modo que cabe ao historiador tomar um "lugar" na prática patrimonial, cabe também a ele discutir não apenas sua ação, mas, indubitavelmente, as possíveis áreas de comunhão entre História e preservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BITTENCOURT, Circe. O ofício do historiador. **Anais do I encontro regional da ANPHA-RN: o ofício do historiador**. Natal: EDUFRN Editora da UFRN, 2004.

Carta da Atenas (1931). In: CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Carta de Burra (1980). In: CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Carta de Quito (1967). In: CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Carta de Restauro (1972). In: CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Carta da Veneza (1964). In: CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CASTRO, A. H. F. A fala de um "antigo". In: **Anais da I oficina de pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN**. Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008.

CECI. http://www.ceci-br.org/ceci/. Acesso em: 29/02/2012

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CHUVA, Marcia. **Os Arquitetos da Memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: **Anais da I oficina de pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN**. Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008.

Compromisso de Brasília (1970). In: CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Compromisso de Salvador (1971). In: CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa, homenagem aos seus 90 anos de vida**. Brasília: IBPC, 1992.

CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DARLING, Arthur. Brazil's Monumenta Program: sustainable preservation of historic cities. In: MARTIN-BROWN, Joan, SERAGELDIN, Ismail (orgs). **Historic cities and sacred sites – cultural roots for urban futures**. Whashington: The International Bank for Reconstruction and Development/The Bank, 2001.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação no Brasil. **Revista CPC**, n° 10. São Paulo, maio/out 2010, p. 49-88.

ESTATUTO DAS CIDADES. **Lei no 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 26/06/2012.

FALCON, F. J. C. A identidade do historiador. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, v. 9, n. 17, p. 7-30.

_____. A Produção Historiográfica de Pedro Calmon. In: **Palestra no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002.

_____. A História das Idéias na historiografia brasileira recente. In: **Anais do Seminário Outros combates pela Historia**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

FAOP. Núcleo de Ofícios. In: http://www.faop.mg.gov.br/?action=interna&sec=4&cat=6 Acesso em 16/03/2012

FARAH, Ana Paula. Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado. **Revista História**, n° 27. São Paulo, 2008. In: www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a03v27n2.pdf Acesso em 27/04/2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GAZZOLA, Pietro. The Training of architect-restorers. In: **UNESCO. Preserving and restoring monuments and historic buildings.** Paris: Unesco, 1972.

GONÇALVES, Cristiane. **Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1973-1975**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. **Os patrimônios culturais como gênero de discurso**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: FGV/CNPQ, 2002.

GUIMARAES, M. L. L. S. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. In: **História em Revista**, Pelotas, v. 6, p. 21-36, 2000. In: http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Volume_06_Manoel_Luiz_Salgado_Guimaraes.pdf. Acesso em: 09/05/2012

ICOMOS/BRASIL. http://www.icomos.org.br/index.html. Acesso em 10/03/2012.

Inventário Nacional de Bens Imóveis / Sítios Urbanos Tombados - INBI/SU 2001. **Manual de Preenchimento**. Departamento de Identificação e Documentação, IPHAN, Brasília: 2001.

JANCSÓ, Istvan (Org). **Referencial teórico para a criação de categorias de bens tombados federais a partir de seu significado histórico-cultural**. São Paulo: USP, 2000.

LAMEGO, Alberto. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 1950.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

_____. As missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. São Paulo, julho de 2011. In: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312827174_ARQUIVO_AsmissoesdaUNESCOnoBrasil-PaulCoremans.pdf. Acesso em 21/03/2012.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

MACHADO, Lielza Lemos. **Vassouras, recanto histórico do Brasil**. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2000.

MAGALHÃES, A. **E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

MICELI, S. Os intelectuais e o Estado. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONUMENTA. **Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2005.

_____. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

_____. http://www.monumenta.gov.br/site/?cat=6. Acesso em 14/03/2012.

MOTTA, Lia. In: SORGINE, Juliana. "**Salvemos Ouro Preto": a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

MOTTA, Lia, SILVA, M. B. R (orgs). **Inventário de Identificação: um panorama da experiência brasileira.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MOTTA, Lia, THOMPSON, Analucia. **Entorno dos bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2010.

MP-CECRE. http://www.cecre.ufba.br/index.htm. Acesso em 08/03/2012.

Normas de Quito (1967). In: CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

PEIXOTO, P. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n° 70, dezembro de 2004.

PEREIRA, L. G. **O Historiador e o agente da História: Os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969).** Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2010.

PESSOA, José, PICCINATO, Giorgio (org). **Atlas de centros histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 132-139.

PRODAVINCI. **Graziano Gasparini: el historiador de la arquitectura colonial venezolana**. In: http://prodavinci.com/2009/09/23/artes/testimonios-inmigrantes/graziano-gasparini-el-arquitecto-el-historiador-de-la-arquitectura-colonial-venezolana/. Acesso em: 15/05/2012.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro, IPHAN, 2009.

Recomendação de Paris (1962). In: CURY, I (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Resolução CNE/CES n° 6 de 2 de fevereiro de 2006. In: http://www.ufv.br/seg/diretrizes/arq.pdf. Acesso em 12/03/2012.

RODRIGUES, J. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

ROCHA, Isabel. **Benjamin Benatar: Um pouco da Vida Social em Vassouras**. Vassouras: Graficarte Editora, 2002.

_____. Experiência na gestão de um centro histórico de pequeno porte: Vassouras (RJ). In: **Anais o I Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural-Científico: Planos integrados de preservação**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; FCRB; FAPERJ, 2011.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Marins Fontes, 2001.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990).** Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1995.

_____. A cidade atração. **A norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90**. Salvador, FAU – UFBA, Tese de Doutorado, 2004.

SANTOS, Mariza. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, Minc, IPHAN, DEMU, 2006.

STEIN, S. J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SOEIRO, Renato. In: RESTAURAÇÃO e revitalização de núcleos históricos – análise face a experiência francesa. **Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: MEC/SPHAN/Fundação Nacional *pró*Memória, 1980.

SORGINE, Juliana. **"Salvemos Ouro Preto": a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

TEIXEIRA, Luciano S.; LEAL, Claudia F. B.; SORGINE, Juliana F.; THOMPSON, Analucia. História e Civilização Material na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio**, nº 34[?], no prelo.

TELLES, A. C. da S. Vassouras (Estudo da Construção Residencial Urbana). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967.

THOMPSON, A (org). **Memórias do Patrimônio: Entrevista com Augusto da Silva Telles.** Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

_____. **Memórias do Patrimônio: Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010a.

VARGAS, Helena Comin, CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2009.

FONTES

- **ARQUIVO NORONHA SANTOS (ANS):**

  Série Inventário – Conjunto Paisagístico e Urbanístico Vassouras/RJ (IRJ0354.01A).

  Série Obras – Vassouras/RJ.

  Série Processo de Tombamento – Processo n° 566-T-57.

  Série Técnico Administrativo/Restauração – Vassouras/RJ.

  Série Assuntos Internacionais - Relatório *Brésil - La preservation Du patrimoine culturel.*

  Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana

- **ARQUIVO TÉCNICO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DO MÉDIO PARAÍBA (ATETMP) - VASSOURAS/RJ.**

  Atas do Seminário do I PDPV, 28/04/2006 a 06/09/2006.

  Lei Municipal n° 2.270 de 20 de março de 2007.

  Planejamento Físico e Territorial do Município de Vassouras, 1978.

  Plano Diretor Participativo de Vassouras, 2005.

  Portaria 12 de 1986.

- **LEGISLAÇÃO.**

  Decreto n° 16 de 21/7/1964.

  Decreto n° 20.303.

  Decreto 22.928 de 12/7/1933.

  Decreto 23.569 de 1933.

  Decreto 25/1937.

  Decreto 3551/2000.

  Estatuto ICOMOS/BRASIL, 1999.

  Lei n° 2.270 de 20 de março de 2007.

  Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001.

  Lei n° 8.029 de 12 de abril de 1990.

  Parecer CNE/CES n° 492 de 3 de abril de 2001.

  Portaria n° 1770 de 21 de dezembro de 1994.

  Resolução CNE/CES n° 6 de 2 de fevereiro 1994.

  Resolução CNE/CES n° 13 de 13 de março de 2002.

Resolução CNE/CES n° 2 de 7de junho de 2010.

- **PERIÓDICOS:**

Boletim de História da Faculdade Nacional de Filosofia
Boletim Sphan *pró*Memória
Correio de Vassouras
Jornal do Brasil
Revista do Patrimônio
Revista de História da USP
Tempos

- **ENTREVISTAS:**

Almir Oliveira – ETMP – IPHAN/RJ, 04/05/2012.
Isabel Rocha – ETMP – IPHAN/RJ, 05/06/2012.
Ivo Barreto – ETRL – IPHA/RJ, 15/05/2012.
Lielza Machado – Historiadora – 12/05/2012.
Luiz Verdugo – Restaurador obra do Chafariz Monumental, 20/06/2012.
Nelson Tavares – IPHAN/SC, 15/05/2012.
Paulo Parrilha – ETMP- IPHAN/RJ, 17/11/2011.